

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS

KALINE ZENI

**A COALIZÃO DO IBAS E A CONCERTAÇÃO POLÍTICA NO
CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU (2011)**

Porto Alegre

2013

KALINE ZENI

**A COALIZÃO DO IBAS E A CONCERTAÇÃO POLÍTICA NO
CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU (2011)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Dr. André Luiz Reis da Silva

Porto Alegre

2013

CIP - Catalogação na Publicação

Zeni, Kaline

A coalizão do IBAS e a concertação política no Conselho de Segurança da ONU / Kaline Zeni. -- 2012.

105 f.

Orientador: André Luiz Reis da Silva.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2012.

1. Coalizões. 2. IBAS. 3. Eixo Sul-Sul Hard. 4. Conselho de Segurança da ONU. 5. Cooperação Sul-Sul. I. Silva, André Luiz Reis da, orient. II. Título.

KALINE ZENI

**A COALIZÃO DO IBAS E A CONCERTAÇÃO POLÍTICA NO
CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU (2011)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 18 de dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Professor Dr. André Luiz Reis da Silva (orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Professor Dr. Marco Aurélio Cepik
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Professor Dr. José Miguel Martins
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Professor Dr. Diego Pautasso
Escola Superior de Propaganda e Marketing

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

Ao prof. Dr. André Luiz Reis da Silva;

À Universidade do Oeste de Santa Catarina;

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais;

À Deus, a minha amada família e amigos.

Não podemos esperar que todas as nações adotem sistemas idênticos, porque a conformidade é o carrasco da liberdade e o inimigo do crescimento.

John F. Kennedy

RESUMO

O objetivo desta dissertação é examinar o grau de concertação política do IBAS no ano de 2011, período onde os três países – Índia, Brasil e África do Sul – participaram pela primeira vez como um bloco e como membros não permanentes do CSNU. Como objetivo geral, a pesquisa examinará por intermédio do comportamento de votação e temas de agendas como forma de verificar se a concertação do IBAS para temas de alta política, de fato pode ser caracterizada como eixo central desta coalizão. Para examinar o comportamento do bloco, serão abordados os conceitos teóricos de potências médias, de *system affecting states* e de geometria variável para melhor compreender o prestígio e legitimidade internacional deste bloco, percebido na forma limitada de influenciar o sistema internacional. Além disso, também se examinará a partir do discurso de Bandung e da Declaração de Brasília, se o IBAS se mantém na retórica ou se de fato insere um mecanismo novo para apoiar e promover o desenvolvimento na plataforma do eixo Sul-Sul. A pesquisa se fundamentou em levantamento documental dos seguintes referenciais bibliográficos: a) artigos e literatura acadêmica com abordagem conceitual sobre as coalizões, potências médias, cooperação Sul-Sul; b) declarações multilaterais; c) reportagens; d) *think-tanks* em torno deste tema e o *site* oficial da ONU (Conselho de Segurança-UNBISNET). Diante do examinado, a hipótese central foi constatada, sendo que o IBAS de fato tem como pilar central o eixo Sul-Sul Hard como plataforma para fortalecer o grau de influência para a ampliação e reforma do CSNU. Conclui-se que a convergência apresentada pelo bloco em 2011 como membros não permanentes imprimiu uma postura que foi além da interlocução, mostrando um alinhamento e convergência quantos aos temas de alta política voltados para os temas de governança global.

Palavras-chave: Coalizões. IBAS. Eixo Sul-Sul Hard. Conselho de Segurança da ONU. Cooperação Sul-Sul.

ABSTRACT

The aim of this dissertation will examine the degree of political consensus of IBSA in 2011, a period where the three countries participated in the first time as a block, and as non-permanent members of the UNSC. As a general objective, the research will examine through voting behavior issues and agendas as a way to verify that the IBSA dialogue to issues of *high politics*, in fact it can be characterized as the centerpiece of this coalition. For examining the behavior of the block will be approached the theoretical concepts of *middle power*, the System Affecting States and the variable geometry coalition to better understand the prestige and international legitimacy of this block , realized in a limited way to influence the international system. Furthermore, also it will examine the speech from Bandung and Brasilia Declaration, if the IBSA remains in rhetoric or actually inserts a new mechanism to support and promote the development platform on the South-South axis. The research was based on documentary survey of the following bibliographic references : a) articles and academic literature on the conceptual approach to coalitions; middle powers; South-South cooperation; b) multilateral declarations; c) reports; d) think-tanks around this theme and the official website of the UN (Security Council - UNBISNET). Before the examination, it was concluded that IBSA actually has as the central pillar of the South- South Hard as a platform to strengthen the degree of influence on the expansion and reform of the UNSC. It is inferred that from the consultation policy presented by the bloc in 2011 as non-permanent members, printed a posture that was beyond the dialogue, it showed an alignment and convergence on the issues of *high politics* focused on issues of global governance.

Keywords: Coalitions. IBSA. South-South Axis Hard. UN Security Council. South-South Cooperation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 –	Projetos do Fundo IBAS concluídos e em execução (2004-2013)	48
Quadro 1 –	Modelo "A" de ampliação do CSNU	52
Quadro 2 –	Modelo "B" de ampliação do CSNU	53
Quadro 3 –	Número de participações dos membros do Ibas e do G-4 como membros não permanentes (1946-2012).....	60
Gráfico 1 –	Missões do CSNU no período de 2008-2012	61
Gráfico 2 –	Missões de Paz realizadas pelo CSNU no período de 2011-2011	61
Gráfico 3 –	Estatísticas do CSNU no período de 2001-2011: consultas, reuniões públicas e privadas.....	73
Gráfico 4 –	Número de reuniões no período de 2008-2012.....	73
Gráfico 5 –	Votações realizadas pelo CSNU entre 2007-2011	75
Gráfico 6 –	Total de reuniões realizadas pelo CSNU em relação às regiões	75
Quadro 4 –	Votação do IBAS para a situação da Líbia	77
Quadro 5 –	Votação do IBAS para a situação do Oriente Médio.....	77

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	OS EIXOS ESTRATÉGICOS DO IBAS E A ATUAÇÃO NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU (2011)	16
2.1	O IBAS na esfera da geometria variável e da arquitetura multilateral: perspectivas e desafios	16
2.2	O IBAS no contexto teórico das coalizões e os eixos estratégicos	25
2.3	IBAS: uma retórica de Bandung ou mecanismo inovador no eixo Sul-Sul Hard da cooperação Sul-Sul (SSC)?	34
3	O EIXO SUL-SUL HARD DO IBAS E A POLÍTICA DIPLOMÁTICO-ESTRATÉGICA PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO CSNU	50
3.1	O Tema da Reforma do Conselho de Segurança e as aspirações geoestratégicas dos membros ao pleito do assento permanente	50
3.2	O Comportamento coalizacional do IBAS no ano de 2011 na convergência de temas e discursos oficiais conjuntos	55
3.3	O comportamento coalizacional do IBAS no ano de 2011 nas votações no Conselho de Segurança da ONU	72
4	CONCLUSÃO	86
	REFERÊNCIAS	93
	ANEXO A – Cronologia e Projetos Executados e em Execução pelo Fundo IBAS (2004-2013)	103

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Internacional contemporâneo tem sido caracterizado pela presença de novos atores, os quais têm apresentado credenciais de atuação tanto no âmbito regional quanto global e acabam por gerar, especialmente após a década de 1990, certo desafio à academia mundial, no que consiste à categorização desses atores. Nesse sentido, conforme explica Soares de Lima (2010), este processo tem promovido mudanças na geopolítica mundial nos últimos anos e, tais mudanças, conforme observado pela autora, estão relacionadas ao padrão de comportamento de coalizão desta categoria de novos atores globais, tidos por Keohane (1969) como *system affecting states*, e estão relacionadas à forma de suas atuações na arena internacional. Estes países, categorizados como semiperiféricos, potências médias, apresentam características similares de desenvolvimento econômico, populacional e territorial e buscam intensificar o diálogo multilateral, sob forma de influenciar no reordenamento e equilíbrio da balança de poder mundial. Com isso, obtêm uma maior representatividade no cenário internacional e conseguem potencializar, projetar e fortalecer a participação coletiva nas múltiplas arenas dessa esfera. Isto é, caso agissem de forma unilateral, esses países não obteriam o mesmo resultado em suas ações se comparado às suas atuações conjuntas de constrangimento às grandes potências mundiais, além do que, resguardam-se de se contrapor isoladamente à hegemonia.

Contribuindo para essa categorização e definição de conceito referente à presença protagonista desses Estados nos contextos regional e global, Sennes (2003) amplia a discussão em torno desta temática e introduz a noção de que as potências médias apresentam limitada capacidade material de influenciar o sistema internacional, e, por isto, a capacidade material sob os aspectos da autopercepção, grau de reconhecimento por parte de outros Estados pode ser diferente de um contexto para outro, isto é, a capacidade dessa potência média interferir regionalmente nem sempre se estenderá na mesma proporção no contexto global.

No que diz respeito aos objetivos estratégicos e às motivações pelos quais os países emergentes têm constituído as coalizões, Hurrell (2000, p. 3-4) explica que, de fato, a soberania não pode ser cada vez mais definida pelo poder de isolar um estado de influências externas, mas sim pelo poder de participar efetivamente nas instituições internacionais de todos os tipos; ainda complementa:

As instituições internacionais são uma característica onipresente do sistema internacional contemporâneo e da economia global. A proliferação de instituições internacionais é comumente associado com a globalização e com o aumento dos níveis de intercâmbio e

comunicação transnacional. As instituições são necessárias para lidar com os dilemas cada vez mais complexos de ação coletiva que emergem em um mundo globalizado. As instituições também estão associados com o grande aumento da ambição normativa da sociedade internacional e com a tentativa de institucionalizar uma ampla gama de valores que quase nunca regulam o aspecto das relações inter-estatais e que também afetam profundamente como as sociedades se organizam internamente. As instituições estão intimamente ligadas com o poder. As instituições não estão apenas preocupadas com finalidades liberais de resolverem problemas comuns ou promoção de valores compartilhados. Essas, também são locais de poder e de reflexão e de consolidação das hierarquias de poder e dos interesses dos Estados poderosos. A soberania cada vez mais se define pelo poder de não isolar o Estado de influências externas, e sim pelo poder de participar efetivamente nas instituições internacionais de todos os tipos. (tradução da autora).¹

Neste contexto foi que nasceu em 2003 o Fórum Trilateral de Diálogo, o IBAS, uma coalizão e/ou arranjo cooperativo, motivado por uma deliberação diplomática, que busca concretizar efetivamente a convergência de interesses políticos declarados, no que diz respeito ao pleito do assento permanente junto ao Conselho de Segurança da ONU.

Por meio da Declaração de Brasília, esta coalizão formada pelo Brasil, Índia e África do Sul, apesar das críticas sofridas por se tratar de uma retomada à performance terceiro-mundista, segundo White (2009, p. 2), o IBAS, além de ser uma plataforma de trocas entre ministros e entidades não governamentais, mais importante que isto, é que se tem criado uma cultura mútua pela construção de cooperação.

Neste sentido, Visentini (2010) afirma que estes países essencialmente necessitam de cooperação internacional para conseguir influenciar o sistema internacional, por não conseguirem promover ações individuais neste contexto, por isto do IBAS focar no fortalecimento dos fóruns multilaterais e estabelecer um discurso comum em temas de governança global. Neste sentido, a fim de promover uma maior integração regional, o IBAS volta-se para projetos de cooperação para o desenvolvimento e, em especial, para a representatividade política nos principais tabuleiros, mostrando à comunidade internacional uma posição convergente quanto aos principais temas centrais da agenda internacional, a exemplo do Conselho de Segurança da ONU, na OMC, G-20 comercial.

¹ *“International institutions are an ubiquitous feature of the contemporary international system and of the global economy. The proliferation of international institutions is commonly associated with globalization and with increased levels of transnational exchange and communication. Institutions are needed to deal with the ever more complex dilemmas of collective action that emerge in an globalized world. Institutions are also associated with the vastly increased normative ambition of international society and with the attempt to institutionalize a wide range of values that regulate almost ever aspect of inter-state relations and also profoundly affect how societies are organized domestically. And institutions are closely bound up with power. Institutions are not just concerned with liberal purposes of solving common problems or promoting shared values. They are also sites of power and reflect and entrench power hierarchies and the interests of powerful states. Indeed sovereignty may be increasingly defined not by the power to insulate one's state from external influences but by the power to participate effectively in international institutions of all kinds.”*

Para situar a atuação dos membros do IBAS e o perfil de coalizão entre eles no eixo horizontal da cooperação sul-sul, optou-se por utilizar o conceito teórico dos eixos combinados de Pecequillo (2008) e o conceito de potência média de Ricardo Sennes (2003) e Maria Regina Soares de Lima (2006), logrando um melhor entendimento acerca do perfil/padrão de comportamento dos três países envolvidos.

Desse modo, a pesquisa buscará investigar o IBAS, analisando, a partir da teoria das coalizões e dos eixos combinados de Pecequillo (2008), o grau de concertação político-diplomática nos referidos fóruns multilaterais, a qual está cimentada sob um dos eixos estratégicos, o Sul-Sul-Hard, o qual se volta para agendas da alta política e o segundo eixo desta coalizão, o Sul-Sul-Soft, que promove e oferece desenvolvimento por intermédio da cooperação técnica e projetos replicáveis pelo Fundo IBAS. Ademais, o presente estudo busca colaborar para a compreensão acerca da concertação político-diplomática como mecanismo de representatividade do IBAS nos fóruns multilaterais, observando no eixo do Sul-Sul Hard, o comportamento horizontal e vertical destes três países para lidar conjuntamente face ao tema da reforma do CSNU, mantendo o grau de relacionamento com a vertente tradicional no eixo Norte-Sul, e privilegiando a horizontalidade do eixo Sul-Sul.

Geoestrategicamente, pretende-se como objetivo geral, investigar se no eixo Sul-Sul Hard, o IBAS consegue potencializar, além do diálogo, um grau de concertação para temas de alta política (*hard politics*) no âmbito do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) no ano de 2011, no qual os três países ocuparam a vaga de membros não permanentes no CSNU, fato este que permite, então, a viabilidade desta investigação. Ou seja, como objetivo geral a pesquisa buscará investigar o grau de concertação política do IBAS no CSNU (2011), verificando o grau de convergência apresentado pela coalizão mediante o comportamento e padrão de votação *versus* tema e a representatividade promovida.

Portanto, no estudo serão considerados como objetivos específicos, o teste, a medição e aferição do grau de convergência praticado pelo IBAS, desde o marco institucional da sua criação, em 2003, verificando se de fato as ações conjuntas do IBAS estão de acordo com o seu discurso. Destarte, será feito um paralelo com o discurso de Bandung, em 1955, uma vez que este evento marcou e originou o conceito de Terceiro-Mundo e promoveu, entre as nações, o diálogo internacional acerca dos temas de democratização, paz mundial e interesses mútuos de cooperação, temáticas estas que também são percebidas na tônica do discurso do IBAS. Logo, verificar-se-á se este realmente propõe algo além do espírito de Bandung ou apenas permanece na sua retórica. Por conseguinte, como objetivos específicos o estudo investigará o padrão de comportamento coalizacional do IBAS, sob o eixo Sul-Sul Hard, sob

as seguintes variáveis condicionantes: a) verificar se de fato o IBAS apresenta um comportamento reformista e convergente na mesma perspectiva da Índia e África do Sul, quanto ao pleito no CSNU; b) se e como o regionalismo poderá afetar e comprometer o grau de convergência e concertação política do IBAS para o tema da redemocratização do CSNU; c) além do fator regional e diferenças de perspectivas dos países do IBAS, qual(is) são as variáveis diretas e indiretas externas que podem influenciar a concertação política para o pleito do assento permanente do CSNU.

A pesquisa pretende responder o seguinte problema: *A coalizão IBAS, apresenta concertação político-diplomática estratégica e de soft power, executada sob um dos eixos combinados, o "Sul-Sul Hard" para tema de alta política?*

Como hipótese central, os levantamentos bibliográficos iniciais apontam que o IBAS tem apresentado um histórico positivo no que diz respeito aos esforços e ao discurso integrado e consensual destes países em relação ao posicionamento regional e face às discussões centrais e de ordem internacional (WHITE, 2009). Desse modo, esses países têm demonstrado uma postura delineada pelo consenso de interesses mútuos, principalmente quando se fala de OMC e Conselho de Segurança da ONU (VISENTINI, 2011). Destaca-se que no ano de 2011, os três países ocuparam as vagas de membros não permanentes do CSNU, e apresentaram um diálogo único e fortalecido quanto ao tema de democratização deste organismo internacional, indicando que o mesmo não corresponde positivamente e permanece inadequado face aos contemporâneos desafios da agenda de segurança internacional. Sendo assim, a pesquisa trabalhará com a hipótese de que o eixo Sul-Sul Hard está estruturado a partir de um dos pilares centrais do IBAS, (leia-se *a concertação política, que se daria no âmbito da alta política, centrando-se em temas da agenda global, quais sejam: Conselho de Segurança da ONU, OMC*); e, de forma combinada, são promovidos pela cooperação técnica e o Fundo IBAS, como uma estratégia de *soft power* diplomático para ofertar desenvolvimento por meio da transferência de conhecimento e receber apoio político para a campanha do assento permanente no CSNU.

Em relação à delimitação do tema de pesquisa, considera-se que o IBAS tem-se destacado no sistema internacional desde junho de 2003, por se caracterizar como um fórum de diálogo que está ganhando destaque pelo modelo próprio que vem construindo no eixo da cooperação Sul-Sul, particularmente por se voltar para temas da agenda internacional e temas de governança, além de se destacar como exemplo paradigmático do novo dinamismo das relações entre os países do Sul que se enquadram na categoria de países intermediários (SOARES DE LIMA, 2009, p. 10).

A relevância do tema se justifica pelo fato da vasta publicação em torno do perfil descritivo e geopolítico do IBAS, todavia, percebe-se a relativa escassez de publicações sobre a atuação do IBAS sob a perspectiva de análise voltada para a concertação política-diplomática na esfera do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), no eixo estratégico Sul-Sul Hard. Destaca-se, também, o fato de a coalizão comemorar em 2013, uma década de atuação no cenário global. A concertação política é percebida como um pilar central da cooperação trilateral do IBAS. Para tanto, busca-se verificar qual o grau de convergência e de comportamento padrão dos atores desta coalizão e, se de fato, a convergência coalizacional neste eixo Sul-Sul Hard, voltados para a alta política e se materializa além do discurso. O estudo pretende contribuir para uma base futura e aprofundar as investigações acerca deste tema. A justificativa do escopo temporal do estudo é: no caso do eixo Sul-Sul Hard, tem no ano de 2011, o recorte temporal, se observado que os três membros do IBAS estiveram representados no CSNU como membros não permanentes tanto pela coalizão IBAS quanto pelos BRICS. O IBAS promove desde 2006 declarações conjuntas, as quais se caracterizaram pela recorrência e intensidade de ação na busca da democratização da ONU, a qual apresenta um caráter representativo de inclusão, transparência e que esteja focado nas prioridades dos membros, e, desse modo, acabe por beneficiar a comunidade global.

Neste sentido, o estudo encontra fundamentos que o justificam pelo fato do IBAS ter promovido, desde 2003, a cooperação entre os membros. Segundo Vigevani e Cepaluni (2007, p. 296), o Brasil, Índia e África do Sul promovem a cooperação em “um amplo leque de temas”, que vão desde o comércio até a questão de segurança internacional. Assim, os membros do IBAS têm intensificado as relações político-econômicas, a partir da plataforma coalizacional entre eles, criando assim, um fluxo natural de cooperação em nível *intra*IBAS, bem como no cenário multilateral (REIS, 2013).

Reis (2013) destaca que o IBAS contempla temas de agenda além de temas de cooperação técnica e de possibilidades de integração com países em nível de desenvolvimento semelhante; estão em destaque as questões de reordenamento do sistema internacional no contexto pós-guerra-fria e a democratização no Conselho de Segurança da ONU.

Ainda, mesmo apresentando configurações distintas do BRICS, o IBAS, desde a Declaração de Brasília, apesar das críticas sofridas, vem mostrando para a comunidade internacional que mesmo de forma exógena, tem viabilizado e aplicado um modelo próprio e diferente de cooperação. O protagonismo do IBAS pode ser visualizado, por exemplo, na execução de projetos replicáveis em regiões estratégicas do globo via Fundo IBAS, na

tentativa de mostrar as capacidades materiais e credenciais para a elegibilidade à vaga de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

No que diz respeito ao Fundo IBAS, Visentini (2010) afirma que este mecanismo pode ser entendido como uma estratégia que contribui para fortalecer a retórica para a paz mundial, o desenvolvimento e a erradicação da fome e da miséria, temas sempre presentes nas declarações do governo Lula e, conseqüentemente, estendidos a discursos conjuntos do IBAS.

Corroborando Sue Mbaya (2010, p. 85), diretor da Rede de Pobreza Regional da África Meridional, durante o governo da África do Sul em 2006, acerca das perspectivas do IBAS para a questão da segurança humana em nível global:

O Ibas foi inicialmente criado como uma aliança que poderia representar uma voz coesa nas esperadas negociações da Rodada Doha. O Ibas agora trata de questões que vão além das relações econômicas entre a Índia, Brasil e África do Sul. Aponta-se para a cooperação Sul-Sul, que é essencial e fundamental para a cooperação internacional para o desenvolvimento. A cooperação Sul-Sul é também considerada essencial no que diz respeito ao equilíbrio da atual balança de poder (que favorece o Norte). [...] o Ibas é um desejo inequívoco dos governos do Ibas desempenhar um relevante papel internacional relacionado às questões globais.

Desse modo, a pesquisa buscará focar nas variáveis, quais sejam: a performance uníssona nas votações do CSNU, a convergência/divergência da representatividade destes países no padrão de votação como membros não permanentes; a interferência direta ou não do grau de polarização destes atores no âmbito regional-global. Portanto, concretizar a possibilidade de investigação abordando esta problemática possibilitará constatar se de fato o eixo Sul-Sul Hard pode ser entendido como um pilar de concertação político-estratégico e de *soft power* desta coalizão para temas de alta política (CSNU), onde fica estabelecido contornos concretos de uma coalizão por conveniência, e, que apesar do baixo custo político e da baixa capacidade de institucionalização, tem conquistado um importante espaço no sistema internacional.

Como procedimento metodológico será realizado a análise de conteúdo por meio do método de Bardin (1988), onde será feita uma pesquisa bibliográfica para a pré-análise dos dados com posteriores tratamentos e interpretação. A pesquisa se norteará pelos métodos qualitativos e recorrerá às fontes primárias com a finalidade de explicar a característica coalizacional do IBAS. Para tanto, buscar-se-á sistematizar e analisar os dados disponíveis até o presente nos seguintes referenciais bibliográficos: a) fontes oficiais do IBAS e do CSNU; b) declarações emitidas conjuntamente; c), artigos e obras acadêmicas nacionais e internacionais que abordam; d) perspectivas percebidas pela comunidade internacional promovidas em

think-tanks acerca do grau de reconhecimento/reputação internacional do IBAS no eixo Sul-Sul Hard.

À vista disso, no primeiro capítulo será iniciado o estudo com uma abordagem do sistema internacional no período pós-bipolaridade o qual se caracteriza pela presença de novos atores globais os quais promovem e estabelecem novas coalizões com a finalidade de influenciar no reordenamento mundial, no eixo da geometria variável. Para explicar como estes novos atores estabelecem e dão preferência aos foros multilaterais para potencializar a representatividade dual a qual ocorre no âmbito regional e global, foram estudadas as teorias de potência média de Sennes (2006), Maria Regina Soares de Lima (2005) e Keohane e Nye (2011) para explicar o comportamento de atuação do IBAS como *system affecting states*, os quais apresentam um perfil multifacetado e ficam condicionados às mudanças promovidas pelo sistema internacional e, para tanto, interferem de modo limitado no sistema internacional.

Para melhor entender sobre o comportamento destes países no sistema internacional, o capítulo seguinte, de número dois, dedicar-se-á à análise do IBAS à luz da teoria das coalizões, para entender sobre as motivações, estratégias e como estas se encontram cimentadas nas relações intrabloco e no plano externo. A fim de se entender o comportamento do IBAS, neste capítulo será apresentado o bloco sob os dois eixos de atuação nos organismos multilaterais, executadas sob dois eixos, o Sul-Sul Hard (para temas de alta política) e o Eixo Sul-Sul Soft (para temas de cooperação e condução de política de *soft power*). Ainda nesta seção, o IBAS será analisado na ótica do discurso de Bandung para verificar se o bloco vai além da retórica ou se propõe de fato uma nova tônica de discurso revertida em ações práticas ao eixo da cooperação Sul-Sul.

E, por fim, para verificar o grau coalizacional do IBAS para temas da reforma e ampliação do Conselho de Segurança da ONU, no terceiro capítulo serão identificadas as aspirações geoestratégicas individuais dos membros do IBAS à vaga de membro permanente, seguido da análise do perfil coalizacional apresentado nas votações realizadas pelo IBAS no CSNU durante o ano de 2011. Por meio desta análise, buscar-se-á assinalar o grau de convergência e padrão conjunto de declarações conjuntas *versus* as temáticas discutidas pelo bloco, examinando se esta coalizão de geometria variável apresenta ou não um grau de alinhamento e de concertação política para os temas de paz e segurança global, os quais se infere que estão diretamente relacionados às credenciais deste grupo para aumentar a elegibilidade ao pleito ao assento permanente.

2 OS EIXOS ESTRATÉGICOS DO IBAS E A ATUAÇÃO NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU (2011)

Neste capítulo, será abordada a mudança da arquitetura do sistema internacional, especialmente após o fim da Guerra Fria, período que provoca a comunidade internacional para uma nova reconfiguração da ordem mundial. Essa mudança ocorre por meio da preferência dos Estados pelo fortalecimento do multilateralismo dos organismos internacionais seguido da ascensão e atuação de uma nova categoria de países, os novos atores emergentes. Partindo deste entendimento, na próxima seção, será explicado e categorizado a presença destes novos atores, onde o enquadramento e atuação do IBAS serão analisados à luz da teoria das coalizões e da categorização conceitual de potência média e de *system affecting states*, os quais apresentam um comportamento característico e multifacetado, estando esses diretamente influenciados pelo contexto e mudanças promovidas no sistema internacional e, por isso, com limitado poder unilateral de atuação. Ainda, na última seção, para verificar as semelhanças ou retórica do discurso terceiro-mundista do IBAS, foi observado o discurso de Bandung e a Declaração de Brasília, marco que institucionalizou o bloco, para assim perceber se de fato o IBAS pode ser considerado com uma atuação protagônica o qual executa um mecanismo inovador que vai além do discurso de Bandung.

2.1 O IBAS na esfera da geometria variável e da arquitetura multilateral: perspectivas e desafios

Com o fim da Guerra Fria, muitas são as tentativas e visões de explicar o novo ordenamento global, o qual tem sido delineado pela presença e proeminência de novos atores emergentes, os quais se agrupam por meio das coalizões e alianças.

O sistema internacional, conforme Flandes e Dias (2010), após o período de bipolaridade caracteriza-se pelo crescente protagonismo das potências emergentes na economia mundial, as quais têm participado de modo mais efetivo e como porta-vozes dos temas de governança global.

Giaccaglia (2012, p. 1) afirma que no início do século XXI, o sistema mundial reflete uma nova reconfiguração de poder:

Embora os Estados Unidos continuem sendo a única superpotência do mundo – Em termos estratégico-militares, a sua posição hegemônica foi corroída. Esse processo é explicado pela proeminência de alguns Estados que estão participando na tomada de decisões cada vez mais global, com novos atores – originário das fronteiras do

Estado, dentro e fora, que se tornaram ativamente envolvidos em nível global mais profundo, ainda mais, a alta densidade das relações transnacionais que surgiram nas últimas décadas do século XX. (tradução da autora).²

Acerca da redistribuição da balança de poder mundial, Gilpin (1981, p. 31) afirma que existe uma diferença entre poder e prestígio internacional dos atores internacionais; o primeiro se caracteriza pela capacidade econômica, militar exercida no sistema internacional, ao passo que o prestígio é o grau de reconhecimento pela comunidade internacional de como este poder poderá ser exercido. Acerca deste cenário, Stephen (2011) argumenta que o processo de redistribuição do poder global altera a relativa posição das grandes potências, fato este que se deve à presença de novos atores globais, os quais se agrupam por meio das coalizões e tem como finalidade a promoção de mudanças voltadas ao reordenamento do sistema internacional.

O vácuo de liderança do sistema internacional apresenta os novos contornos sofridos pela ordem internacional, a qual altera a arquitetura e desafia a comunidade global, especialmente os novos atores emergentes, a realizar um esforço ainda maior para que reformas entendidas por eles, como emergenciais, sejam concretizadas nas organizações internacionais. A crise internacional, de certa forma, acelerou o processo de formação de novos polos de poder mundial, caracterizados especialmente pelo mercado centrado no sudeste asiático, isto é, o efeito China na economia mundial. Os emergentes buscam nos fóruns multilaterais construir uma ordem multipolar e interdependente, que garanta uma redistribuição de poder mundial, a qual esteja cimentada na legitimidade, na transparência e na inclusão dos novos atores às plataformas onde as relações internacionais do século XXI são constituídas. Em relação à redistribuição na balança de poder mundial, segundo G det. Glazebrook (1947, p. 307-318), o primeiro autor a utilizar o conceito de *Middle Power*, e de acordo com este acadêmico, o sistema internacional conta com a presença da categoria dos países *great powers* e dos *middle powers*, a saber:

[...] Os efeitos práticos das grandes potências na atualidade são aqueles que detêm assentos permanentes no Conselho de Segurança, assim como durante a guerra, eles foram aqueles que participaram das reuniões de chefes de governo na alta política e policial militar. É evidente que há também um número de Estados menores, que, por causa dos recursos limitados ou pequena da população, ou ambos os fatores, são comumente classificadas como pequenas potências. Estes Estados não fazem

² Aunque Estados Unidos sigue siendo la única superpotencia mundial – en términos estratégico-militares – su posición hegemónica se ha erosionado. Este proceso se explica por el protagonismo de algunos estados que están participando crecientemente en los procesos decisivos mundiales, junto a nuevos actores — originados tanto dentro como fuera de las fronteras estatales— que se han incorporado activamente en el plano global profundizando, aún más, la alta densidad de las relaciones transnacionales que habían aflorado en las últimas décadas del siglo XX.

qualquer reivindicação ao título de grande potência, mas têm se mostrado capaz de exercer uma certa força e influência não encontrada nas pequenas potências. Estas são as potências médias. Quanto à classificação destes países, não há consenso desta categorização. Provavelmente, no entanto, os seguintes membros das Nações Unidas, em geral, são reconhecidos como potências médias: na Europa - Bélgica, Países Baixos e Polónia; nas Américas - Argentina, Brasil, Canadá e México, no Pacífico - Austrália, e Índia. (tradução da autora).³

Posteriormente, de acordo com Dauvergne e Farias (2012, p. 904) duas décadas depois surgia com Robert Keohane (1969), uma definição com maior aderência à aplicação conceitual para a atual conjuntura do sistema internacional no século XXI, onde a performance dos países que se enquadram nesta categoria de potências médias (*middle powers*) necessita e atribui às plataformas multilaterais, uma oportunidade para influenciar o sistema internacional, pois de forma unilateral não o fariam, ou melhor, de forma sistêmica e atuando em pequenos grupos, geram um significativo impacto no sistema internacional.

Explicam Dauvergne e Farias (2012, p. 904), que a partir do conceito e redefinição do termo de *middle powers* por Keohane (1969), muitos acadêmicos buscam diferenciar e criar novas denominações para esta categoria de países emergentes, quais sejam, de países intermediários, potências periféricas; na academia mundial proliferam novos termos e novos parâmetros na tentativa de medir a capacidade deste grupo de países e o modo característico que, principalmente, a partir da década de 1990, têm influenciado o sistema internacional nas plataformas dos fóruns multilaterais (CHASE; HILL; KENNEDY, 1996; SCHOEMAN, 2003; HACKIN, 2004; SOARES DE LIMA; HIRST, 2006; HURRELL, 2006; SENNES, 2003; FLEMES, 2008 apud FLEMES, 2010). Ainda que, conforme Uziel (2010), falte consenso por parte dos acadêmicos na definição do grau de capacidade material destas novas potências emergentes, esta categorização de países muitas vezes tem sido norteadada pelo caráter subjetivo e circunstancial.

Complementando sobre a lógica atrelada na formação destes agrupamentos, Narlikar (2003) observa que as coalizões entre países em desenvolvimento tendem a triunfar quando

³ [...] *practical purposes the great powers at the present time are those which hold permanent seats on the Security Council, just as during the war they were those which participated in the meetings of heads of government on high political and military policy. There are clearly also a number of smaller states which, because of limited resources or small population, or both, are commonly ranked as small powers. In between lie a number of countries which make no claim to the title of great power, but have been shown to be capable of exerting a degree of strength and influence not found in the small powers. These are the middle powers. There is no agreed list because, while there is a fixed, if arbitrary, boundary between them and the great powers, there are, as it were, marginal powers which might be classified as "middle" or "small". Probably, however, the following members of the United Nations would generally be recognized as middle powers: in Europe — Belgium, the Netherlands, and Poland; in the Americas — Argentina, Brazil, Canada, and Mexico; in the Pacific — Australia, and India*

estes participam de "fóruns consultivos"; unilateralmente, estes atores não conseguiriam interferir e influenciar nas relações multilaterais.

Desse modo, a convergência de interesses mútuos permite a formação de agenda própria em termos de acordos comerciais bilaterais e de cooperação setorial; além disso, estas coalizões buscam uma maior representatividade afirmativa e assertiva frente à capacidade de manobra junto às organizações internacionais.

Nesta percepção, as coalizões Sul-Sul, de geometria variável, são identificadas pela vasta agenda de temas abrangentes e prioritários, conforme explicita Oliveira (2006, p. 468):

[...] são motivadas pela interdependência econômico-comercial, estabelecidas pela lógica institucional-liberal, a qual nasce pelo binômio necessidade-interdependência; e a outra motivada pelo caráter estratégico-ideológico, onde estes países percebem que o tradicional vetor Norte-Sul tem perdido força política e que o cenário emergente tem propiciado agrupamentos estratégicos de ordem econômico-política, de âmbito regional e global.

Seintenfus (2004) afirma que o cenário multipolar impõe à comunidade internacional uma maior interdependência e desafia os países menos desenvolvidos a buscarem por meio do fortalecimento regional um adicional da capacidade de inserção e representatividade no cenário internacional.

É exatamente neste contexto as novas coalizões; no caso deste estudo, o IBAS se apresenta no sistema internacional como plataforma de representatividade e de voz uníssona para a reforma dos organismos internacionais, os quais de fato sejam um espelho dos novos desafios da comunidade internacional contemporânea, permitindo um caráter institucional que garanta na sua essência a legitimidade democrática e de inclusão de novos atores internacionais.

Segundo Oliveira (2006, p. 465), este processo de constituição de coalizões internacionais tem ocupado papel central na dinâmica das negociações multilaterais e regionais de comércio, particularmente quanto às perspectivas de reequilíbrio de forças centro-periferia no sistema internacional.

Destacam-se neste contexto as coalizões com características e motivações voltadas para a representatividade convergente de interesses e/ou simplesmente para lograr uma maior projeção e atuação como carona (*efeito free rider*) da coalizão, ocorrida na esfera da geometria variável. Para isto, o comportamento e posicionamento tomado por este grupo de países emergentes apresenta, estrategicamente, um maior grau de interferência e projeção internacional; no entanto, geopoliticamente na categoria de *system affecting states* evitam mostrar-se como uma contraposição unilateral ao hegemon (SARAIVA, 2010, p. 19).

Villares (2006) cita Dupas para explicar o comportamento multifacetado e complexo da atuação destes países emergentes os quais atuam de forma a corresponder à sofisticada arquitetura do sistema internacional do século XXI, no que diz respeito ao grau de influência e a pressão articulada por meio de alianças estratégicas, as quais permitem, no caso do IBAS, o entendimento de ganho substancial para o modelo de promoção de desenvolvimento global, no caso o Fundo IBAS.

Caracteristicamente, o sistema internacional delineado pelo conceito de interdependência complexa (KEOHANE; NYE, 2011; 1989) abrange vários *global players*, os quais de forma recorrente e preferencial intensificam por interesses geoeconômicos e/ou ideológicos, fortalecem as atuações junto aos fóruns multilaterais, criando plataformas de coalizões e/ou agrupamentos, que podem ser exemplificadas pelo BRICS, IBAS, G-20. E, ainda, entendem que a garantia da ordem mundial ocorre por intermédio do fortalecimento de regras e regimes internacionais, de acordo com a teoria de Krasner (1989), os quais fortalecem a segurança e promovem a sincronia da estabilidade do sistema internacional *versus* os atores nele envolvidos.

Nesta ótica, Joseph Nye (2011) explica que no contexto da geometria variável e de assimetrias entre os membros, estes países, dependendo do tabuleiro e do grau de interesse, podem "apostar as fichas" na percepção de gerar ganhos a partir da cooperação e do apoio político para promover o ganho dos parceiros, numa perspectiva de ganhos absolutos, na construção do bem-comum na esfera da coalizão.

Da mesma forma, Pinto (2009, p. 4) explica por meio da teoria de Nye (2004) que as vertentes políticas do poder podem ser classificadas em dois tipos de ação, a saber:

[...] o *hard power* que são os poderes de âmbito econômico e militar utilizados sob a forma coercitiva sob outra nação e outro grupo de países para manutenção de reputação de poder mundial e o *soft power* que pode ser entendido como a "outra face do poder", uma maneira indireta de se conseguir os próprios objetivos.

Comenta Hurrell (2000) sobre a característica das coalizões do tipo g-x apresentarem normalmente um baixo grau de institucionalismo e, como tal, um baixo custo político para os países integrantes; porém, é inegável que são de considerável grau de representatividade (*voice opportunity*) para os que delas participam.

Na pauta dos fóruns consultivos e de diálogos promovidos pelos *países emergentes*, o tema da securitização tem se mostrado desde a década de 1990, voltados para o cenário da segurança nacional e a estabilização desta no âmbito regional nos entornos destes Estados, tornando-se uma das principais discussões do século XXI.

Nesta linha de raciocínio Buzan e Little (2000) abordam sobre as novas concepções das mudanças acerca do sistema internacional, quais sejam: o novo conceito de fronteiras político-territoriais, pela razão de as fronteiras não se apresentarem rígidas e pela característica de porosidade do Estado no século XXI.

Em torno disto, outro fator relacionado às mudanças supramencionadas é a questão do poder marítimo de um Estado, que conforme é citado por Tangredi (2004, p. 28), utilizando-se do conceito de Mahan, ressalta que este poder evolui e sofre interferências conforme surgem os avanços da acelerada comunicação e do comércio internacional, em um conceito de “*global common*” – entendido como uma versão moderna de globalização e de comportamento dos Estados-Nações.

Também sobre as mudanças ocorridas no cenário internacional no que diz respeito ao assunto acerca da liderança regional exercida pelos Estados, afirma Soko (2007) que esta capacidade e reconhecimento, em determinada área, é promovida pela emergência dos complexos regionais, os quais desempenham e têm como finalidade um maior controle sobre a presença de forças extrarregionais. Desse modo, conforme explica Soko (2007, p. 27):

[...] os adeptos da sociedade global de pensamento consideram que o processo de globalização tem disseminado a fragmentação do Estado-Nação e [...] a desintegração deste. Por sua vez, tem gerado novos tipos de conflito intra, e não entre Estados, com os quais o sistema tradicional não é capaz de lidar e para tanto caracteriza-se pela emergência de comunidades regionais de segurança que desempenhem um papel de liderança.

Ainda, neste cenário é relevante mencionar que caracteristicamente é aplicado o conceito de complexos de seguranças regionais, segundo Visentini (2010, p. 20) se apoia no conceito de Buzan e Weaver (2003) para explicar a presença dos complexos regionais de segurança:

[...] um conjunto de unidades cujos processos de securitização e desecuritização, ou ambos estão tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados um do outro. (tradução da autora).⁴

E, no âmbito do IBAS, segundo Visentini (2010, p. 20), o complexo de segurança regional no eixo Sul-Sul, está assim definido:

[...] na América do Sul (multipolar sendo um dos polos o Brasil); Sul da Ásia (bipolar, sendo os polos a Índia e Paquistão- com intensa interferência dos vizinhos China e Rússia); e a África Austral (sendo o único polo a África do Sul).

⁴ “a set of units whose mayor processes of securitization, desecutitization, or both are so interlinked that their security problem cannot reasonably be analyzed or resolved apart from one another.

Do ponto de vista do pilar central de determinado complexo regional de segurança Cepik (2010, p. 72) contribui e chama a atenção para as seguintes relações as quais são inerentes e proporcionam interferência no espaço regional do globo, a saber: “1) a distribuição de poder entre os Estados da região (polaridade regional); 2) os padrões de amizade-inimizade entre os atores relevantes (polarização); 3) as relações de poder com os atores externos da região, especialmente as grandes potências.”

Desse modo, apesar das potências regionais apresentarem um limitado poder de influência no sistema internacional, o contexto dos complexos regionais quando observados a partir da teoria de Buzan e Weaver, ressaltam a importância deste *status* de países no que consiste a temas de agenda específicos e de interesses estratégicos das grandes potências.

Logo, a performance dos Estados no século XXI volta-se para instaurar alargamentos e parcerias de caráter geoeconômico e *per se*, geoestratégicos, os quais são estabelecidos e percebidos, por exemplo, pelos complexos regionais de segurança, como ocorre, por exemplo, na tentativa do IBAS, mediante o projeto de cooperação naval-militar do IBSAMAR, conquistar credencial em nível global, para temas de monitoramento, desenvolvimento e estabilidade regional no âmbito do Atlântico Sul.

Quanto às iniciativas da cooperação trilateral do IBAS, destaca-se desde 2008, com a criação do IBSAMAR, um dos maiores avanços de cooperação no campo da segurança, sendo instaurada por objetivos geoestratégicos, conforme apresentado no Plano de Ação elaborado em 2004, em New Delhi, com foco e interesses de atuação conjunta no setor da defesa:

[...] a realização de treinamento de manutenção de paz conjunta e intercâmbio de militares, a promoção da segurança marítima e aérea, incluindo o combate ao tráfico de armas e drogas e o trânsito marítimo de produtos químicos tóxicos através dos oceanos Índico e Atlântico e cooperando em indústrias de armamento, pesquisa e desenvolvimento, comercial e marketing, além de exercícios militar-naval conjuntos têm sido a área mais expressivo desta cooperação trilateral. (FLEMES, 2011, p. 10, tradução da autora).⁵

É na plataforma da cooperação naval-militar que o IBSAMAR aparece como uma ferramenta de estrutura diplomática e de integração para monitoramento e controle no Atlântico Sul. Contribui Fledes (2011, p. 10), destacando a cronologia das atividades desenvolvidas pelo IBSAMAR desde que as iniciativas de cooperação na área de defesa foram lançadas:

⁵ [...] *conducting joint peacekeeping training and military personnel exchange; promoting maritime and air safety, including combating illegal weapons and narcotics traffic and maritime transit of toxic chemicals across the Indian and Atlantic Oceans and cooperating in armaments industries, R&D, trade and marketing and joint naval military exercises have been the most salient area of trilateral.*

O primeiro tipo de exercício, chamado IBSAMAR I, ocorreu em 2008 em águas sul-africanas. Ele permitiu que as respectivas forças navais para que trocassem conhecimentos e práticas relacionadas com a superfície, anti-submarino e operações anti-aéreos. O segundo exercício militar naval do IBAS, IBSAMAR II, ocorreu em setembro de 2010, novamente na África do Sul, com a Índia como o país líder para o planejamento. Foi um exercício mais complexo que engloba antiaérea, antisubmarino e com operações de treinamento conjuntas, juntamente com outras manobras de guerra naval, tais como abastecimento de combustível no meio do mar. (FLEMES, 2011, p. 10, tradução da autora).⁶

Ainda destaca:

No entanto, a maior parte do ambicioso programa de cooperação de defesa não foi posto em prática até agora. Aumento do intercâmbio de pessoal militar e exercícios navais conjuntos têm sido os resultados mais visíveis da cooperação de defesa. Contatos iniciais e os primeiros passos na área de indústrias de armamentos foram tomadas, mas até agora com poucos resultados tangíveis. Estas iniciativas permanecem em grande parte confinado a cooperação militar e do diálogo político sobre segurança issues. As mesmas não levaram a passos mais efetivos na coordenação de posições e ações sobre as questões mais sensíveis da agenda global de segurança. *Seu apelo político e impacto no cenário global também será limitado.* (FLEMES, 2011, p. 10, grifo nosso, tradução da autora).⁷

Em relação ao IBAS, Cepik (2010, p. 82) conclui a partir da hipótese de Diniz (2006, p. 2) de que para explicar o sucesso ou o fracasso de uma aliança entre as potências regionais essas estão diretamente condicionadas ao grau de polarização, sendo que quanto maior o grau de polarização, menor será o aporte de investimento promovidos em torno da aliança inter-regional, conclusão esta que, apesar da perspectiva de potencialidades possíveis nesta área, pode explicar o fato de o IBAS ter conseguido um tímido avanço na área da defesa, em virtude de a Índia focar fortemente suas relações de defesa voltadas para a questão com o Paquistão. Segundo Cepik (2010, p. 21), a hipótese de conflito com o Paquistão acaba por dificultar o envolvimento mais dinâmico da Índia na cooperação em nível do IBSAMAR; destaca que um ambiente mais favorável ao compartilhamento de informação pode ser vislumbrado de forma mais factível entre o Brasil e África do Sul.

⁶ [...] the first such exercise, called IBSAMAR I, took place in 2008 in South African waters. It allowed the respective naval forces to exchange knowledge and practices related to surface, anti-submarine and anti-air operations. The second IBSA naval military exercise, IBSAMAR II, took place in September 2010, again in South Africa, with India as the lead country for planning. It was a more complex exercise encompassing anti-air, anti-submarine and visit board-search-seize operations, along with other naval warfare maneuvers and joint training exercises.

⁷ Yet, most of the ambitious agenda for defense cooperation has not been put into action so far. Increasing military personnel exchange and joint naval exercises have been the most visible outcomes of defense cooperation. Initial contacts and the first steps in the area of armaments industries have been taken, but so far with few tangible outcomes. These initiatives remain largely confined to military cooperation and political dialogue on security issues. They have not led to more effective steps in coordinating positions and actions on the more sensitive issues of the global security agenda. **Their political appeal and impact on the global stage will also be limited.**

Além disto, é observado por Fledes (2011, p. 12), que no âmbito do IBAS é possível perceber assimetrias e a não convergência de prioridades quando se trata dos temas de segurança e políticas militares, a saber:

À medida que os ambientes estratégicos regionais de cada um dos três países do IBAS diferem grandemente, a sua segurança e as políticas militares também refletem diferentes prioridades. Assim, a preocupação atual de cada um dos países do IBAS sobre a busca das capacidades militares é uma consequência dos diferentes projetos políticos dos três atores e suas diferentes definições estratégicas. Os papéis que Índia, Brasil e África do Sul jogam regionalmente são obrigados a ser diferente, já que as respectivas capacidades de atuação no âmbito global também se diferem. (tradução da autora).⁸

Ainda, complementa Soko (2007, p. 29) que as ameaças globais têm confrontado a comunidade internacional e, para tanto, elas acabam se tornando cada vez mais independentes.

Para reforçar seu argumento, Soko (2007, p. 29) ressalta que esta performance é necessária e interdependente dos Estados no séc. XXI, conforme mostra o relatório das Nações Unidas High-Level Panel on Threats, Challenges and Change-Executive Summary (2004, p.1):

[...] no mundo de hoje a ameaça individual é ameaça de todos. A globalização significa que um grande ataque terrorista em qualquer lugar do mundo industrializado pode ter consequências devastadoras para o bem estar de milhões nos países em desenvolvimento [...] a erosão da capacidade de ação do Estado em qualquer lugar do mundo enfraquece a proteção de cada Estado, sendo que estes precisam da cooperação internacional para tornarem-se seguros.

Nesta seara, Stuenkel (2013, p. 1) define com o multilateralismo pelos seguintes propósitos geoestratégicos:

[...] Princípios multilaterais como a universalidade, o da não discriminação, inclusão e transparência. A prática do multilateralismo pelas democracias liberais após a Segunda Guerra Mundial foi, embora altamente imperfeito, com base em um conjunto de princípios de conduta que tornou segmentos da ordem internacional do pós-guerra em ambientes mais cooperativos, como as Nações Unidas. A disposição para abrir mão de parte da soberania ou a cooperar com base na reciprocidade, também são elementos importantes do multilateralismo. (tradução da autora).⁹

⁸ *As the regional strategic environments of each of the three IBSA countries greatly differ, their security and military policies will also reflect different priorities. Thus, the present concern of each of the IBSA states about the pursuit of military capabilities is a consequence of the different political projects of the three actors and their different strategic settings. The roles that India, Brazil and South Africa play regionally are bound to be different, as is their ability to conduct global-balancing.*

⁹ *[...] multilateral principles here as universality, non-discrimination, inclusiveness and transparency. The practice of multilateralism by the liberal democracies after World War II was, although highly imperfect, based on a set of principles of conduct which rendered segments of the post-war international order into more cooperative settings, such as the United Nations. A readiness to give up some sovereignty or to cooperate on the basis of reciprocity are also important elements of multilateralism.*

Neste contexto, Cepik (2010) recorre ao conceito de Segurança dos Complexos regionais de Diniz (2006) colaborando com a seguinte hipótese:

[...] a dinâmica de segurança nas respectivas regiões ibsaianas é distinta quando se considera o nível de conflito que cada país tem que lidar [...] sobre a viabilidade das alianças entre potências regionais é dada pela quantidade de recursos de poder que uma potência regional pode alocar, sendo que quanto maior o grau de polarização de determinada região, menor serão os recursos potencializados pela aliança inter-regional.

Desse modo, percebe-se que os membros do IBAS de fato têm condicionado uma maior aproximação desde 2003, apresentando um grau de confluência e concertação política para temas comuns de agenda, quais sejam: a segurança e paz mundial. Além disso, é relevante destacar que por se tratarem de potências médias, esses atores necessitam da legitimidade regional para fortalecer a projeção e aumentar o prestígio internacional em cenário global. Logo, é demandado desta coalizão, apesar do baixo grau de institucionalização, um comportamento de alinhamento e representatividade conjunta de interesses mútuos em foros multilaterais, entendida por alguns teóricos como necessária e estratégica quanto ao grau de interferência e contribuição para o reordenamento do sistema multipolar.

2.2 O IBAS no contexto teórico das coalizões e os eixos estratégicos

De acordo com Alexandroff e Cooper (2010), o processo de formação coalizacional das últimas décadas tem sofrido modificações; a exemplo do que ocorre no G-7/8, tem se tornado ilegítimo quanto à limitação de seus membros. Conforme estes autores (ALEXANDROFF; COOPER, 2010), o sistema internacional tem mudado no início do século XXI e em virtude da presença dos atores emergentes, especialmente representados pela China, Índia e Brasil. Destaca Clark (1991 apud ALEXANDROFF; COOPER, 2010, p. 2, tradução nossa) que a atual reconfiguração do sistema internacional no século XXI, não necessariamente resultou de uma drástica ruptura “[...] e a nova ordem mundial que tem emergido após o final da era bipolar, ainda não apresenta uma forma estabelecida.”

Para estes autores, neste cenário reconfigurado no pós-guerra fria, o que tem se percebido é a participação de novos atores emergentes e novas instituições representando uma agenda não apenas voltada para o temas de comércio internacional, mas para outras áreas de ordem global, quais sejam: direitos humanos, segurança internacional, clima.

Comenta Nkrumah (2013, p. 119, grifo nosso), que:

[...] os sistemas atualmente existentes para o desenvolvimento internacional e a governação global constituem um mosaico de estruturas antigas e de novos dispositivos. [...] A ascensão do Sul tornará estes sistemas ainda mais diversificados: é provável que a cooperação internacional venha a envolver uma teia ainda mais complexa de processos bilaterais, regionais e mundiais. Será, contudo, necessário que a todas estas estruturas trabalhem melhor em *concertação* — em particular quando se trata do fornecimento de bens públicos. Daí a extrema importância de *reforçar tanto as organizações mundiais* como as regionais e estender, em simultâneo, a representação e a responsabilização a um grupo mais alargado de Estados e intervenientes, de modo a refletir a emergência destas novas forças.

Ainda, vale ressaltar que estes países também chamados de *pivotal middle power*, conforme Chase, Hill e Kennedy (1996, p. 37) e Ozkan (2011, p. 3), são identificados por apresentarem as seguintes características, a saber:

[...] É uma combinação de Estados Centrais e de Estados Pivôs [...] Para ser um Estado Central, um Estado deve ser, no mínimo, fisicamente impressionante, tem uma grande população, estar estrategicamente localizado, e possuir poder econômico. Além disso, um Estado Pivô, terá a capacidade de afetar a estabilidade e influenciando tanto no contexto regional e internacional.¹⁰

Contextualizando este questão, Pinto (2009, p. 6) se apoia no arcabouço teórico de conceito de Keohane (1984) para destacar que as potências médias ajustam seus comportamentos atuais ou antecipados pela preferência dos outros, e, assim, representam seus próprios objetivos.

Neste contexto se estabelece um grau de interdependência, que segundo explica a teoria de interdependência complexa de Keohane e Nye (1969), os Estados parceiros normalmente ligados por uma plataforma coalizacional e de cooperação político-setorial, percebem um *trade off* mútuo.

Corroborando Keohane (1984), explicando sobre o dilema do prisioneiro, onde em algumas situações, a cooperação entre os atores torna-se impossível quando estes agem de forma racional, ressaltando o entendimento da importância da convergência política como plataforma, a qual cimenta e dinamiza a cooperação entre eles.

Para melhor entender sobre os *payoffs* dos atores envolvidos em uma coalizão, por exemplo, pode ser utilizada a teoria dos jogos ocultos, de George Tsebelis (1998, p. 23), que afirma:

[...] os jogadores enfrentam uma série de opções (estratégicas); quando cada um escolhe uma estratégia os jogadores determinam juntos o resultado do jogo, recebendo os *payoffs* associados a esse resultado [...] uma vez fixados os *payoffs* os atores escolhem estratégias ótimas para si mesmos, cada jogador escolhe uma

¹⁰ [...] *it is a combination of pivotal states and middle power. [...] to be a pivotal, a state must to be at minimum, be physically impressive, have a large population, be strategically located, and posses economic power. In addition, a pivotal state, will have the capacity to affect the regional and international stability" influence.*

estratégia que maximize o seu *payoff*, levando em conta o que os outros jogadores fazem.

Para Tsebelis (1998, p. 23), os jogos ocultos podem ocorrer em múltiplas arenas; os fatores contextuais interferem diretamente nas diferentes escolhas de estratégias utilizadas pelos atores, e, logo, podem se mostrar de forma variável dependendo da arena e dos objetivos.

Corroborando Fiani (2006, p. 112) que o dilema do prisioneiro em determinados processos de tomada de decisão e de interação estratégica pode ser visualizado no comércio internacional quando se observa o protecionismo praticado entre países, onde é percebido que a performance individual de cada jogador, quando este busca o que é melhor para si e não para todos. Ou seja, é aludido por este autor que a construção do bem coletivo é um dos maiores desafios de uma coalizão. Neste mesmo pensamento, alertam Narlikar e Tussie (2004) que os dois grandes desafios enfrentados pelas coalizões entre países em desenvolvimento se referem ao grau de interferência no sistema internacional e à diferença de prioridade percebida pelos membros de uma mesma coalizão.

O presente estudo utiliza-se da tipologia conceitual a partir da Teoria das Coalizões (*The Theory of Political Coalitions*), escrita por Riker (1962) que serviu como base para estudos e sobre a constituição de coalizões, comportamento e estabilidade coalizacional, o padrão de atuação e da eficácia das ações e do retorno recebido por eles mediante a troca de favores (*payoffs*). De acordo com essa teoria, assim como em um jogo, em um processo de formação de coalizões busca-se atingir um menor número possível de participantes, criando-se uma “coalizão vencedora mínima”, pois, dessa forma, a distribuição dos benefícios alcançados será concentrada em um grupo menor de atores. Esse desejo de minimização coalizacional deriva do “princípio do tamanho”, o qual recebeu – por parte de diferentes autores, tanto contradições quanto complementos que reforçam a sua afirmatividade.

Neste sentido, Russett (1968) afirma que no cenário internacional, onde o número de atores é mais amplo, o “princípio do tamanho” tem seus fundamentos enfraquecidos, pois a escassez de informações e a mensuração de poder dos participantes de uma coalizão faz com que estes busquem um número maior de apoiadores, a fim de ampliarem suas chances de êxito. Assim, o modelo não considera as diferenças de poder intracoalizão no processo de formação das alianças.

Já no que consiste a análise de predicabilidade das iniciativas/motivações coalizacionais e a questão do equilíbrio de poder intercoalizões e a busca pelo controle de poder entre os atores de tal parceria, seria motivados pela assimetria de poder relativo entre os

membros e não ao contrário, como defende Riker (1962).¹¹ Tal evento exemplifica a ocorrência de uniões entre países intermediários e mais fracos, pois caso os primeiros optassem por se unir com potências hegemônicas, correriam o risco de se tornarem subordinados a estas.

Outro autor que aceita o modelo de Riker e vai um pouco mais além, é Ganson (1961). Segundo ele, os participantes de uma coalizão tendem a limitar suas parcerias a membros eficazes, priorizando suas “preferências estratégicas não-utilitárias” (predileções políticas e ideológicas). Mais que isso, Ganson afirma que o custo de coalizões ideológicas concordantes é menor e o retorno aos seus membros é maior, além de a coalizão possuir um menor risco de descumprimento.

Para Hinckley (1979), o processo de formação de coalizões, assim como o seu comportamento, pode ser melhor visualizado quando se avaliam os atributos dos membros, os recursos distributivos iniciais, as condições e regras do jogo e os padrões e comportamento das alianças, considerando o fato de que as variáveis dependem do problema de pesquisa e influenciam-se umas com as outras. A partir disto, predominam estudos que aceitam as coalizões “temáticas ou setoriais” (*specific-issue ou setorial issue*) como sendo as que apresentam um maior êxito no fator estabilidade e eficiência em resultados positivos em negociações internacionais. Já as coalizões “abrangentes” ficam mais suscetíveis ao risco dos parceiros atuarem como *veto-player*. Em contrapartida, Hamilton e Whalley (1989) aderem à ideia de que as coalizões “temáticas” tendem a ser fragilizadas quando expostas às trocas intertemáticas (*cross-over issue*).

No que concerne o comportamento do Fórum Consultivo de Diálogo – IBAS, a presente pesquisa utiliza-se da tipologia conceitual de Amrita Narlikar (2003) para melhor entender o padrão comportamental dessa coalização voltados a temas de alta política. Esta autora que estuda o comportamento coalizacional dos países em desenvolvimento similar no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), afirma que as coalizões entre países em desenvolvimento tendem a triunfar quando estes possuem “coerência interna”, ou seja, os interesses econômicos em comum sobrepõem-se aos ideológicos, além de possuírem representatividade externa. Quanto às coalizões abrangentes, a autora os vê como “fóruns consultivos”; unilateralmente estes atores não conseguem interferir e influenciar nas relações multilaterais. Ainda, é destacado por Narlikar (2003), que as coalizões se apresentam sob modo de aliança ou de bloco; na primeira, os atores se agrupam por interesses específicos e se

¹¹ Ver Caplow (1959, p. 472) .

estabelecem numa relação de dar e receber. Já na coalizão do tipo bloco, os atores compartilham a convergência de interesses político-ideológicos proporcionando uma maior durabilidade considerando a plataforma política que cimenta a representatividade dos interesses comuns destes atores e, por fim, como consequência, pode gerar uma característica de bloqueio nas tomadas de decisões, justamente por tratarem de agenda abrangente.

Também contribuindo nas teorias gerais de formação de coalizões, Olson (1999) aborda em *A Lógica da Ação Coletiva*, o fato de que a partir de um custo/benefício, dados os benefícios que podem ser obtidos por meio dessas alianças, o que deve ser observado são os fatores de “não excludibilidade” e “partilhabilidade” desses benefícios. Ele também argumenta que o tamanho do grupo interfere diretamente na vontade de cooperação de seus membros, pois quanto mais participantes, menor será a parcela de benefícios recebida por cada um deles, logo caracterizando uma propensão do carona (*free rider*).

Alargando um pouco mais a discussão, Russel Hardin (1982) defende a ideia de que um “empreendedor político” poderia assumir uma maior parte do custo de uma ação coletiva em prol de interesses próprios, neste caso poderia explicar a atuação brasileira em conduzir fortemente o IBAS para aspirações ao assento permanente no CSNU.

A partir da ideia proposta por Olson (1999), questiona-se se há uma agenda internacional do Sul e no caso de existência desta, se ela seria normativa (de princípios) ou substantiva (de interesses comuns), considerando o fato de que ambos podem estar presentes na base da coalizão. Cabe mencionar que a agenda internacional seria um benefício que se originaria da ação coletiva e a ausência desta comprometeria a formação de uma coalizão internacional. Contudo, segundo Olson (1999), uma agenda internacional é essencial, mas não suficiente neste processo de criação de alianças. Neste contexto, Santos (1989) menciona que os benefícios vislumbrados na formação de coalizões Sul-Sul de ordem normativa, seriam a congruência dos princípios e identidade dos participantes, objetivando um reequilíbrio do sistema. Já em formação de coalizões Sul-Sul de ordem substantiva, a definição de objetivos coletivos não é facilmente determinada, sendo que as coalizões específicas possuem mais facilidade em alcançar os benefícios propostos pela ação coletiva do que em uma coalizão abrangente, dada a maior clareza de suas propostas.

No que se refere à criação de coalizões, Oliveira (2006) comenta sobre os fatores que as originam caracterizam-se como endógenos (intra-aliança) ou exógenos (externos à aliança). E, quanto ao caráter, ambas podem ser defensivas (moderar uma agenda) ou ofensivas (demandantes de uma agenda internacional).

Segundo esta autora, a coalizão exógena-ofensiva é aquela onde não há, necessariamente, uma grande interdependência entre os participantes, porém o objetivo deve ser claro e comum entre eles, para que ocorra a ação coletiva; já a coalizão exógena-defensiva requer um maior engajamento entre seus membros – mas não necessariamente um alto nível de interdependência entre eles –, que irão, a partir de seus interesses internos, formular seus objetivos internacionais. Ainda afirma que, as alianças endógeno-ofensivas apresentam alto grau de interdependência entre seus participantes e cobra-se uma forte atuação por parte de seus líderes, havendo uma demanda por incentivos seletivos.

No que diz respeito à coalizão IBAS, Oliveira (2006) classifica como aliança entre países com baixo grau de interdependência socioeconômica, tendo como fator indutor da coalizão, a interdependência endógena, que proporcionaria aos seus membros referências para se lidar com problemas comuns, além do que poderiam motivar o alargamento da interdependência entre eles como forma de pulverizar suas parcerias, para além daquelas realizadas com as grandes potências.

Para o entendimento de eixos combinados de Pecequillo (2008), explica a autora que o perfil coalizacional da maioria dos países após o período da Guerra Fria mudou, inclusive, os EUA, que se apresentavam na esfera global como a grande e única superpotência, e reconheciam a necessidade de alargar as relações e ajustes e promover correções de rumo nas respectivas agendas de política externa, já considerando o contexto multipolar.

Destaca Pecequillo (2008, p. 137), que o cenário voltado para a esfera, o multilateral e multipolar, fazia-se cada vez mais factível aos novos anseios da comunidade internacional, a saber:

[...] o sentimento de cooperação e da universalização dos regimes políticos e econômicos liberais, as visões que embasavam estas avaliações eram relacionadas à criação de uma “Nova ordem mundial” sustentada na liderança dos EUA e na governança multilateral, na qual se destacava o papel mediador das Nações Unidas (ONU), e a premissa do “fim da história”. Em tal cenário de otimismo, a situação do Terceiro Mundo caminhava no sentido oposto, o do aumento da vulnerabilidade devido ao aprofundamento das crises sociais e econômicas que emergiram nos anos 1980, as transições do autoritarismo à democracia, culminando com a perda de suas táticas pendulares entre Leste e Oeste e das articulações do Movimento Não-Alinhado.

É destacado por esta autora, que a década de 1990 foi caracterizada pelo retorno da relação bilateral-hemisférica, intensificando o eixo vertical e tradicional das relações globais norte/sul; já nos anos 2000 esta relação sofre uma mudança de perfil e direção coalizacional dos atores internacionais, especialmente os emergentes, os quais se voltam para o eixo

horizontal Sul-Sul, como uma espécie de diversificação de parcerias (CEPALUNI; VIGEVANI, 2007).

Oliveira (2006) destaca que a característica coalizacional dos emergentes/países intermediários não pode ser entendida apenas no aspecto de interesses convergentes para o aspecto comercial, mas que a análise de perfil coalizacional deste grupo de países deve ser feita considerando os interesses políticos estratégicos. Para isto, é possível perceber que os países emergentes podem apresentar interesses divergentes para determinada agenda global, mas que podem ser compatibilizáveis justamente por se tratarem de países desta categoria, os quais apresentam um perfil voltado para a legitimidade e ampliação da ordem multilateral e interdependência, posto como uma oportunidade de diversificar parcerias além do eixo tradicional norte-sul.

Celso Amorim destaca a importância do IBAS o qual promove e une três grandes democracias do Sul, uma de cada continente; o bloco pode ser útil como um ímã para a cooperação entre países em desenvolvimento, e como uma força para o diálogo – o que é diferente do confronto – com o Norte rico (AMORIM, 2003, p. 161 apud CEPALUNI; VIGEVANI, 2007).

Pecequillo (2008, p. 150) afirma em sua tese que a

[...] coadunação dos eixos tem se provado essencial para a recuperação do status como potência média emergente, permitindo revitalizar tradições e encontrar um espaço diferenciado de atuação no reordenamento do pós-Guerra Fria. Portanto, não existe escolha entre o Primeiro e o Terceiro Mundo, os eixos Norte-Sul, horizontal ou vertical, mas sim a sua combinação.

Corroborando deste entendimento Sennes (2003), afirmando que a reputação internacional das potências médias é dada mediante a combinação de atuação e influência tanto no contexto regional quanto global.

Dessa maneira, utilizando o conceito dos eixos combinados de Pecequillo permite a pesquisa uma melhor compreensão sobre o comportamento da coalizão IBAS, a qual não deve ser entendida como contraditória, apesar do criticismo sofrido desde 2003 por retomar um discurso terceiro-mundista quando propõe e oferece parceria solidária para a promoção ao desenvolvimento global. Todavia, o que se percebe desde 2003, é que o IBAS tem construído reputação internacional como grupo ofertante de transferência de conhecimento em prol do desenvolvimento global, em vez de demandar e receber os fluxos de ajuda internacional, como já o fizeram no passado.

O entendimento de cooperação praticada pelo IBAS para o desenvolvimento global é percebida como uma oportunidade de atuação combinada para atuação tanto no contexto regional quanto global, pois permite que os atores internacionais com atuação no eixo da cooperação Sul-Sul, permeiem em diferentes arenas multilaterais, perseguindo uma maior aliança e, conseqüentemente, como ganho, conferindo a estes países a projeção internacional.

Esta coalizão trilateral está cimentada em duas plataformas, não necessariamente excludentes, as quais apresentam objetivos voltados para a construção de reputação internacional dos membros do IBAS, como países emergentes e promotores do desenvolvimento da cooperação Sul-Sul horizontal.

Referente ao eixo Sul-Sul Soft, pode ser entendida como uma plataforma para influenciar o sistema internacional por meio do eixo da cooperação pela transferência de conhecimento. Apresenta-se com objetivos claros de incrementar o grau de interferência no sistema internacional mediante a diplomacia coordenada para o desenvolvimento.

Ao que consiste o eixo Sul-Sul Soft, o grau de cooperação técnica oferecida pelo Fundo IBAS desde 2004, pretende explicar que o IBAS executa um mecanismo inovador de promoção ao desenvolvimento, oferecendo ao cenário global um modelo próprio de cooperação, e que se distancia do padrão de cooperação e doação praticada pelos doadores tradicionais, os quais fazem parte da OCDE.

Para este contexto de interferência internacional, Pinto (2009, p. 45) se utiliza do conceito de Wight (2006) para explicar que a diferença de atuação das potências médias no contexto regional pode diferir do global, a saber:

Haverá, em subsistemas, como o mundo árabe e a América do Sul e África negra, alguns Estados com interesses gerais em relação à região limitada e à capacidade de agirem por si sós, o que lhes confere a aparência de grandes potências locais, como Egito, Iraque, Arábia Saudita, Argentina, Brasil e África do Sul. Essas grandes potências regionais provavelmente serão candidatas a serem inseridas na categoria de potências médias no sistema de Estados considerado como um todo. (WIGHT, 2006, p. 35).

E considerando que os membros do IBAS são *system affecting states*, por intermédio do Fundo IBAS inaugurado em 2004, estabelecem no prisma da ação, anseios compartilhados pelo espírito de Bandung. Com características próprias e não tradicionais de cooperação –sob forma de *demand driven*, a qual permite ao IBAS lograr e legitimar por intermédio da política *soft power*, uma maior credencial e reputação internacional por meio da transferência de expertise, criando guias de boas práticas (*guidelines*) para a comunidade internacional por meio do oferecimento da cooperação estratégica, pelo avanço do desenvolvimento humano pela capacitação (FUNDO IBAS, 2013).

Em relação ao eixo Sul-Sul Hard, objeto deste estudo, este é tratado como uma plataforma de representatividade pela convergência político-estratégica para influenciar a agenda no âmbito dos organismos multilaterais (OMC, CSNU). Nesta plataforma pode existir dificuldade de convergência política em razão dos interesses estarem em discordância e pela característica desta coalizão ser de baixo grau de institucionalização e por ser do tipo ideológico-político, ou seja, não são econômico-interdependentes, e, por isto, permite um desvio de convergência, como ocorreu com o comportamento brasileiro e indiano, contra a quebra de subsídios agrícolas na Rodada Doha, em 2003).¹²

Ainda neste eixo de atuação e concertação político-diplomática para tratar de temas de alta política, o IBAS teria como maior objetivo influenciar no sistema internacional, expressando fortemente uma representatividade pela mudança e redistribuição na balança de poder da ordem mundial, onde não necessariamente os países que compõem o IBAS apresentam aspirações estratégicas de mesmo objetivo e grau.

Explica Stephen (2011, p. 1) que os membros do IBAS têm convergido em esforço político para o tema da reforma do Conselho de Segurança da ONU, entendendo que a comunidade internacional deva reconhecê-los pela representatividade geográfica e capacidade material que representam. Sobre a condição regional da África do Sul, o autor destaca que a candidatura à vaga permanente está condicionada à União Africana.

Quanto à relação do binômio dependência-autonomia, Soares de Lima (1990, 2005 apud VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 326), salienta que são características inerentes à condição de países enquadrados no sistema internacional como potências médias. Complementa destacando que esses países, por estarem em uma escala intermediária de poder tendem a apresentar uma variabilidade de padrões de comportamento, em certas ocasiões mais semelhantes aos países fracos; em outras, mais próximos das grandes potências. Dessa maneira, “[...] capacidades e vulnerabilidades podem variar de uma área temática a outra, modificando-se, portanto, as relações de forças entre essas áreas.”

O objetivo desta seção foi promover um debate teórico sobre as coalizões, em particular para destacar as características destes atores como potências médias utilizando-se do conceito de Sennes (2006), para melhor entender o caráter motivacional e o padrão de

¹² Sobre a Rodada Doha, explica Soares de Lima (2005, p. 7) que os países desenvolvidos se comprometeram ainda em elaborar mecanismos para dar maiores oportunidades aos países pobres no comércio internacional. Passariam a promover programas e acordos comerciais preferenciais mais favoráveis aos seus produtos, ampliar oportunidades de mercado e estimular a integração e o comércio regional entre os países em desenvolvimento. Além disso, se comprometeram a retirar barreiras procedimentais que impedem a liberalização comercial multilateral de produtos agrícolas, conforme a agenda de Doha. Para maiores informações ver Doha Ministerial Declaration, Agricultura. Disponível em: <<http://www.un.org>>. Acesso em: 19 out. 2013.

comportamento coalizacional do IBAS *versus* atuação no sistema internacional, como *system affecting states* e com limitada influência sob forma unilateral, conforme teoriza Keohane, e, com caráter multifacetado e dual de atuação (ambiente regional e global), indo ao encontro do conceito de Soares de Lima.

2.3 IBAS: uma retórica de Bandung ou mecanismo inovador no eixo Sul-Sul Hard da cooperação Sul-Sul (SSC)?

A Conferência de Bandung, considerada mundialmente por ser uma das conferências mais importantes no período após a descolonização no continente Africano e Asiático, ocorreu na Indonésia de 18 a 24 de abril de 1955, com a participação dos Primeiros Ministros de Burna, Ceylon, Índia, Indonésia e Paquistão. Além destes 5 países, participaram outros 24 países representantes do continente africano e asiático (Afeganistão, Libéria, Cambodia, Líbia, República Popular da China, Nepal, Egito, Filipinas, Etiópia, Arábia Saudita, Costa do Ouro (futura Gana), Sudão, Irã, Síria, Iraque, Tailândia, Japão, Turquia, Jordânia, República Diplomática do Vietnam, Laos, Estado do Vietnam, Líbano e Iêmen) (OUP, 2012).

Esta Conferência – a qual não contou com a participação dos Estados Unidos e da URSS – tem sua relevância por se tratar da primeira cúpula após o processo de descolonização, onde foi promovido um fórum de diálogo com interesses mútuos dos países representados, para compartilhar ideais extremamente políticos em torno dos problemas de interesse comum acerca do desenvolvimento econômico, cultural, político e de cooperação e paz mundial.

Quanto ao tema da reforma do Conselho de Segurança da ONU, na Conferência de Bandung os representantes dos 29 países Sino-Africanos já declaravam o formato inadequado da distribuição e representatividade geográfica dos países no CSNU, e, para tanto, fortaleceriam a promoção do diálogo mundial em torno desta questão voltada para a paz e segurança mundial.

Conforme Pinto (2009, p. 56), Bandung era a manifestação contrária do condomínio bipolar promovido pelos EUA e URSS e, por isto, conseguiu promover um comunicado delineado de extrema reciprocidade de entendimento e consensualismo entre os 26 Estados Sino-Africanos representados no referido fórum, expressados em 10 princípios:

1. Respeito aos direitos humanos fundamentais e aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas;
2. Respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações;

3. Reconhecimento da igualdade de todas as raças e de todas as nações, grandes ou pequenas;
4. Abstenção da intervenção ou interferência nos assuntos internos de outro país;
5. Respeito ao direito de cada nação de defender-se individual ou coletivamente, em conformidade com a Carta das Nações Unidas;
6. Abstenção do uso de arranjos de defesa coletiva destinados a servir a interesses particulares de quaisquer das grandes potências, (b) Abstenção por parte de qualquer país de exercer pressões sobre demais países;
7. Abstenção de atos ou ameaças de agressão ou uso da força contra a integridade territorial ou independência política de qualquer país;
8. Resolução de todas as disputas internacionais por meios pacíficos, como a negociação, conciliação, arbitramento ou decisão judicial, assim como outros meios pacíficos escolhidos pelas partes, em conformidade com a Carta das Nações Unidas;
9. **Promoção de interesses mútuos e da cooperação;**
10. Respeito à justiça e às obrigações internacionais. (PINTO, 2009, grifo nosso).

Por intermédio da Conferência de Bandung, Lee (2010, p. 3) utilizou-se do conceito de *communities represented* de Anderson (2001) para explicar o comportamento de representatividade e participação conjunta dos vinte e nove países afro-asiáticos, os quais discutiam a fase pós-colonial e as possibilidades de interação no sistema internacional. Para tanto, esse grupo de países buscava de forma imperativa a representatividade diplomática no cenário de pós-Guerra Fria. Naquele momento, logrando um novo lócus perante a comunidade internacional, a partir da autopercepção de serem Estados com autonomia tanto no contexto interno quanto externo, e ainda, alimentavam o sentimento de pertencimento ao Ocidente.

Considerando a voz solidária expressa em Bandung ao mundo, Lee (2010, p. 3) e Prashad (2007, tradução nossa) afirmam que: “[...] apresentavam-se ambos resíduos de romance da revolução bem como do novo e real sentimento de *realpolitik* advinda da nova ordem mundial que estava se formando.”¹³

Neste sentido, Lee (2010) comenta que esta Conferência criou uma plataforma de discussão política, de participação e representatividade dos novos líderes após o período colonial e os quais reafirmavam a ideologia política contra o imperialismo praticado pelas grandes potências. Inclusive a autora destaca que a referida conferência pode ser entendida como:

A conferência visou um despertar por um sentimento complexo de objetivos individuais e do grupo. [...] Os resultados imediatos restabeleceu o maior desejo da cooperação econômica e do intercâmbio cultural, reconhecimento dos direitos humanos e da autodeterminação dos povos e a condenação das novas e futuras

¹³ [...] contained both the residual romance of revolution, as well as the *realpolitik* of a real new order in the making.

formas de imperialismo e a necessidade de prosseguir com políticas que promovam a paz mundial. (tradução da autora).¹⁴

Ainda Lee (2010, p. 15, tradução nossa) complementa dizendo que o momento mais importante deste evento foi o *feeling* político apresentado naquele momento, criando a primeira ideia de Terceiro Mundo solidário, o qual foi o espírito da conferência.

Contribui Arkhangelskaya (2010, p. 1) na afirmação de que o IBAS rerepresenta ao mundo o espírito de Bandung (1955), criando uma plataforma consolidada de representatividade para temas centrais da agenda mundial, quais sejam:

[...] Tem como objetivo promover a cooperação Sul-Sul no espírito da Conferência de Bandung de 1955 e o Movimento dos Não-Alinhados e do Plano de Ação de Buenos Aires, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1978, que incentivava a cooperação Sul-Sul entre países em desenvolvimento. O objetivo principal do IBAS é o desenvolvimento de estratégias para equalizar a arquitetura política e econômica do sistema internacional através da criação de uma plataforma consolidada no eixo sul. Os membros compartilham uma abordagem política moderadamente coerente para as atividades da ONU, e apoiam os organismos multilaterais como um meio de resolver os desafios de um mundo globalizado, com um foco particular sobre o papel da ONU na manutenção da segurança, da estabilidade internacional e promoção do desenvolvimento sustentável. (ARKHANGELSKAYA, 2010, tradução da autora).¹⁵

Destarte, Lee (2010, p. 15) utiliza-se da definição de Vijay Phashad (2007) acerca do espírito de Bandung:

O que eles queriam dizer era simples: Que o mundo colonizado agora surgiu para reivindicar seu espaço no mundo dos negócios, e não apenas e adjunto do primeiro ou no segundo mundos, mas é um jogador em seus direitos [...] Bandung foi a recusa da subordinação econômica e supressão cultural – duas das principais políticas do imperialismo. (tradução da autora).¹⁶

O espírito compartilhado em Bandung representou uma coalizão de países que possuíam autonomia para a nova ordem mundial, afirmando compromissos com as questões

¹⁴ [...] *the conference captured a complex sense of individual and group aims.[...] the immediate outcomes reinstated the greater desire of economic cooperation and cultural exchange, recognition for human rights and self-determination and the condemnation of new and future forms of imperialism and the need to pursue policies that would promote world peace.*

¹⁵ [...] *aims to advance South-South cooperation in the spirit of the 1955 Bandung Conference of the Non-Aligned Movement and the Buenos Aires Plan of Action, endorsed by the UN General Assembly in 1978, which encourages South-South cooperation among developing countries. IBSA's main goal is the development of strategies to equalise the political and economic architecture of the international system by creating a consolidated platform in the South. Members share a moderately coherent policy approach to UN activities, and support the international system as a means of resolving the challenges of a globalising world, with a particular focus on the UN's role in maintaining international security and stability and promoting sustainable development.*

¹⁶ [...] *what they meant was simple:that the colonized world had now emerged to claim for its space in world affairs, not just and adjunct of the First or the Second Worlds, but its a player on your its rights.[...] Bandung was the refusal of the economic subordination and the cultural supression- the two of the major policies of the imperialism.*

de autodeterminação, direitos humanos e paz mundial e que deve ser entendido como um momento isolado da história, mas que deve ser situado dentro de um rico intercâmbio intercontinental que foi e continua sendo até os dias atuais (LEE, 2010, p. 15, tradução nossa).

Afirma Arraes (2006), que os países de Terceiro Mundo, a partir dos anos 1990, vislumbraram a oportunidade de reordenamento do sistema internacional, sob a égide estabelecida pelo binômio político-econômico, ocorrendo por meio da institucionalização de um cenário multilateral e multipolar promovendo a mudança, a qual deveria ser iniciada pela Organização das Nações Unidas – respeitando os valores democráticos de inclusão, revelando um novo equilíbrio da balança de poder mundial, este de modo compartilhado.

Quando observada a Declaração de Brasília, emitida conjuntamente pelo IBAS, em 06 de junho de 2003, percebe-se que a cooperação trilateral institucionalizou e endossou na sua maioria os compromissos políticos-ideológicos expressados pelos líderes sino-africanos na Conferência de Bandung, a saber:

1. Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, da África do Sul, Nkosazana Dlamini-Zuma e da Índia, Yashwant Sinha, reuniram-se em Brasília, em 6 de junho de 2003, dando prosseguimento a consultas anteriores e após conversações entre os Chefes de Estado e/ou de Governo de seus respectivos países por ocasião da Cúpula do G-8, em Evian.
2. Este constituiu um encontro pioneiro de três países com democracias vibrantes, de três regiões do mundo em desenvolvimento e atuantes em escala global, com o objetivo de examinar *temas da agenda internacional e de interesse mútuo*. Nos últimos anos, notou-se a importância e a necessidade *de diálogo entre países e nações em desenvolvimento do Sul*.
3. Os chanceleres do Brasil, África do Sul e Índia consideraram, em especial, a importância do respeito às regras do *Direito Internacional, do fortalecimento da Organização das Nações Unidas* e do *Conselho de Segurança* e da prioridade ao exercício da diplomacia como meio para a *manutenção da paz e da segurança internacionais*.
4. Coincidiram na necessidade de reformar a Organização das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança. A esse respeito, frisaram a necessidade de o Conselho ser expandido nas categorias de membros permanentes e não permanentes, com participação de países em desenvolvimento, em ambas as categorias.

5. Assinalaram novas ameaças à segurança – como o terrorismo, em todas suas formas e manifestações, as drogas e os delitos a elas conexos, o crime organizado transnacional, o tráfico ilícito de armas, as ameaças à saúde pública, em particular o HIV/AIDS, os desastres naturais, o trânsito de substâncias tóxicas e dejetos radioativos por via marítima.
6. Os Ministros destacaram a prioridade atribuída pelos três Governos à *promoção da inclusão e equidade sociais, por meio do apoio à agricultura familiar, da implementação de políticas eficazes de combate à fome e à pobreza, e da promoção da segurança alimentar, da saúde, da assistência social, do emprego, da educação, dos direitos humanos e da proteção do meio ambiente.*
7. Os chanceleres enfatizaram a importância, por razões de equidade e de desenvolvimento, de tratar de questões relativas à *eliminação de todos os tipos de discriminação racial* e de promover a igualdade de gênero e conceder prioridade a uma perspectiva de gênero nas políticas públicas.
8. Os três chanceleres expressaram satisfação pela aprovação, no âmbito da 56ª Assembleia Mundial da Saúde, da Convenção para o Controle do Tabaco, e comprometeram-se a envidar esforços para ratificar a Convenção no mais breve prazo possível.
9. Os chanceleres identificaram na cooperação trilateral relevante instrumento para alcançar a promoção do desenvolvimento social e econômico, bem como ressaltaram sua intenção de dar maior impulso à cooperação entre eles.
10. Os Ministros destacaram que as novas tecnologias de informação e comunicação estão transformando o mundo em rápida velocidade e de modo fundamental. Ao mesmo tempo, tem-se processado amplo distanciamento no domínio de tecnologias digitais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o que está afetando negativamente a capacidade dos países em desenvolvimento de extrair os melhores benefícios do processo de globalização.
11. Em relação aos temas ambientais e do desenvolvimento sustentável, reconheceram que a Conferência do Rio, e sua Agenda 21, a Cúpula do Milênio e as Cúpulas de Monterrey e de Joanesburgo, e o Plano de Implementação da Agenda 21 contêm diretrizes fundamentais para orientar a ação de seus Governos e iniciativas de cooperação.
12. Reiteraram ainda seu empenho na implementação efetiva da Convenção sobre Diversidade Biológica, em especial, dos direitos dos países de origem sobre seus

de autodeterminação, direitos humanos e paz mundial e que deve ser entendido como um associado.

13. Ao acolherem positivamente o crescimento econômico, o aumento do emprego e o *desenvolvimento social*, bem como a correspondente elevação dos padrões de vida em vários países em desenvolvimento como resultado de fluxo mais livre de comércio, capital e tecnologia, os chanceleres do Brasil, da Índia e da África do Sul expressaram sua preocupação de que amplas parcelas da população mundial não se têm beneficiado da globalização.
14. Os Ministros lamentaram que os grandes parceiros comerciais ainda estivessem movidos por preocupações protecionistas em setores pouco competitivos de suas economias. Sublinharam a necessidade de se dar cumprimento integral ao Programa de Doha para o Desenvolvimento e enfatizaram a importância de que os resultados da rodada de negociações comerciais em curso contemplem especialmente a *reversão das políticas protecionistas e práticas conducentes a distorções do comércio*, mediante a melhora das regras do sistema multilateral de comércio.
15. Os chanceleres assinalaram com preocupação a crescente vulnerabilidade dos países em desenvolvimento às flutuações globais dos preços de matérias-primas.
16. Dirigiram sua atenção para o impacto sofrido por vários países em desenvolvimento nos anos recentes, como resultado da volatilidade dos fluxos financeiros globais. Concordaram em fortalecer sua cooperação no sentido de tornar a arquitetura financeira internacional receptiva ao desenvolvimento e de aumentar sua eficiência para prevenir e lidar com crises financeiras nacionais e regionais.
17. Reiteraram sua crença em que o *sucesso da globalização com equidade requer boa governança, tanto no nível nacional quanto, em particular, no internacional*, em reconhecimento ao fato de que, como consequência da globalização, fatores externos tornaram-se críticos na determinação do sucesso ou do fracasso em alcançar o desenvolvimento sustentável.
18. Os Ministros recomendaram a seus respectivos chefes de Estado e/ou Governo a realização de encontro de cúpula dos três países.
19. Decidiram manter consultas políticas regulares sobre os itens da agenda internacional, *assim como intercambiar informações sobre questões de cooperação mútua*, a fim de coordenar posições sobre questões de interesse comum (BRASIL, 2013, grifo nosso).

Em relação à característica e performance da horizontalidade da cooperação Sul-Sul, promovida pelo IBAS, percebe-se que os temas de agenda da Conferência de Bangung voltados para governança global acabam por se repetir no discurso dos novos emergentes, mas que agora, esta categoria de países – as novas coalizões – que conforme explica a teoria de Narlikar (2003) – buscam se afastar do status terceiro-mundista para desfrutar uma projeção internacional em patamares mais representativos, como *global players*, logo, participando e influenciando os diferentes tabuleiros dos organismos multilaterais de forma peculiar, em especial no eixo- Sul-Sul Hard, para a Reforma do CSNU.

E, nesta seara das motivações das coalizões Sul-Sul, encontra-se o Fórum IBAS,¹⁷ o qual surgiu na ocasião da reunião do G-8 no ano de 2003 em Evian, que consolidaria a iniciativa trilateral do Fórum de Diálogo e, conforme explicam Vizentini e Silva (2010), ele consiste na articulação estratégica entre Índia, Brasil e África do Sul, e que de modo consensual, respeita os princípios das normas internacionais e fortalecimento da ONU, em especial a reforma no Conselho de Segurança, entendendo-se que a diplomacia deverá garantir a paz e a segurança internacional.

Acerca da criação do IBAS, o Chanceler Celso Amorim menciona que “[...] é marcado desde a sua origem, pelo signo do pragmatismo – mesmo a concertação política-diplomática sobre os mais diferentes temas –, sejam eles a Rodada de Doha, a promoção da paz e da segurança ou combate à fome e à pobreza voltando-se para a obtenção de avanços concretos.” (AMORIM, 2011, p. 79).

Complementando, Oliveira (2006) entende o IBAS como uma aliança entre países com baixo grau de interdependência socioeconômica, tendo como fator indutor da coalizão, a interdependência endógena, que proporcionaria aos seus membros, referências para se lidar com problemas comuns, alargando parcerias além das tradicionais com o eixo Norte-Sul.

De acordo com White (2009, p. 2), a coordenação do IBAS é evidente e o tema prioritário desta coalizão é a reforma dos organismos internacionais, posto em destaque pela autora, o grau de uma convergência de votação de 96% dos países do IBAS com maior evidência para o tema da reforma do Conselho de Segurança. Ainda destaca que, quanto à estratégia dos membros do IBAS para a conquista do assento permanente e o grau de aspiração para tal, varia entre eles, mas a representatividade pela reforma é cada vez mais fortalecida.

¹⁷ “O Fórum Trilateral de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) foi criado em 2003, pela Declaração de Brasília.”

Por se tratar de um fórum consultivo, com fundo político, e que a cada ano ganha mais espaço e respeito por parte dos atores internacionais, o IBAS ganha destaque por se caracterizar como uma coalizão estabelecida por um mecanismo inovador de diálogo que reúne três grandes democracias multiétnicas, conforme apontado por Visentini (2011, p. 117).

Neste sentido, complementando a ideia acerca do IBAS, Pereira (2010, p. 49) dá a sua contribuição referenciando-o como um experimento mais arrojado de cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento e a construção de um sistema internacional de contornos multipolares e multilaterais:

Seus três eixos de atuação são a *Concertação Política* (atuação comum no G-20, G-4, reforma do CS da ONU e ações pela paz e contra a fome), a *Cooperação Sul-Sul* (grupos de trabalho na área de logística, educação, ciência & tecnologia, saúde, etc.) esses países têm compartilhado experiências e expertises; e a *Cooperação com terceiros países* (Fundo Ibas no combate à fome e à pobreza e ajuda a países menos desenvolvidos).

No que se refere à importância do IBAS aos seus membros, utilizando-se das palavras da presidente Dilma, em 18 de outubro de 2011, na cidade de Pretória, África do Sul, na ocasião da V Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado do IBAS:

A importância do Ibas tem muito a ver com o papel global que desempenhamos e podemos desempenhar, com o fato de que representamos três continentes – a América Latina, a África e a Ásia. Esse Fórum é, portanto, um poderoso instrumento para promover a cooperação trilateral em áreas de impacto concreto nas nossas regiões e nos nossos países [...] Nossa diversidade e nossa cooperação são os principais trunfos que temos para garantir uma presença livre e soberana dos países em desenvolvimento neste mundo em transformação em que vivemos. (BRASIL, 2012).

Acerca do diálogo construído pelos representantes ibasinos desde 2003, Carpenter (2009, p. 3) observa que o compromisso destes três países está voltado para os temas da governança global, o fortalecimento das relações econômicas no eixo Sul-Sul e a concertação no âmbito das Políticas Externas dos países que compõem esta coalizão há pouco mais de uma década. E ainda complementa: “[...] *IBSA, as an alliance of three highly diverse democratic societies, might best be viewed as a laboratory for exploring the future of democracy and international cooperation in the global South.*”

Em relação às transações comerciais, Carpenter (2009, p. 5) destaca que já na etapa inicial existiu um incremento natural entre os países do IBAS, onde o fluxo comercial passou de 3,9 bilhões de dólares no período de 2003-2004 para 10,4 bilhões de dólares em 2007-2008.

Contribui Pereira (2010, p. 159) explicando que “[...] o fluxo de comércio do Ibas é diferente do seu padrão com o resto do mundo, sendo que o percentual de comércio intra-ibas se aproxima de 2% do total de comércio dos três países juntos [...] as ligações comerciais são baseadas em complementaridades e em comércio intra-firma.”

Menciona Carpenter (2009, p. 7, grifo nosso) acerca do discurso do Secretário Figueiredo de Souza acerca da importância do contexto regional para a Política Externa Brasileira, entendendo que a complementaridade no IBAS é esperada e maior do que qualquer outra coisa, a saber:

Aproximação dos membros do Ibas não ocorre em detrimento de outras parcerias estratégicas. No caso do Brasil, o relacionamento com os vizinhos sul-americanos é uma prioridade necessária e absoluta. Nós nunca negaremos isso. Mas o que se percebe no mundo atual é que as atividades regionais são fundamentais, mas não o suficiente em um cenário tão complexo como o que enfrentamos. A *diversificação de parcerias* tornou-se uma parte importante da estabilização, tanto economicamente quanto politicamente, da nossa política. O que vemos [no IBAS] é a complementaridade mais do que qualquer outra coisa”, comentou o secretário Figueiredo de Souza. (tradução da autora, grifo nosso).¹⁸

No discurso de Figueiredo Souza, representante do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, na Divisão do IBAS, reforça a característica da matriz da PEB durante o governo Lula (2003-2010), a qual Vigevani e Cepaluni (2007) chamam de autonomia pela diversificação.

Segundo Mkaya (2007) o IBAS foi inicialmente criado como uma aliança que poderia apresentar uma voz coesa nas esperadas negociações da Rodada Doha e, posteriormente, buscar na cooperação Sul-Sul uma voz mais ativa e de coesão ante os temas da agenda internacional, como a segurança e paz mundial, desenvolvimento técnico-científico e de comércio.

Parafraseando Soko (2007), a aliança do IBAS tem sido a ambição de alterar o equilíbrio de poder entre as nações desenvolvidas e as em desenvolvimento por meio da democratização dos órgãos de tomada de decisão, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e as instituições de Bretton Woods, desenvolvendo alternativas para o modelo contemporâneo de globalização, concretizando o ideal de promover os interesses econômicos e sociais do Sul.

¹⁸ *Approximation in IBSA does not come at the expense of other strategic partnerships. In the case of Brazil, the relationship with our South American neighbors is a necessary and absolute priority. We never deny that. But what the current world shows is that regional activities are fundamental but not enough in a scenario as complex as the one we face. Diversifying partnerships became an important part of the stabilization, both economically and politically, of our policy [...] What we see [in IBSA] is complementarity more than any other thing,” remarked Secretary Figueiredo de Souza.*

Referente às afinidades apresentadas nesta cooperação trilateral, Soares de Lima (2005) destaca algumas semelhanças, as quais, positivamente, aproximaram o IBAS, sendo elas, as de serem países emergentes, multiétnicos, multiculturais, democráticos e em posição de liderança regional e, por isto, apresentam a característica flexível e convencional por estarem condicionados às mudanças promovidas pelo sistema internacional e, assim, participam de coalizões de baixo grau de institucionalização.

Alerta Carpenter (2009, p. 5) para a diferença de perspectivas dos países membros do IBAS para alguns temas da agenda, quando se observa a interferência do plano regional na dinâmica desta cooperação trilateral:

Embora a agenda da IBAS frequentemente não coincide quanto aos interesses e os objetivos nacionais dos países-membros, os conflitos de interesse ainda são visíveis. Cada país deve equilibrar os interesses domésticos e regionais estabelecendo laços de cooperação inter-regional através do IBAS. Consequentemente, é imperativo considerar o contexto nacional e regional de cada país membro do IBAS, a fim de entender como Índia, Brasil e África do Sul se aproximam exclusivamente neste fórum multilateral.¹⁹

Nesta linha de raciocínio, Souza (2010) explica que a inserção internacional deve ser buscada e concretizada mediante a convergência de interesses, os quais possibilitem a resistência às imposições de caráter unilateral das potências dominantes.

Características, como a cooperação técnica e a convergência política voltada para o fortalecimento e maior representatividade nos diálogos das agendas internacionais – como as de âmbito da OMC e do Conselho de Segurança da ONU – apresentam-se como temas centrais desta colaboração Sul-Sul.

Nas palavras de Singh (2012), os membros do IBAS além de serem países com similar grau de desenvolvimento, são países plurais, multiculturais, multiétnicos e que compartilham uma história política e econômica comum. Atualmente, são países que enfrentam os desafios e se apresentam conjuntamente nos fóruns multilaterais defendendo as causas do mundo em desenvolvimento, não mais como demandantes, mas como ofertantes e parceiros para promover o desenvolvimento regional e global.

O tema da cooperação técnica internacional no âmbito do Fundo IBAS coloca em destaque o IBAS, como novos emergentes para o desenvolvimento global do século XXI. No entanto, explica Hirst (2009, p. 209) que este discurso não é algo recente, mas que remonta o

¹⁹ *Although the IBSA agenda more often than not coincides with the member countries' national objectives, conflicts of interest still transpire. Each country must balance domestic and regional priorities with the exigencies of inter-regional cooperation through IBSA. Consequently, it is imperative to consider the domestic and regional context of each IBSA member country in order to understand how India, Brazil, and South Africa uniquely approach the multilateral forum.*

período de descolonização no período pós-guerra; o Movimento dos Não Alinhados, da mobilização de nações intermediárias e em desenvolvimento no âmbito da ONU Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD (1974) – fizeram culminar com a criação do Grupo dos 77 em 1964, o qual apresentava objetivo de expandir a coordenação e a solidariedade entre as nações em desenvolvimento; constituíram, assim, os principais antecedentes histórico-mundiais que marcavam as primeiras experiências cooperativas para temas econômicos.

Afirmam Hirst e Antonini (2009, p. 11) que com o final da ordem bipolar e o acentuado efeito da globalização, impactaram na característica causa-relação da ajuda dos doadores tradicionais para com o mundo em desenvolvimento.

Ainda:

[...] Já naquela época, a cooperação internacional era percebida como uma ferramenta que pode ser usada para estabilizar os países que haviam sido devastadas e as sociedades que haviam sido punidas pela guerra e que pode virar em direção a movimentos radicais. Um link também foi estabelecido entre a cooperação internacional e o desenho de uma nova arquitetura multilateral.” (HIRST; ANTONINI, 2009, p. 14, tradução da autora).²⁰

Destacam Hirst e Antonini (2009, p. 9) que o processo de descolonização no período pós-1945 influenciou e caracterizou a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (ICD) de forma a voltar-se para as necessidades fundamentais dos países terceiro mundistas. Este período foi marcado pela presença de países desenvolvidos, leia-se, industrializados, os quais fazem parte da OCDE, que por intermédio da ICD, logravam reduzir as assimetrias que se faziam presentes de forma acentuada na relação do centro-periferia (ARRIGHI, 2009).

Explicam Hirst e Antonini (2009), que as mudanças sofridas pelo sistema internacional nas últimas seis décadas, de ordem política, econômica e tecnológica, promoveram novos desafios para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (ICD), promovidos no âmbito Norte-Sul. É percebido pelas autoras que surgem novos desafios e novas plataformas de possibilidades de execução da ICD, entre doadores e receptores executados no âmbito tradicional do eixo Norte-Sul, na horizontalidade do eixo Sul-Sul ou, ainda, na esfera Sul-Norte-Sul.

Sublinha Hirst (2009, p. 219) sobre a necessidade de determinar o espaço de fato ocupado pela cooperação triangular na arquitetura global para o desenvolvimento, iniciado

²⁰ [...] *Already at that time, international cooperation was perceived as a tool which could be used to stabilize countries that had been devastated and societies that had been punished by war and that might veer toward radical movements. A link was also established between international cooperation and the design of a new multilateral architecture.*

desde 1980-1990 realizado mediante a oferta de técnicos para elaboração de programas de assistência ao desenvolvimento: “[...] institui um grande desafio para os países do Sul nos próximos anos, deverão conseguir influenciar os processos de reestruturação institucional global e redefinição dos mandatos das agências multilaterais.”

Ressalta Hirst (2009, p. 221) ainda que,

[...] um dos maiores déficits da cooperação internacional, seja qual for o formato, diz respeito aos mecanismos necessários para coordenação eficiente inter e intradoadores e receptores. [...] a Cooperação Sul-Sul (SSC) combina motivações de política externa com demandas de assistência técnica específica, mas que não se trata da reprodução da lógica de assistência Norte-Sul condicionadas por assimetrias estruturais.

Na esfera da cooperação técnica internacional, o IBAS se destaca desde 2004 por se tratar de mecanismo de cooperação trilateral, o qual apresenta três pilares de concentração: coordenação política, cooperação setorial e Fundo Ibas. No caso do Fundo IBAS, criado em 2004 por meio de uma deliberação diplomático-política dos Chefes de Estado e de Governo dos países que compõem o Fórum de Diálogo IBAS, caracteriza-se por se tratar de um mecanismo de cooperação inter-regional cujo objetivo é transferir conhecimento por meio da execução de projetos para o Alívio da Fome e da Pobreza (BRASIL, 2013).

Destarte, o principal objetivo do Fundo IBAS é financiar projetos autossustentáveis, replicáveis, a fundos perdidos, voltados, sobretudo, para as necessidades dos países de Menor Desenvolvimento Relativo (MDRs) ou em situação de pós-conflito. O Fundo IBAS busca, ademais, fornecer exemplos de melhores práticas que possam contribuir na consecução das Metas do Milênio (BRASIL, 2013).

No que diz respeito aos critérios para a avaliação das propostas submetidas ao Fundo IBAS, estão: i) Potencial para reduzir a fome e a pobreza; ii) Alinhamento com as prioridades do país recipiendário; iii) Uso das capacidades disponíveis nos países do IBAS e de suas experiências bem-sucedidas; iv) Sustentabilidade; v) Impacto identificável; vi) Possibilidade de que a iniciativa seja replicada; vii) Inovação; viii) Realização em período de 12 a 14 meses (BRASIL, 2013).

Destaca Visentini (2010), das iniciativas já implementadas pelo Fundo IBAS, deve ser destacado o Prêmio “Parceria Sul-Sul para Aliança Sul-Sul” (2006) concedido pelo PNUD, e, em 2010, o Prêmio “Millennium Development Goals Awards”, outorgado pelo “Millennium Development Goals Awards Committee”, ONG voltada à promoção das Metas do Milênio.

Em 2012 foi reconhecido com o prêmio “South-South and Triangular Cooperation Champions Award”, entregue pelo Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul

(ECSS), por sua contribuição inovadora para a cooperação Sul-Sul e cooperação triangular (BRASIL, 2013).

Em relação à dinâmica praticada pelo Fundo IBAS nos projetos replicáveis voltados para a ajuda ao desenvolvimento por via da transferência do conhecimento, explica White (2010) que o Fundo já logrou resultados positivos apesar dos recursos limitados quando comparado com os bilhões doados por países desenvolvidos e enquadrados como doadores tradicionais da OCDE.

Ainda, quando observado o *modus operandi* do Fundo IBAS, este diferencial o distingue da prática e padrões executados pelos doadores da OCDE; essa diferença consiste pelo fato de os recursos oferecidos pelo bloco serem totalmente a fundo perdido, e não àqueles com grau de concessionalidade igual ou maior que 25%, como praticado pelos doadores tradicionais da OCDE. Uma segunda diferença refere-se ao grau de comparabilidade de métodos para medir os aportes aplicados em projetos pelo Fundo IBAS, pois estes não podem ser contabilizados sob os padrões aplicados à via tradicional de doação internacional, promovida pelos doadores do Norte – países desenvolvidos (IPEA, 2010).

Além da contribuição individual feita por cada um dos três países em projetos de cooperação internacional, os países membros do IBAS também se comprometeram a desde 2004 destinar, anualmente, um milhão de dólares ao Fundo.

De forma adicional, devem ser consideradas as doações individuais praticadas pelos membros do IBAS. No contexto brasileiro, podem ser citadas as doações praticadas pelo Grupo de Trabalho Interministerial de Assistência Humanitária Internacional do governo brasileiro, criado em 2006, período em que foi estruturada a dinâmica multidisciplinar e participativa de coordenação entre os órgãos governamentais e a sociedade civil, com o propósito de fortalecer a participação nacional na prestação de assistência humanitária (BRASIL, 2010). No período de 2006-2009, o governo brasileiro já havia praticado 107 assistências humanitárias nas mais diferentes regiões do globo.²¹ Sobre esses projetos, podem ser mencionados dois: o primeiro no contexto regional: a) Haiti (outubro de 2007): tempestade Noel. 16, com o envio de aeronave da FAB com 1,8 tonelada de medicamentos e 1,15 tonelada de hipoclorito de sódio para purificação de água doados pelo Ministério da Saúde. Doação de 30 toneladas de alimentos adquiridos localmente pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe e distribuídos com o apoio do Batalhão brasileiro na MINUSTAH. O valor

²¹ Ver relatório da Assistência Humanitária Internacional do governo brasileiro em <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/9.0.10-anexo-i-assistencia-humanitaria>>. Acesso em: 20 out. 2013.

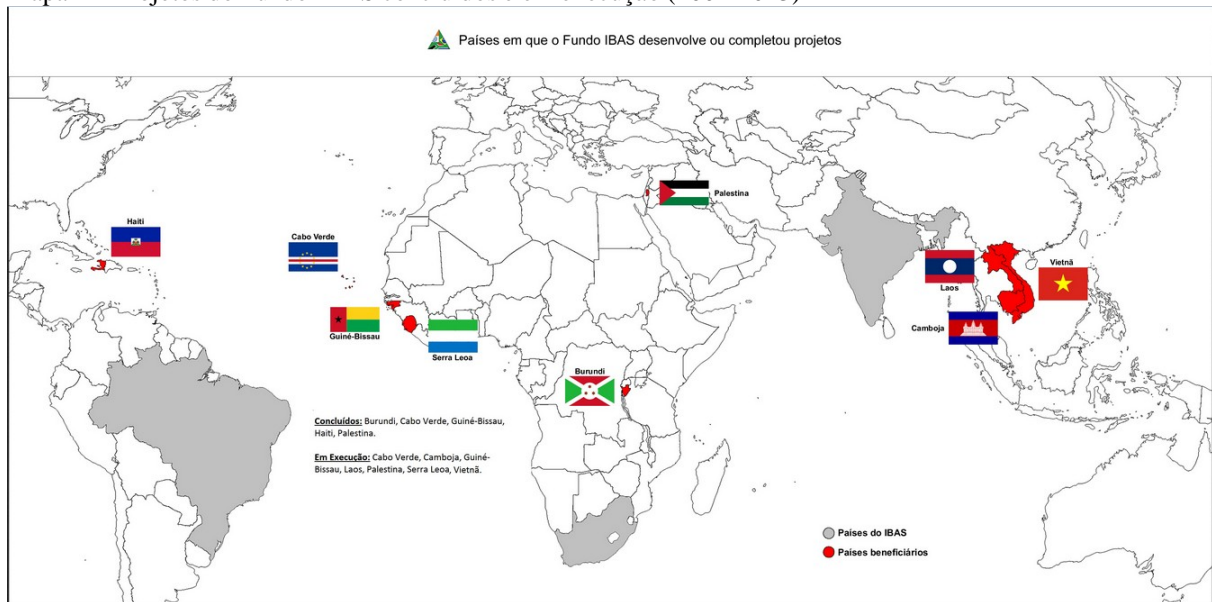
desta doação foi de valor: R\$ 120.000,00; no âmbito global, a atuação no Líbano (junho de 2008): refugiados palestinos – contribuição voluntária à Organização das Nações Unidas para Refugiados Palestinos (UNRWA) para reconstrução de campo de refugiados palestinos no Líbano, com um valor de assistência humanitária de R\$ 471.800,00 (BRASIL, 2010, p.24; p.15-16).

A partir destes exemplos e de outros praticados em caráter de Assistência Humanitária, vale destacar que estes são executados com valores muito inferiores, R\$ 15.000,00 a 50.000,00, valores esses que muitas vezes são praticados por uma ONG, por exemplo. Ou seja, infere-se que mesmo com reduzido aporte financeiro doado pelo governo brasileiro, observando-se em uma ótica realista, o Brasil logra prestígio e apoio político na esfera global, fortalecendo as credenciais como Estado com *status* proeminente no sistema internacional. Conforme o relatório do governo brasileiro e a respectiva atuação em projetos de assistência humanitária, os valores dados são de pequeno aporte financeiro, inclusive, os quais poderiam ser confundidos com valores praticados por pequenas ONGs. Outro exemplo, de relevante atuação do governo brasileiro refere-se à assistência alimentar; o Brasil tem desenvolvido um novo paradigma de doação de alimentos, com base na experiência brasileira do Fome Zero, em especial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que é uma das mais exitosas políticas públicas brasileiras (BRASIL, 2010, p. 9).

Em suma, acerca da capacidade material de cooperação solidária praticada pelo governo brasileiro conclui-se que, o Brasil busca elaborar e imprimir um novo modelo de assistência alimentar Sul-Sul - conceito de “assistência humanitária sustentável” (BRASIL, 2010), ao mesmo tempo que estabelece em sintonia desta prática sob forma de promover um alinhamento com os projetos do Fundo IBAS. Corroboram neste sentido, Pautasso e Ianankowski (2013, p. 23), destacando que o perfil inovador do Fundo Ibas “ao contrário dos tradicionais doadores, o IBAS tem buscado construir efetivamente a capacidade dos países beneficiários, como ilustram, por exemplo, as ações do Brasil voltadas a gerar capacidade de pesquisa agrícola em outros países por meio da atuação da EMBRAPA.”

Em relação aos recursos do Fundo IBAS, estes são administrados mediante o pagamento de taxa de administração, pelo Escritório de Cooperação Sul-Sul (ECSS) da ONU, vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Até o presente, o Fundo IBAS concluiu projetos em cinco países (Burundi, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Haiti e Palestina), e, atualmente, financia projetos, em fase de implementação, em sete países (Cabo Verde, Camboja, Guiné-Bissau, Laos, Palestina, Serra Leoa e Vietnã) (BRASIL, 2013).

Mapa 1 – Projetos do Fundo IBAS concluídos e em execução (2004-2013)



Fonte: Pautasso e Iankowski, 2013 com base no MRE.

Referente à presença e performance protagônica do IBAS na condição de ofertante de ajuda internacional para o cenário regional e global de modo peculiar, o Fundo IBAS executa um método inovador por não impor condicionalidades financeiras ao país receptor da cooperação. Executa-a via projetos autossustentáveis pela via da transferência de conhecimento. Conseqüentemente, a condução de tal prática tem proporcionado ao Fundo IBAS o reconhecimento da comunidade internacional, sob o aspecto da cooperação para o desenvolvimento no eixo Sul-Sul. E, tal reconhecimento, conforme afirma Almeida Filho (2005), é em razão do nexos causal da formação desta coalizão (diplomático-político), que está cimentada desde 2003, pela confluência e conjunção de fatores específicos e similares entre esses países, os quais dão preferência aos foros multilaterais, promovendo a cooperação entre eles e terceiros.

Portanto, constata-se que o Fundo IBAS desfruta de uma capacidade material-técnica implementando projetos replicáveis e estabelecidos por um modo de cooperação diferenciado dos tradicionais moldes conhecidos pela comunidade internacional. Este, delineado pela diplomacia solidária, pela ausência de condicionalidade imposta aos países receptores e por ser essencialmente executado mediante o viés da transferência de conhecimento técnico. Para tanto, o IBAS institucionaliza a combinação estratégica de eixos, os quais permeiam entre os temas prioritários da agenda de alta política (leia-se reforma do CSNU) alicerçados pelo pilar da concertação política por intermédio de um comportamento multifacetado, conduzindo por

meio de discursos e ações conjuntas uma representatividade no cenário internacional de acordo com o novo lócus que estes vêm ocupando no sistema internacional.

Logo, o IBAS se inspira e se apresenta além da retórica de Bandung quando percebido pela projeção internacional dos três membros, principalmente por ser aplicado um mecanismo próprio e com recursos limitados se comparado com os bilhões doados pelos doadores tradicionais. Destarte, o bloco tem despertado a comunidade internacional sobre a importância de desenvolver a cooperação em nível regional/global numa dinâmica que transborda a usual e mera prática da ajuda/doação internacional. Ainda, conforme explica Sá Pimentel (2007), o bloco imprime substancialmente um novo perfil de “doadores parceiros”, provocando a comunidade internacional para a promoção do desenvolvimento e reordenamento sistêmico global.

Para tanto, o IBAS apresenta uma sintonia e inspiração no Discurso de Bandung, assim como neste, a Declaração de Brasília fortemente se reaperentam os temas de cooperação, promoção de ações contra a pobreza mundial, fortalecimento das relações comerciais, paz mundial e a alteração da correlação da balança de poder mundial. Ou seja, os países do IBAS logram uma maior e efetiva participação no sistema internacional, comportando-se como interlocutores e contrutores de pontes entre o Norte-Sul.

3 O EIXO SUL-SUL HARD DO IBAS E A POLÍTICA DIPLOMÁTICO-ESTRATÉGICA PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO CSNU

Neste capítulo será apresentada a cooperação Sul-Sul das Relações Internacionais, na qual se busca traçar um panorama histórico observando o comportamento coalizacional e de discurso conjunto do IBAS, em especial o ano de 2011, onde os três países foram membros não permanentes no Conselho de Segurança da ONU e mostraram convergência e representatividade conjunta para temas de segurança internacional no contexto regional e global.

3.1 O Tema da Reforma do Conselho de Segurança e as aspirações geoestratégicas dos membros ao pleito do assento permanente

Com o final da Segunda Guerra Mundial, o sistema internacional passou por mudanças substanciais sobre o aspecto do entendimento e abordagem acerca dos temas da paz e segurança mundial e, conforme explica Uziel (2010), este período provocou um novo entendimento das grandes potências sobre a necessidade da criação de um mecanismo de segurança coletiva mundial capaz de prevenir enfrentamentos futuros.

De acordo com Huntington (1999), o sistema internacional conta com a presença e a ascensão dos Estados Emergentes, os quais são países categorizados como líderes regionais, e que têm influência tanto no âmbito regional quanto global. Este grupo de países apresenta capacidade de solucionar questões regionais, como é o caso dos países do G-4 (Brasil, Alemanha, França e Japão), mas que por não lograrem o mesmo grau de influência no âmbito global se fortalecem por meio de alianças estratégicas para fortalecer o apoio para a reforma do CSNU e o pleito à vaga permanente. Ainda destaca este autor que no contexto regional existem as potências regionais e as secundárias; as últimas com menor grau de projeção internacional, como, por exemplo, no contexto do IBAS, o caso da Argentina e do Brasil, da Índia e da China e da África do Sul-Nigéria que não têm as respectivas candidaturas apoiadas. Ao contrário, apresentam sua liderança regional questionada.

Quanto à classificação destes países contribui Uziel (2010), atualizando as classificações destes na atual estrutura da ONU e do CSNU, destacando as grandes potências, que formam o famoso P-5, os quais ocupam a vaga permanente (EUA, Rússia, China, Reino Unido e França) e que segundo o autor desfrutam de poderes especiais, por apresentarem capacidade material (militar), e diante do Conselho, por representarem resquícios da Segunda

Guerra Mundial; as potências médias, pela característica de liderança regional, econômica e as contribuições em missões de paz e, ainda, pelo peso de influenciar e coordenar grupos que influencia. Como exemplo, nas Américas tem-se o Brasil, Argentina, México; na Ásia, a Índia, Paquistão, Japão e na África, a África do Sul, Nigéria, Egito, na Europa, Alemanha, Itália e Espanha; e, por fim, a categoria de países, representadas pelas pequenas potências (potências secundárias) as quais ocupam as vagas rotativas como membros não permanentes, mas que aparentemente não apresentam credenciais para fazer a diferença no processo decisório.

Neste sentido, percebe-se que o contexto regional interfere diretamente na campanha da vaga permanente dos membros do IBAS, pois o comportamento de não apoio por parte de alguns países às potências nas respectivas regiões pode ser justificado pelo fraco poder de influenciar no sistema internacional seguido da falta de aspiração e capacidade material à vaga de membro-permanente.

Para tanto, este tema da democratização da ONU para os membros do IBAS é considerado como prioritário quando observado o grau de convergência de diversos discursos e declarações conjuntas emitidos pelo grupo, especialmente, por se apresentar como uma possibilidade de fortalecer a representatividade e projeção internacional, posicionando-se a partir de um novo *status* de influência na ordem internacional, agora, como potências médias.

O argumento do grupo IBAS quanto à Reforma do CSNU está conduzido pelo entendimento de que desde a criação da ONU em 1945, há pouco mais de 60 anos, passou apenas por uma ampliação de seus membros e não de estrutura, e esta não representa mais os desafios da sociedade global contemporânea, conseqüentemente, encontra-se obsoleta e inábil para lidar e conduzir de modo democrático, transparente e inclusiva (leia-se com representatividade geográfica capaz de proporcionar com equidade os temas de governança global).

Quanto ao tema da reforma do CSNU, Tarrogô (2010) afirma que o fim da rivalidade ideológica Leste-Oeste e a ascensão de países emergentes, fez surgir o reconhecimento e a legitimidade por parte da comunidade internacional acerca da necessidade da reforma do Conselho de Segurança, esta devendo apresentar uma composição e redistribuição para lidar com as pressões postas pela comunidade internacional, com efetividade e coerência mediante os novos desafios do século XXI. No entanto, é preciso atentar aos interesses e o pano de fundo pelos quais os países com representatividade permanente ou não permanente apresentam-se pela característica anacrônica quanto às motivações e apoios conferidos aos novos pleitos. Ainda, de acordo com Tarrogô (2010, p. 36), este entende a reforma sob a ótica

sistêmica, a qual resulta do fortalecimento do multilateralismo e do poder da ONU em garantir a paz e a segurança internacional. Já os que se enquadram como *system affecting states*, na maioria deles, países membros não permanentes, entendem a reforma sob o aspecto de obter maior interferência e projeção internacional.

Como fator que reforçou o argumento da comunidade internacional pela urgência da reforma e ampliação do CSNU tem-se em dois eventos ocorridos no cenário multilateral nos anos 1990-2000 (sendo estes: o atentado terrorista aos EUA, em 11 de setembro de 2001, e em seguida a Guerra do Iraque, em 2003) o argumento legítimo e que acelerou a proposta pela reforma. Neste sentido, destaca Mello (2005, p. 14) que a partir dos eventos internacionais, como o que foi observado pelos atentados de 11 de setembro de 2001 fez com que a comunidade internacional questionasse a legitimidade deste organismo internacional. Eventos como esse, explica a autora, “[...] trouxe uma nova abordagem e questionamento da ONU com sua ênfase na multipolaridade e na segurança humana [sendo] questionada.” (MELO, 2005, p. 14). Desta forma, a comunidade internacional se volta para um conceito de promoção de mudanças na ONU, no caso do Conselho de Segurança, a conscientização coletiva pela ampliação e democratização do referido organismo multilateral.

Sobre a proposta de reforma do CSNU, Arraes (2006) menciona que ele foi apresentado por dois modelos distintos, sendo que o primeiro (modelo A) disponibilizaria 6 assentos permanentes com 3 assentos rotativos a cada dois anos, representando a Ásia, a África e a América do Sul com duas vagas respectivamente. A distribuição dos 13 assentos a membros não permanentes ocorreria da seguinte maneira: 4 assentos para a África, 3 para a Ásia e Pacífico, 2 para a Europa e 4 para as Américas, conforme mostra o Quadro 1:

Quadro 1 – Modelo "A" de ampliação do CSNU

Região	Número de Estados	Assentos Permanentes (atual)	Proposta de Assentos Permanentes	Proposta de Assentos de 2 anos (não renováveis)	Total
África	53	0	2	4	6
Ásia e Pacífico	56	1	2	3	6
Europa	47	3	1	2	6
Américas	35	1	1	4	6
Total do Modelo A	191	5	6	13	24

Fonte: elaborado pela autora com base em UN (2004).

Já o segundo (modelo B) proporia duas divisões de mandatos temporários; não seria ampliado o número de membros permanentes, mas haveria um aumento do número de membros não permanentes para 8, com mandato de 4 anos e outro assento de membro não

permanente seria acrescido às vagas já existentes, considerando um mandato de 2 anos, conforme mostra o Quadro 2.

Quadro 2 – Modelo "B" de ampliação do CSNU

Região	Número de Estados	Assentos Permanentes (atual)	Proposta de Novos Assentos Permanentes	Proposta de Assentos de 2 anos (não renováveis)	Total
África	53	0	2	4	6
Ásia e Pacífico	56	1	2	3	6
Europa	47	3	2	1	6
Américas	35	1	2	3	6
Total do Modelo A	191	5	8	11	24

Fonte: Elaborado pela autora com base em UN (2004).

Vale destacar que uma das grandes dificuldades de se ter um consenso quanto à reforma do CSNU entre os membros com poder de veto e sem poder de veto, é percebido num período de quase 10 anos (1997-2007), o secretário Geral da ONU, Kofi Annan, a partir do *High Level Panel*, referenciando a 84 seção A/RES/47/62, criava uma comissão para avaliar a melhor dinâmica de executar uma representatividade mais justa em termos das demais regiões que compõe o globo. Neste contexto, o que se colocava em questionamento é a eficácia e a legitimidade do poder de veto e a animosidade dos membros permanentes e não permanentes do CSNU.

Complementa Rosas (2010), que o informe intitulado por *In larger Freedom: towards development, security and human rights for all*, o qual contemplava estes dois modelos e propostas de reformulação do CSNU, mantém o esquema de poder de veto dos membros permanentes os (P-5), leia-se, USA, China, França, Grã-Bretanha e Rússia. A reforma do CSNU passa por questões estratégicas das grandes potências em buscar pela manutenção do *status quo*, bem como manter o poder de influenciar e sistema internacional como o fazem desde o fim da Guerra Fria.

Além disso, uma das questões que gera maior discussão e compromete o consenso entre os representantes do CSNU para a reforma consiste em estabelecer de forma justa e legítima o critério que deverá ser estabelecido para definir o poder de veto ou não veto do representante deste Conselho.

Comenta Mello (2005) acerca deste cenário da reforma do CSNU, afirmando que a percepção atual do eixo Norte-Sul ainda encontra discordâncias no que diz respeito à

segurança humana, tema este que ainda está por ser formado e que desafia o referido organismo multilateral.

No âmbito do IBAS, Tarragô (2010) destaca que o Brasil, Índia e África do Sul lideram a campanha de pleito frente aos países em desenvolvimento, o chamado “núcleo duro”, com cerca de 20 países. Em 2007-2008, a coalizão IBAS reuniu por volta de 40 a 50 delegações para as reuniões intergovernamentais para pleitear apoio às negociações para este tema da agenda global, a fim de que ocorra a ampliação dos membros permanentes e não permanentes para promover uma maior inclusão, transparência e representatividade democrática no poder de veto do CSNU.

Quanto ao tema da reforma do CSNU e o comportamento destes países, explica Saraiva (2005), também referenciado por Leite (2011), que esses países se alinham a partir de quatro grandes visões. A primeira, dos que acreditam que a disputa pelo assento permanente gerará mais cizânia ao sistema, ante a natural propensão de disputa entre os Estados que se julgam merecedores da ocupação dos novos eventuais assentos no Conselho de Segurança. A segunda, dos que argumentam uma possível ocorrência, no processo de escolha ou de construção de consensos, de anarquia e perda de controle do próprio processo. A terceira ante os temas fundamentais da agenda internacional do momento, como o combate ao terrorismo e à fome. E a quarta de que se fazem reformas para tudo conservar. Nesse sentido, a reforma seria apenas a reacomodação das forças vencedoras pela inclusão de alguns perdedores, de forma seletiva, ao sistema hegemônico.

Versam Rosa e Carvalho (2011) e Morgenthau (1993) a respeito da política de prestígio dos Estados-Nações, “[...] considerando esta política como sendo um elemento e mecanismo utilizado para a luta de poder no cenário internacional, onde dissocia-se do uso da força e da ameaça e busca o reconhecimento social.”

Na mais recente declaração do IBAS, em Nova York, em 25 de setembro de 2013, as margens da 68ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, que quase 70 anos depois da criação da ONU e de 10 anos de adoção do Documento Final da Cúpula Mundial de 2005 é posto um grande desafio ao CSNU sobre a tomada de decisão sobre a tão almejada e esperada reforma, respeitando a inclusão de novos membros permanentes e não permanentes. Declaram fortemente que até 2015, a decisão final seja concretizada. Além disso, reafirmaram as candidaturas ao pleito da vaga permanente, promovendo uma maior interação de seus representantes permanentes em Nova York por meio das consultas regulares entendidas sob o aspecto da reciprocidade mútua de interesse.

Analisadas as questões citadas, o que se discutiu neste capítulo versa sobre a necessidade e urgência da reforma do Conselho de Segurança, entendida pela comunidade internacional e especialmente pelos novos atores emergentes, os quais apresentam um novo lócus no sistema internacional. De modo crucial é entendido por esse grupo de países emergentes, que para que o CSNU, com enfraquecida legitimidade como organismo multilateral enfrente e solucione os problemas e as questões do século XXI, a reforma deverá permitir uma nova inclusão com justa representatividade geográfica. Percebe-se que os membros-permanentes relutam para que esta reforma ocorra, por defenderem interesses próprios e assim seguem "bloqueando" os avanços neste sentido.

Pela ótica do IBAS, o tema dos direitos humanos está associado à paz e ao desenvolvimento, os quais fazem campanha para obtenção de assento permanente, fortalecendo e declarando o comportamento pelo tratamento da não indiferença, destacando na cooperação e na estratégia diplomática, como mecanismos capazes de combater as desigualdades mundiais entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento em vez das sanções. E ainda, se os membros do IBAS lograrem êxito a partir da reforma do CSNU, participando como membro do seletivo grupo com poder de veto, traria a estes um maior poder de barganha no cenário das relações multilaterais e de equilíbrio de poder mundial.

Malgrado, ao mesmo tempo que o IBAS recebe apoio à “campanha” de membro permanente por parte de muitos países europeus, como a França e o Reino Unido, por exemplo, depara-se com a estratégica resistência norte-americana para este tema, em virtude do interesse desta grande potência buscar se manter como força centrífuga de decisão e representatividade de seus interesses.

3.2 O Comportamento coalizacional do IBAS no ano de 2011 na convergência de temas e discursos oficiais conjuntos

No atual momento político e econômico que impera no panorama das relações internacionais, a reforma do CSNU – a qual almeja o aumento no número de vagas para membros permanentes e não permanentes –, surge de forma eminente entre os Estados-membros da ONU, principalmente aos participantes de coalizões Sul-Sul, como é o caso do Brasil, Índia e África do Sul.

O relatório de 2013 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD) destaca as implicações para o desenvolvimento humano, em grande parte acionada pela representatividade do Sul no plano global e regional.

Acerca da importância da ascensão do Sul para o sistema internacional, Dag Hammarskjöld (2013, p. 1) observa que a ascensão do Sul no sistema internacional pode ser considerada como uma oportunidade para a criação de bens públicos, permitindo uma espécie de desbloqueio ao persistente impasse em torno de muitas questões globais:

[...] nos últimos tempos, uma das evoluções mais animadoras dos últimos anos tem sido o amplo progresso registado no desenvolvimento humano de muitos países em desenvolvimento e a sua emergência no cenário mundial: a “ascensão do Sul”. A crescente diversidade de vozes e poderes põe em causa os princípios que nortearam os decisores políticos e serviram de base às principais instituições do pós-Segunda Guerra Mundial. Estas vozes mais fortes do Sul exigem estruturas mais representativas de governação internacional que expressem os princípios da democracia e da equidade. (PNUD, 2013).

Tal evidência pode ser verificada nas palavras da embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti, representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas, sobre o fim do mandato rotativo do Brasil no órgão:

[...] a tese da reforma é uma tese que hoje tem apoio universal. Não há nenhum país que não reconheça que o Conselho hoje não reflete as realidades políticas, contemporâneas. Então, a necessidade de reforma é hoje um dado. O que permanece em discussão é a modalidade que essa reforma deve adquirir. Há um grupo de países, ao qual pertence o Brasil. É um grupo bastante amplo e majoritário nas Nações Unidas que defende uma reforma que possa permitir a expansão do Conselho de Segurança nas duas categorias: dos membros permanentes e não permanentes. E há um grupo, bastante menor, que defende a expansão do Conselho apenas na categoria de membros não permanentes. (CONSELHO DE SEGURANÇA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012).

Como ponto de partida para a análise da concertação política no discurso do IBAS acerca da reforma do CSNU, faz-se uma retrospectiva na linha do tempo em relação às Declarações Conjuntas emitidas por Chefes de Estado e do Governo que compõem o IBAS, nas suas reuniões de Cúpulas. Cronologicamente, a Primeira Declaração²² ocorreu no Brasil, em 13 de setembro de 2006, em Brasília, onde foram abordados temas, como a reforma das instituições internacionais (OMC e Conselho de Segurança) e reiteraram-se os compromissos que haviam sido assumidos na Declaração de Brasília,²³ adicionados aos temas da Rodada de Doha, questões regionais referentes ao Líbano, Israel e Palestina, Fundo IBAS, Direitos Humanos, desarmamento e não proliferação, Energia nuclear e propriedade intelectual.

²² I Cúpula em 13/09/2006 –Brasília. Declaração Conjunta do Ibas, disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/1st-ibas-summit-declaration/view>>.

²³ Sobre a Declaração de Brasília, em 06/06/2003, em Brasília. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/declaracao-de-brasilia/view>>.

Um ano após a primeira Declaração, em 18 de outubro de 2007, os países do IBAS reuniram-se novamente na África do Sul, em Tshwane, onde emitiram a Segunda Declaração²⁴ conjunta do Fórum. Nesta, aprofundaram os temas propostos na I Cúpula, além de inserirem novos temas, como mudanças climáticas,²⁵ questões regionais voltadas a países africanos e fontes seguras de energia, sustentáveis e não poluentes.

Na sequência, em 15 de outubro de 2008, em Nova Delhi, na Índia, ocorreu a III reunião de Cúpula do Ibas,²⁶ que celebrou os 5 anos da criação do Fórum. Nesta reunião, foram reiterados os temas abordados nas reuniões de Cúpula realizadas nos anos anteriores, com destaque para os seis projetos eleitos pelo Fundo IBAS²⁷ e a cooperação setorial do Fórum.

Já em 2009, vale sublinhar que a reunião de Cúpula não ocorreu como nos anos anteriores, porém a periodicidade de diálogo e monitoramento dos compromissos assumidos nas reuniões de Cúpula anteriores tiveram continuidade por meio de reuniões de chanceleres e dos Grupos de Trabalho.²⁸ Além disso, foram emitidas Declarações Ministeriais, a exemplo da reunião ocorrida em 21 de setembro de 2009, em Nova York, da qual os chanceleres emitiram um comunicado conjunto à imprensa, reafirmando o compromisso do IBAS para o multilateralismo e pela busca de uma maior inclusão dos países em desenvolvimento nos organismos internacionais, e, em particular, destacaram a necessidade de reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Posteriormente ao ano de 2009, tivemos a IV Reunião da Cúpula do Ibas,²⁹ que aconteceu no Brasil, na cidade de Brasília, onde os temas das Declarações anteriores foram novamente abordados, assim como a governança global, comércio, crise financeira internacional, cooperação Sul-Sul, entre outros.

E, por fim, em 18 de outubro de 2011, na cidade de Petrória, na África do Sul, ocorreu uma nova reunião de Cúpula, a qual gerou a Declaração da V Cúpula³⁰. Entre os temas abordados, os países recordaram suas participações em fóruns multilaterais, reafirmaram os

²⁴ II Cúpula. Declaração Conjunta, Declaração de Tshwane em 17/10/2007-África do Sul. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/2a-cupula-do-ibas-declaracao/view>>.

²⁵ De acordo com o Princípio de Responsabilidades Comuns, porém diferenciadas.

²⁶ III Cúpula. Declaração do IBAS - Declaração de Nova Delhi, em 15 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/3a-cupula-do-ibas-declaracao/view>>.

²⁷ Os projetos em desenvolvimento e já finalizados pelo Fundo IBAS, encontram-se disponíveis em <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/fundo-ibas>>.

²⁸ Informações sobre os 16 Grupos de Trabalho do Ibas, disponível em: <<http://www.ibsa-trilateral.org/Public>>.

²⁹ IV Cúpula, em 15/04/2010-Brasília. Declaração conjunta disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/4a-cupula-do-ibas-declaracao/view>>.

³⁰ V Cúpula, em 10/10/2011 na África do Sul. Declaração conjunta disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/v-cupula-do-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas-2013-18-de-outubro-de-2011-declaracao-de-tshwane>>.

compromissos assumidos em Declarações anteriores e enfatizaram outras considerações a exemplo da realização dos objetivos do desenvolvimento do milênio, o comércio internacional, cooperação setorial, temas regionais, projeto de satélite do IBAS, terrorismo, biodiversidade, além de outros.

Por conseguinte, após verificar os principais temas abordados pela Cúpula do IBAS por meio de suas Declarações, a reforma do CSNU é um tema recorrente e que merece destaque entre os demais assuntos mencionados naquelas, dado o compromisso assumido pelos membros do IBAS durante as reuniões de Cúpula, na luta pela reforma do Conselho de Segurança da ONU.³¹ Ou seja, as declarações de Cúpula sempre ressaltaram a urgente necessidade de uma reforma em sua estrutura, com a criação de novas vagas permanentes e não permanentes, de modo a representar uma maior eficiência, representatividade e transparência para que, conseqüentemente, consiga-se uma maior legitimidade no sistema internacional, além de garantir uma multiplicidade geográfica de representatividade, conforme expresso na V Cúpula do Fórum de Diálogo IBAS, na Declaração de Tshwane, no ano de 2011:

8. Sublinharam a necessidade de uma reforma urgente do Conselho de Segurança da ONU, incluindo uma expansão tanto na categoria de membros permanentes como na categoria de membros não-permanentes, com participação ampliada de países em desenvolvimento em ambas. Discutiram a iniciativa do G4 de uma minuta de resolução sobre expansão do Conselho de Segurança em ambas as categorias e sobre a melhoria de seus métodos de trabalho. A iniciativa tem sido apoiada por uma ampla coalizão de Estados Membros, de todos os grupos regionais das Nações Unidas. Assim, os Líderes expressaram a visão de que esse forte apoio deveria ser considerado como a base para discussão adicional nas negociações intergovernamentais em andamento sobre a reforma do referido Conselho. A necessidade de maior progresso nas negociações intergovernamentais foi identificada como crítica para assegurar o ímpeto necessário para alcançar mudança. Eles se comprometeram a manter uma cooperação e uma coordenação próximas, a fim de alcançar resultados tangíveis durante a 66ª sessão da Assembleia Geral. (BRASIL, 2012).

Neste momento, cabe ressaltar que o CSNU representa para os países em desenvolvimento um mecanismo de fortalecimento político e um aumento de margem de manobra no cenário internacional para os Estados que dele participam. Para tanto, reitera-se aqui, utilizando-se da afirmação de Oliveira (2005), que o IBAS almeja uma reestruturação de

³¹ Em termos de estrutura do CSNU, fazem parte cinco membros Permanentes (China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos da América.) e dez membros Não Permanentes, os quais são eleitos pela Assembleia Geral com mandatos de dois anos. Vale destacar que estes países não possuem direito a veto.

Dentre os dez Membros Não Permanentes no ano de 2011 estão a África do Sul (que deixou o Conselho no final de 2012), Alemanha (2012), Bósnia-Herzegovina (2011), Brasil (2011), Colômbia (2012), Gabão (2011), Índia (2012), Líbano (2011), Nigéria (2011) e Portugal (2012). (CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, 2012, grifo nosso).

caráter democrático no Conselho de Segurança, por meio da incorporação de novos membros permanentes e não permanentes, com argumento da representação de diferentes regiões geográficas no mesmo.

Tal busca pela democratização do CSNU pode ser visualizada mediante declarações conjuntas, feitas em encontros ministeriais, no intuito de rever e discutir os avanços de agendas próprias e de ordem global, como ocorreu na declaração ministerial em 23 de setembro de 2011 em Nova York, às margens da 66^a da AGNU:

Os três representantes do IBAS também enfatizaram a necessidade de uma reforma urgente do Conselho de Segurança, incluindo a expansão de ambas as categorias de membros permanentes e não permanentes, com maior participação dos países em desenvolvimento em ambas. O argumento dos membros do Ibas, reside, em suma pela importância para que o Conselho de Segurança reflita as realidades geopolíticas e fortaleça sua representatividade, eficácia, transparência e legitimidade, necessárias aos desafios contemporâneos enfrentados neste seara da garantia da paz e segurança internacional. Comprometeram-se a manter uma coordenação estreita entre os três países e os demais Estados-membros da ONU para alcançar progresso substancial nas negociações intergovernamentais sobre a reforma do Conselho de Segurança atualmente em curso em Nova York. (BRASIL, 2012).

Assim, verifica-se por parte dos membros do IBAS uma articulação e coordenação política cimentada em discursos resultantes das declarações conjuntas em reuniões paralelas às Seções Anuais da Assembleia Geral da ONU, a fim de marcar por meio do discurso alinhado quanto a este tema da democratização do Conselho, onde os países reconhecem nos foros multilaterais a possibilidade de maior projeção e equilíbrio de poder nas discussões de ordem global. Mas, segundo Lima e Hirst (2006), mesmo que esses países questionem a estrutura, em especial do CSNU, fazem-no de modo que não afetem seu funcionamento cotidiano e/ou que não tenham um custo político relativamente alto para tanto.

A importância de ser um membro-permanente no CSNU é que os países do IBAS buscam, por intermédio de suas estratégias, mesmo que estas possam entendidas como unilaterais, conseguir apoio para se tornar membros permanentes do Conselho, onde estes membros buscam reforçar suas respectivas candidaturas, participando de outras coalizões, as quais tenham um discurso de bem comum semelhante e que ganhe mais visibilidade. Seria uma soma de forças para a manutenção de um discurso mais fortalecido.

No que diz respeito ao maior grau de participação entre os países do IBAS como membros não permanentes, o Brasil conforme mostra o Quadro 3, é o país que mais vezes participou de mandatos no CSNU, e considerando que esta vaga é rotativa, é percebido que o Brasil tem uma expressiva aceitação no âmbito deste organismo multilateral. O Brasil foi o

único país que igualou o número de participações juntamente com o Japão (país parceiro do Brasil no G-4).

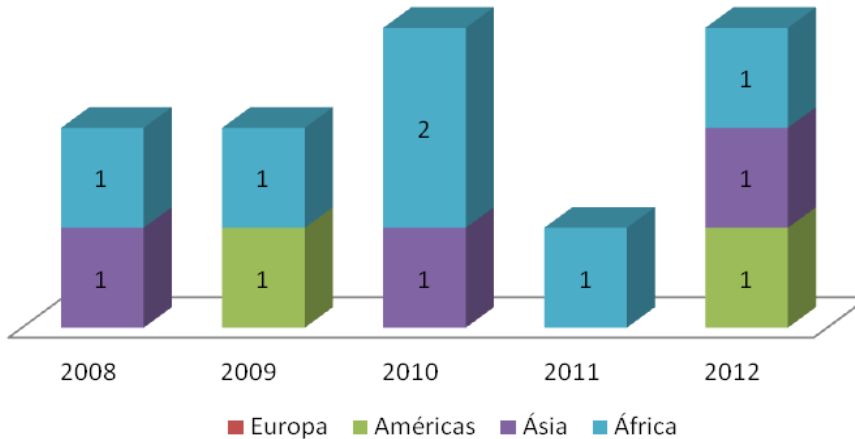
Quadro 3 – Número de participações dos membros do Ibas e do G-4 como membros não permanentes (1946-2012)

País	Número de Participações	Período
Brasil	10	1946-1947, 1951-1952, 1954-1955, 1963-1964, 1967-1968, 1988-1989, 1993-1994, 1998-1999, 2004-2005, 2010-2011
Japão	10	1958-1959, 1966-1967, 1971-1972, 1975-1976, 1981-1982, 1987-1988, 1992-1993, 1997-1998, 2005-2006, 2009-2010
Argentina	8	1948-1949, 1959-1960, 1966-1967, 1971-1972, 1987-1988, 1994-1995, 1999-2000, 2005-2006, 2013-2014
Índia	7	1950-1951, 1967-1968, 1972-1973, 1977-1978, 1984-1985, 1991-1992, 2011-2012
Alemanha	5	1977-1978, 1987-1988, 1995-1996, 2003-2004, 2011-2012
México	4	1946, 1980-1981, 2002-2003, 2009-2010
Nigéria	4	1966-1967, 1978-1979, 1994-1995, 2010-2011
África do Sul	2	2007-2008, 2011-2012

Fonte: Elaborado pela autora com base em UN (2013).

Quando visualizado o tema acerca das missões de paz do período de 2001 realizadas pelo CSNU, em 2011 estas tiveram o foco da operação no continente africano, atuando nos países da Etiópia, Sudão e Kenya e, em 2012, o CSNU enviou missões para o Timor-Leste, África Ocidental e Haiti, conforme mostra o gráfico a seguir:

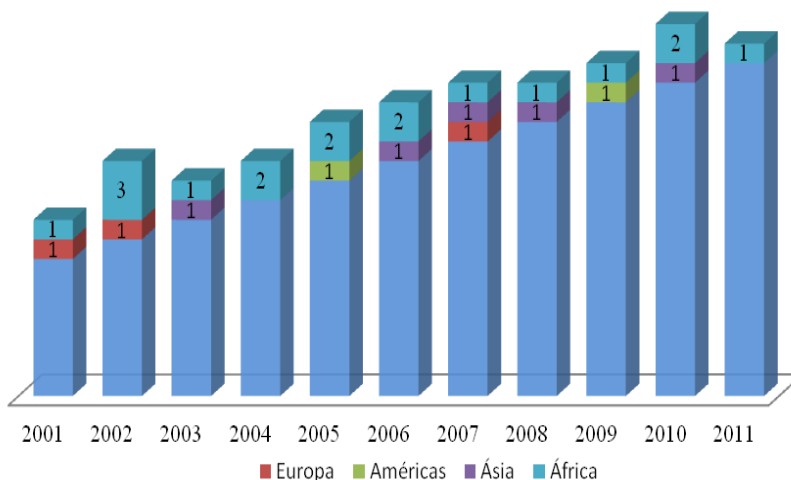
Gráfico 1 – Missões do CSNU no período de 2008-2012



Fonte: elaborado pela autora com base em UN (2013).

Quanto às missões de paz executadas pela CSNU no período de 2001-2011 destaca-se a presença brasileira na condução do processo de estabilização da paz no Haiti; desde 2004, a busca do reconhecimento da comunidade internacional (tanto regional quanto global), que tem condições materiais e técnicas para assumir o comando militar, projetando-se sob o aspecto que poderá corresponder com compromissos de dimensões maiores. Sob um prisma realista de atuação do governo brasileiro, essa questão tem gerado no âmbito doméstico, principalmente, muitas críticas³² no que se refere à estratégia do governo brasileiro para lograr maior prestígio internacional. Conforme mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Missões de Paz realizadas pelo CSNU no período de 2001-2011



Fonte: elaborado pela autora com base em UN (2013).

³² “Mesmo com uma cultura de estatísticas e de tecnologia da informação, com uma infinidade de dados disponíveis sobre assuntos variados, é muito difícil conseguir dados acerca da contabilidade e da prestação de contas da maior parte das organizações internacionais. Não existe disponibilidade de volume de recursos, percentuais gastos com consultoria, autogerenciamento, repasse para parceiros de implementação de projetos, e percentual aplicado com impacto final.” (HIRST, 2011, p. 59).

Em relação às motivações dos membros do IBAS ao pleito da reforma do CSNU, de acordo com Uziel (2010, p. 100), as motivações e argumentos apresentados pelo Brasil na candidatura a membro permanente do CSNU são observados no contexto doméstico, regional e institucionalmente, sob a seguinte perspectiva: a) no que diz respeito ao contexto doméstico, os interesses estão voltados para dar maior legitimidade às instituições domésticas; legitimar os princípios do artigo 4º da Constituição Federal de 1988; treinar as forças armadas e promover a segurança nacional; b) quanto ao cenário bilateral e regional, consiste na cooperação para garantir a estabilidade e segurança regional; intensificar a política da boa-vizinhança; intensificar as relações de cooperação com as tropas de países vizinhos e promover o comércio e investimentos intrarregião; c) ao plano institucional e multilateral, respeitar e promover os interesses mediante os manifestados na ONU quanto ao pleito do assento permanente no CSNU; fortalecer o multilateralismo e promover a resolução de conflitos de forma pacífica, maximizar a influência no CSNU durante o mandato de dois anos e, ainda, demonstrar credencial e capacidade material de mobilização. Neste último, pode ser exemplificado, quando o Brasil assumiu a missão de paz no Haiti e estrategicamente executa política de *Soft Power* para reverter em maior projeção global e atuação frente a processos de estabilização e de manutenção da paz internacional e aumentar a elegibilidade à vaga permanente.

Com objetivos de intensificar a elegibilidade à vaga permanente, o Brasil, no primeiro discurso proferido pela Presidente Dilma Rouseff, em 2012, na Assembleia Geral da ONU, lançou à comunidade internacional o conceito do “Direito ao Proteger”. A crítica internacional comentou sobre este tema proposto pela Brasil à comunidade internacional, a exemplo do jornal britânico *The Guardian*, que destacou que pelo fato da presidente Dilma ter sido aprisionada durante a ditadura, a governante brasileira se identifica fortemente com eventos pró-democráticos, como foi a Primavera Árabe e, por isto, torna ainda mais fortalecido o debate em torno desta questão.

Já o Jornal *The Economist* afirmou que este conceito proposto pelo governo brasileiro mostra o perfil da diplomacia assumida quanto ao tema da segurança internacional, reafirmando o compromisso da não intervenção e da garantia dos direitos humanos:

Até mesmo alguns observadores diplomáticos experientes e simpáticos em Brasília dizem que não têm ideia de que diferença isso faria de concreto neste contexto, e é verdade que, como e quando o Conselho de Segurança da ONU deve autorizar o uso tático da força. Mesmo assim, poderia ser dito da ‘responsabilidade de proteger’ *original (R2P) document*, que a intervenção promovida. O verdadeiro significado do

papel do Brasil pode estar em mostrar como a sua própria diplomacia está se desenvolvendo. (THE GUARDIAN, 2012, tradução da autora).³³

Quanto à presença no Haiti, vale destacar a atuação do Brasil, assumindo a missão de paz em 2004, o que evidencia que no período de 2003-2011, no governo Lula, o Brasil buscou uma estratégia mais afirmativa e pragmática, com objetivos claros de mostrar a capacidade material militar (com envio de 1.200 soldados) à comunidade internacional, mesmo que ainda modesta comparada com o grau de contribuição de tropas disponibilizadas, a exemplo do Paquistão e Índia, em outras missões de paz.

Logo, o fato do Brasil ter assumido esta missão de paz reverteu positivamente aos objetivos do Brasil, quanto ao fortalecimento de ajuda aos seus vizinhos, pois a atuação efetiva na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) foi um passo importante para que fosse aberto caminho para a promoção de novas ações naquele território, reiterado quanto à segurança interna, manutenção da paz, coesão e reconciliação política, infraestrutura e desenvolvimento local.

Entende Hirst (2011) que estas frentes de trabalho no Haiti, sob a condução brasileira, apresentam-se no contexto regional e global como um tema de agenda de cooperação política e de desenvolvimento, indo muito além do que uma doação ou assistência humanitária executada no eixo Sul-Sul.

Também, outro aspecto que agrega ajuda solidária no Haiti é a presença e ajuda solidária do IBAS, atuando mediante projetos sociais financiados naquele território pelo Fundo IBAS, como, por exemplo, o projeto para a coleta de resíduos sólidos no país, o qual foi executado em duas fases, a primeira em 2007 e a última finalizada em 2011 (BRASIL, 2012). Alude-se que a Minustah – a um custo político relativamente baixo ao Brasil –, garantiu a este visibilidade internacional por intermédio de uma dinâmica positiva de atuação política voltada para a ajuda solidária aos vizinhos e mais fracos na região, sendo também estendida ao contexto global. Adicionalmente, promove maior ação com os projetos sociais para desenvolvimento financiados pelo Fundo IBAS.

Dessa forma, é válido abrir alguns pontos de reflexão sobre as motivações das alianças, como, por exemplo, entender o PAC Chinês,³⁴ como uma estratégia do Brasil em

³³ [...] even some experienced and sympathetic diplomatic observers in Brasília say they have no idea what concrete difference this would make on the ground and it is true that it rather fugdes of how and when the UN Security Council should authorize the tactical use of the force. Nevertheless the same could be said of the original "responsability to protect" (R2P) document, that the interventionist promoted. The Brazilian paper's real significance may be in showing how its own diplomacy is developing.

fortalecer a cooperação bilateral com a China, a fim de obter o tão esperado apoio deste país, na sua campanha a membro permanente. Logo, que serve de mecanismo para intensificar o diálogo e o compromisso destes países neste contexto.

Para tanto, questões geoestratégicas como esta certamente podem ser consideradas como indicadores que delineiam uma maior aliança e parceria nos tabuleiros internacionais, nos quais as suas relações são construídas hodiernamente.

Outra questão a ser levantada diz respeito ao aspecto da legitimidade regional por parte dos vizinhos do IBAS, como eles são, de certa forma, influenciados de forma direta ou indireta por conta da intervenção dos EUA, que, por perceber a atuação dos emergentes nas arenas multilaterais, acaba influenciando este cenário mediante a promoção de acordos bilaterais para frear os processos de integração regional. Como consequência desta política norte-americana, a Argentina e Colômbia representam as oposições na América do Sul quanto à candidatura do Brasil a membro permanente, ao passo que, em 2010, a candidatura brasileira teve apoio do Chile e, em 2011, da Venezuela, este último, por questões estrategicamente entendidas em oposição do governo Hugo Chaves ao governo norte-americano.

Quanto às motivações geoestratégicas da Índia ao pleito do assento permanente, é que este país asiático busca aumentar a sua projeção regional e global em razão da ascensão do dragão asiático chinês, que tem despertado a necessidade dos indianos em promover ações projetadas para as arenas multilaterais e, assim, não causar um enfrentamento direto com o gigante chinês. Referente à participação da China como membro permanente do CSNU, tem exigido da Índia um esforço e grau de coalizão ainda maior para minimizar e compensar o destaque da performance e representatividade chinesa dentro do Conselho.

Em relação ao acordo de não proliferação de armas químicas, no âmbito do IBAS este tema se apresenta de modo recorrente e que desafia a sincronia de convergência dos membros do bloco em manter um discurso coeso e de representatividade. Caracteristicamente o IBAS por se tratar de uma coalizão de geometria variável, declara, de modo amplo, que a utilização de energia nuclear deve ser usada para fins pacíficos e não para qualquer outro tipo de aplicação.

Ainda, defendem que a energia nuclear deveria ser visto na perspectiva de desenvolvimento econômico quando entendida a possibilidade de combater as mudanças

³⁴ “Cabe ressaltar ao contexto ao qual o PAC Chinês foi celebrado, como um compromisso sino-brasileiro para metas diplomáticas, chamado de Plano de Ação, com 30 páginas, o Unidas.” (BBC BRASIL, 2012, tradução nossa).

climáticas e redução do percentual de emissão de carbono. Quanto à Índia, esta tem o apoio de todos os países do sul asiático, com exceção do Paquistão, dada a relação deste país com os USA.

No que se refere às pretensões da África do Sul, percebe-se que especialmente o governo de Thabo Mbeki tem projetado o país para uma maior integração regional via NEPAD (New's Partnership for Africa's Development) e inserção internacional via coalizões internacionais, como o IBAS e o BRICS, apesar de a participação sul-africana ser a mais modesta que a dos outros dois membros do IBAS (Índia e Brasil), quando consideradas as características tímidas de representatividade; quando comparado com o Brasil e Índia estes apresentaram um número maior de mandatos como membros não permanentes, 10 mandatos e 7, respectivamente, e a África do Sul cumpriu o primeiro mandato rotativo apenas em 2007. Este país não apresenta representatividade dentro do Conselho, mesmo que entre os 52 Estados-Africanos os quais representam a União Africana (UA), seja consensual que apenas 1 Estado deva representar o continente com poder de veto; contudo, o grande impasse está justamente em legitimar qual país da UA que deverá obter tal credencial em nível regional e global, devido à região ser palco de diversos conflitos e de instabilidade políticas e sociais. Reside o problema de legitimidade de liderança regional da África do Sul face a UA, tendo questionada a capacidade de poder e de representatividade, principalmente pela Nigéria e pelo Egito.

Para reforçar o pleito pela democratização do CSNU, o Brasil e a Índia buscam apoio e credencial de elegibilidade também por meio da declaração ministerial feita pelos membros do G-4 (Brasil, Índia, Alemanha e Japão) paralelo à 67ª Seção da Assembleia Geral da ONU, realizada em 25 de setembro de 2012 em Nova York:

2. Recordando também seus comunicados conjuntos anteriores, os Ministros reiteraram sua visão comum de um Conselho de Segurança reformado, que leve em consideração as contribuições feitas pelos países à manutenção da paz e da segurança internacionais e outros propósitos da organização, assim como a necessidade de maior representação dos países em desenvolvimento em ambas as categorias, a fim de melhor refletir as realidades geopolíticas atuais. Os países do G-4 reiteraram seus compromissos como aspirantes a novos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, assim como seu apoio às suas respectivas candidaturas. Reafirmaram também sua visão da importância de que a África esteja representada na categoria de membros permanentes de um Conselho ampliado. (BRASIL, 2012).

Em relação ao ano de 2011, este pode ser destacado como um marco quanto à participação dos membros do IBAS no CSNU, pois os três países estiveram juntos enquanto membros não permanentes, e isso convergiu como um evento de importância a esses países,

pois mostra a coordenação política que oportunizou aos três países do IBAS serem os porta-vozes dos países em desenvolvimento que clamam pela inclusão, transparência, representatividade e legitimidade no CSNU.

Neste sentido, os chanceleres dos países que formam o IBAS declararam em 11 de fevereiro de 2011, em Nova York o seguinte:

[...] Expressaram, também, grande satisfação com a presença simultânea de todos os três países do IBAS na composição do Conselho de Segurança durante o ano de 2011. Reiteraram o compromisso de seus países de realizar consultas mútuas e coordenar suas posições acerca de todos os tópicos relevantes à agenda internacional. (BRASIL, 2012).

Ainda neste sentido, é destacado pela representante brasileira na divisão da ONU, Marina Moreira Costa, que no biênio de 2010-2011, o Brasil integra o Conselho de Segurança, na condição de membro não permanente, recebendo 182 votos dos 183 países votantes, na eleição que ocorreu em 2009 para as vagas rotativas do Conselho. Com isso, o País foi eleito para o assento pela décima vez, o que constitui recorde igualado somente pelo Japão, e, em 01 de fevereiro de 2011, assumiu a presidência do Conselho de Segurança, conforme nota do MRE:

O Brasil assume hoje, 1º de fevereiro, a Presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Os seguintes países são membros do Conselho em 2011: *África do Sul*, Alemanha, Bósnia e Herzegovina, *Brasil*, *China*, Colômbia, Estados Unidos, França, Gabão, *Índia*, Líbano, Nigéria, Portugal, Reino Unido e *Rússia*. Cabe à Presidência organizar a agenda do Conselho e conduzir sessões formais e informais sobre as grandes questões da paz e segurança internacionais. [...] A presidência do Conselho de Segurança é exercida rotativamente por seus quinze membros, em ordem alfabética na língua inglesa. O mandato tem duração de um mês. Em março, o Brasil transmitirá a Presidência à China. (POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA, 2012, grifo nosso).

Já em relação à África, o país foi eleito para o biênio 2011-2012 com 182 votos, dos 192 votantes, e, em janeiro de 2012, assumiu a presidência do CSNU. E a Índia, também para a eleição que escolhia os membros não permanentes para o biênio 2011 2012 conseguiu 187 votos do total de 192 votantes (BRASIL, 2012).

Como pode ser evidenciado, os representantes do IBAS tiveram legitimidade perante a comunidade internacional, refletindo uma significativa credencial de representatividade junto aos demais países votantes, caracterizando suas influências como potências emergentes e grandes líderes regionais; suas atuações ocorrem em âmbito regional e global, e, para tanto, exercem uma espécie de pressão nos principais fóruns multilaterais acerca dos temas de governança global. Quanto ao que concerne à reforma do CSNU, pode ser afirmado que

existe uma coordenação política do IBAS sendo claramente visualizadas nas declarações emitidas por chanceleres e Chefes de Estado, as quais são reafirmadas nas reuniões ministeriais, nas reuniões de Cúpula e em encontros informais realizados.

Outro ponto relevante que deve ser ressaltado no pleito dos países do IBAS às vagas de membros-permanentes no CSNU é a relação que esta coalizão possui com os BRICS E G-4, já que esta interfere diretamente no apoio destas alianças regionais nas candidaturas dos países do IBAS a membros-permanentes. No mandato do Conselho de 2011, os membros do IBAS, BRICS e G-4 tiveram uma representatividade que ganhou mais força neste período, e, conseqüentemente, obteve indícios de melhores resultados para estas coalizões Sul-Sul, no que se refere à busca de alargamento da margem de manobra face às grandes potências.

Destarte, vale ressaltar, conforme observado por Herz (2012), mediante as declarações de Sanya (2011) e da Declaração de New Delhi (2012), que as parceiras no âmbito dos BRICS (leia-se Rússia e China) não fazem declarações claras de apoio às candidaturas do IBAS ao assento permanente do CSNU, onde expressam tão somente que apoiam os membros do IBAS para um papel mais protagônico na ONU, não necessariamente na condição de membros permanentes. É nítido o não desejo por parte da China, da ampliação do Conselho, de modo a alargar o clube do P-5. Assim, percebe-se que a coordenação política do IBAS no CSNU, nesse sentido, não conta com apoio necessário e que também pode ser ainda mais fragilizada se for considerado o cenário e parceria estratégica almejada pelo G-4, onde as relações entre China e Japão ainda são opostas umas às outras. Logo, na perspectiva brasileira, por parte de China e Rússia, o apoio ainda é bastante tímido e quiçá não consiga convergir em avanços mais concretos, pois a China reconhece apenas que o CSNU deve ser reformado, todavia não explicita claramente o apoio à candidatura brasileira em virtude da influência e parceria comercial que tem com o México e com a Argentina.

De forma geral, a coordenação do IBAS tem como ponto fulcral o aspecto político, o que faz com que seus membros tenham se colocado em destaque, por intermédio do diálogo consultivo, mostrando à comunidade internacional que o Fórum tem potencialidade e *status* de país emergente, e que os membros têm permeado entre outros G-x, a exemplo do Brics e G-4, mostrando que possuem capacidades para cooperar ativamente com os desafios de âmbito global.

E, como fator adicional que se ressalta a importância do ano de 2011 para o IBAS, pode-se apontar as suas participações em vários debates em torno da segurança internacional,

a exemplo da não intervenção da Líbia.³⁵ E, por meio de casos como este, é que se torna possível perceber a característica lógica quanto às tomadas de decisões e posicionamentos no CSNU, pois se identifica claramente o caráter realista de atuação por parte dos atores internacionais.

No que diz respeito à convergência de discurso do IBAS na esfera multipolar da segurança internacional, verifica-se que tem sido fortalecido o seu grau de concertação política, e, em particular, tem-se respeitado uma característica de recorrência, assumindo-se uma posição conjunta e marcante no que consiste às decisões de temas de destaque para cenários de conflito e pós-conflito, conforme pode ser verificado nos casos do Haiti e da Primavera Árabe.

Quanto ao conflito na Líbia, o IBAS expressa apoio por meio da Declaração de Tshwane em 2011, reafirmando seu compromisso de ajuda para reconstrução das instituições daquele país, conforme segue abaixo:

80. Os Líderes reiteraram a adesão de seus governos à soberania e integridade territorial da Líbia. Sublinharam a urgência de cessar hostilidades e consolidar a segurança pública e restaurar completamente os serviços básicos em todo o país. Os Líderes convocaram os envolvidos a que alcancem, tão logo seja possível, um acordo sobre um governo inclusivo de transição, com vistas à promoção da unidade nacional, reconciliação, democracia e reconstrução. Os Líderes sublinharam o papel central das Nações Unidas na Líbia pós-conflito e a contribuição que a União Africana pode oferecer nesse processo. Os Líderes expressaram o desejo do IBAS de ajudar o povo líbio a reconstruir suas instituições e infraestrutura. (BRASIL, 2012).

Em 10 de agosto de 2011, para discutir a atual situação na Síria, a Delegação do IBAS³⁶ reforçou o compromisso de discurso conjunto, conforme segue declaração emitida:

[...] delegação visitante reafirmou o compromisso de Índia, Brasil e África do Sul com a soberania, a independência e a integridade territorial da Síria. Manifestou grande preocupação com a presente situação na Síria e condenou a violência de todas as partes. Lamentou as perdas de vidas e mostrou preocupação com o impacto humanitário da violência. Pediu o fim imediato de toda violência e instou as partes a agir da forma mais moderada possível, respeitando os direitos humanos e o direito internacional. Ao tomar nota do estabelecimento de um comitê jurídico independente para investigar a violência, a delegação visitante destacou a importância de garantirem-se sua credibilidade e imparcialidade, ao que o Ministro

³⁵ Se entendida a importância geoestratégica da Líbia para a Índia e para a China (como fonte de fornecimento de recurso energético e estabilidade de preço do petróleo), a estabilidade naquele país é crucial. Ainda, de acordo com a revista alemã Der Spiegel, a Rússia, outro emergente que compõem os BRICs, 90% da tecnologia bélica da Líbia são originados da Rússia. (Deutsche Welle, 2012).

³⁶ A Delegação foi composta pelo Embaixador Ebrahim, Vice-Ministro das Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul, pelo Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Subsecretário-Geral para África e Oriente Médio, e pelo Embaixador Dilip Sinha, Secretário Adjunto para Organizações Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Índia, reuniram-se com o Presidente da República Árabe da Síria, Bashar Al-Assad, e com Ministro para os Negócios Estrangeiros e Expatriados da República Árabe da Síria, Walid Al-Moualem (BRASIL, 2012).

Moualem respondeu que, uma vez disponível o relatório do Comitê, aqueles responsáveis pela violência seriam punidos. (BRASIL, 2012).

No que diz respeito aos ataques da ONU na Síria, o IBAS anunciou em 18 de outubro 2011, na Declaração de Tshwane, para as consultas mantidas na Síria-Damasco e expressaram o comprometimento com a soberania e integridade territorial, sugerindo o envio de uma comissão para acompanhamento quanto às reformas a serem implantadas naquele território:

82. Os Líderes reafirmaram seu compromisso com a soberania e integridade territorial da Síria. Eles expressaram sua grave preocupação com a situação atual na Síria e condenaram a violência persistente. Eles expressaram sua crença de que a crise atual terá solução unicamente por meio de um processo político pacífico, transparente, inclusivo em relação a todos e liderado pelos sírios, com o objetivo de efetivamente abordar as legítimas aspirações e preocupações da população e a proteção de civis desarmados. Os líderes acolheram com satisfação as iniciativas conjuntas do IBAS para a Síria. Eles pediram ainda o fim imediato da violência e o respeito aos direitos humanos e à lei humanitária internacional. Os líderes decidiram considerar a possibilidade de promover uma visita à Síria por uma delegação do IBAS, em um esforço de acelerar a implementação de reformas prometidas pelo Governo da Síria. (BRASIL, 2012).

Quanto ao comunicado conjunto mais recente do IBAS emitido em Nova York, em 25 de setembro de 2013, nota n. 340, às margens da 68ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, comemorando uma década da criação do IBAS, os ministros das Relações exteriores do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo Machado; da Índia, Salman Khurshid e da África do Sul, Maite Nkoana-Mashabane, discutiram os avanços da cooperação trilateral e, ainda, fizeram ponderações e reafirmaram a importância do IBAS ter enviado uma delegação conjunta para Damasco para dialogar com o povo Sírio, e sustentaram que a crise no referido país deve ser conduzida por meio do processo político inclusivo e com meios pacíficos. Ainda que este processo deva estar sobre a liderança do povo sírio com o apoio das Nações Unidas e da comunidade internacional. Condenam mais uma vez a violação dos direitos humanos e do direito humanitário internacional, colocando em destaque e necessidade das partes envolvidas neste contexto, que facilitem o acesso das organizações humanitárias para que a população possa receber assistência. Em destaque, os ministros afirmaram que este conflito não poderá ser solucionado por meios militares, referindo-se à Convenção de Genebra II como modo de negociação e resolução deste conflito sem a violação de território e da soberania da Síria (BRASIL, 2013).

Quanto às armas químicas, foi declarada pelo IBAS a condenação do uso destas em quaisquer circunstâncias e saudaram a decisão do Governo Árabe da Síria de aderir à Convenção sobre as Armas Químicas, assim como o compromisso de aplicá-la

provisoriamente antes da entrada em vigor. Sobre esta questão, o IBAS expressou conjuntamente que se faz necessário interromper o fornecimento externo de armas de todos os lados (BRASIL, 2013).

No que se refere ao contexto do Processo de Paz Árabe-Israelense, tanto o fórum Ibas quanto os Brics, teve congruência de discurso ao se posicionarem quanto ao reconhecimento do Estado Palestino, conforme a Declaração de Tshwane:

81. [...] Os Líderes acolheram com satisfação o pedido palestino de tornar-se membro pleno das Nações Unidas, que eles apóiam como um passo essencial em direção à completa realização de uma solução de dois Estados, e esperam uma resposta positiva do CSNU ao pedido palestino. Os Líderes clamaram por um recomeço urgente de negociações efetivas e orientadas a resultados, com vistas a dar nascimento a um Estado Palestino soberano, democrático, independente, unido e viável, tendo Jerusalém Oriental como sua capital, coexistindo pacificamente com Israel, dentro de fronteiras seguras. (BRASIL, 2012).

Sobre a declaração conjunta do IBAS, emitida em 21 de novembro de 2012, a respeito da Faixa de Gaza, o IBAS apresenta o seguinte posicionamento:

Os países do IBAS acreditam que apenas a diplomacia e o diálogo levarão à resolução da crise atual, o que torna ainda mais urgente retomar as negociações diretas entre Israel e a Palestina, que levem a uma solução abrangente para a questão palestina, ou seja, a realização da solução de dois Estados. [...] Tendo em vista a iminente consideração da Questão da Palestina por parte da Assembleia Geral da ONU, Índia, Brasil e África do Sul expressam o seu apoio à solicitação da Palestina de ser-lhe concedido o status de Estado observador do Sistema das Nações Unidas. (BRASIL, 2012).

Um avanço neste sentido foi conquistado no dia 29 de novembro de 2012, quando uma votação importante ocorreu no escopo da AGNU, a qual concede à Palestina o *status* de Estado Observador não membro, tendo sido a resolução aprovada (dos 193 votantes, 138 votaram a favor, 9 votaram contra e 41 se abstiveram). Como resultado, a Palestina obteve um novo *status* reconhecido pela ONU e poderá integrar pactos junto aos organismos internacionais, a exemplo do tribunal penal em Haia, sendo possível a denúncia de crimes israelenses praticados no decorrer dos últimos anos. Quanto ao apoio das potências regionais, representadas pelo IBAS, o apoio foi executado de forma uníssona. Inclusive, pode ser vista uma relação de apoio consensual no que se refere ao apoio do IBAS e da China, a última com poder de veto, além de parceria dos membros do IBAS nos BRICs. Além disso, a Palestina contou com apoio da França, Espanha, Dinamarca e Suíça (ONUBR, 2012).

Referente a este tema, o IBAS expressou conjuntamente em Nova York, em 25 de setembro de 2013, às margens da 68ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, primeiramente saudando a retomada das negociações entre palestinos e israelenses,

considerando esta questão como urgente e crucial para a comunidade internacional, sendo a solução deste conflito um pré-requisito para a paz duradoura no Oriente Médio.

Ainda, neste comunicado conjunto, foi apresentado um elemento novo e relevante sobre a denúncia e repúdio feito pelo Brasil na ONU, por ter sido alvo de espionagem internacional praticada pelos Estados Unidos; o último teria a finalidade de controlar as decisões estratégico-econômicas do governo brasileiro, especialmente no setor de energia. O IBAS declarou e repudiou esta violação de direitos humanos quanto ao acesso às informações sigilosas de autoridades (no caso, o acesso a *e-mails* e telefonemas efetuados pela presidente Dilma Rouseff), de empresas brasileiras (Petrobrás) e do Ministério de Minas e Energia. Tal espionagem é considerada por estes países como “incompatível” à relação entre nações amigas. E ainda em nota, expressaram o seguinte:

13. [...] a preocupação com as práticas não autorizadas de interceptação ilegal das comunicações e dados de cidadãos, empresas e autoridades governamentais por governos e empresas estrangeiras. Sublinharam que isso constitui grave violação da soberania nacional e dos direitos individuais e é incompatível com a convivência entre países amigos. Também discutiram este tema abertamente e cooperaram nos foros multilaterais para garantir o desenvolvimento de uma governança internacional apropriada sobre a segurança cibernética.

No discurso feito pela presidente Dilma Rouseff na Assembleia Geral da ONU, esta afirmou que a espionagem “afronta” o Brasil, fere a soberania do país e o direito internacional (BRASIL, 2013).

Contando com o apoio do IBAS, em seu discurso, a presidente salientou que é emergencial que a ONU crie uma regulamentação internacional para este tema: “não concordamos com esse tipo de controle. Estamos dizendo: ONU, preserve a segurança, não deixe que nova guerra se dê dentro do mundo cibernético, com hackers e tudo.” (O GLOBO, 2013).

Quanto a este episódio, o governo brasileiro e a comunidade internacional esperam do governo norte-americano explicações para tal violação do direito internacional. As relações diplomáticas entre o Brasil e os EUA apresentaram certa tensão, a ponto de o Planalto Central adiar a viagem a Washington declarando em nota oficial que “não estão dadas as condições” para a visita presidencial. Os EUA, por sua vez, reconheceram através da Conselheira Susan Rice, que “é legítimo o questionamento, mas que muitas informações foram distorcidas.” (O GLOBO, 2013).

Neste episódio, o governo brasileiro condena as ações de espionagem praticadas pelo tradicional parceiro no hemisfério-norte, e espera que a ONU, como organismo multilateral,

logre êxito na punição e norteie por intermédio de regras este novo tema de “governança global da internet.” (BRASIL, 2013).

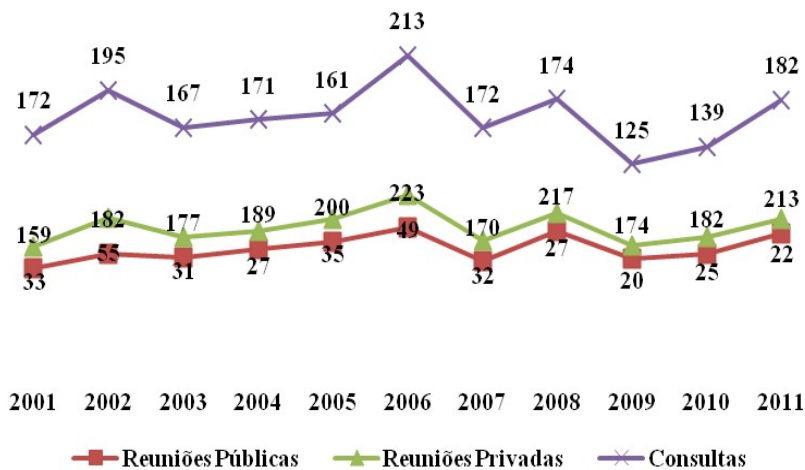
Outro país envolvido na espionagem cibernética é a agência canadense; segundo a nota n. 354, do Itamaraty, em 07 de outubro de 2013, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil convocou o Embaixador do Canadá em Brasília para transmitir a indignação do Governo brasileiro e requerer explicações sobre a notícia de que as comunicações eletrônicas e telefônicas do Ministério de Minas e Energia e de alto funcionário do Ministério das Relações Exteriores estariam sendo objeto de espionagem por órgão de inteligência canadense. O governo brasileiro repudia a violação dos direitos humanos e das empresas, quanto ao acesso de informações estratégicas e de cunho pessoal (BRASIL, 2013).

Neste sentido, nesta seção foi possível examinar que o IBAS tem mantido um perfil convergente, em específico no que diz respeito ao CSNU, os quais reafirmam à comunidade internacional que se apresentam comprometendo-se com credenciais para atuar frente aos principais temas de agenda global (segurança, paz mundial e a promoção do desenvolvimento) do século XXI. A partir desta atuação conjunta, com uma coalizão cimentada no eixo Sul-Sul, esta vem logrando prestígio internacional, o que mostrou no mandato de 2011 um índice de apoio significativo por parte da maioria dos Estados que se fazem representados no CSNU, tendo, assim, fortalecido o projeto de reforma e da ampliação do CSNU em um âmbito global.

3.3 O comportamento coalizacional do IBAS no ano de 2011 nas votações no Conselho de Segurança da ONU

Quando observado o cenário referente às práticas promovidas em votações, as temáticas e as resoluções executadas pelo CSNU em 2011, de acordo com o relatório emitido pelo Departamento de Relações Políticas das Nações Unidas, em junho de 2012, as estatísticas mostraram que no referido ano foram realizadas 235 reuniões; deste total, 213 foram reuniões públicas e 22 privadas. O CSNU realizou 182 consultas, emitiu 66 resoluções, emitiu 22 declarações presidenciais e 74 declarações à imprensa, conforme mostra o Gráfico 3:

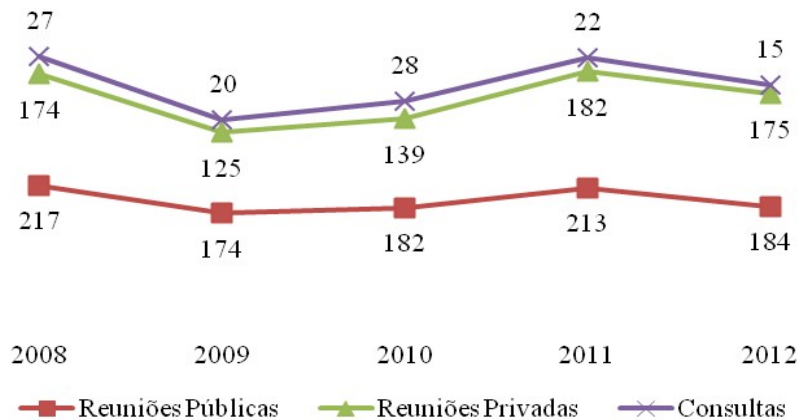
Gráfico 3 – Estatísticas do CSNU no período de 2001-2011: consultas, reuniões públicas e privadas



Fonte: Elaborado pela autora com base em UN (2012).

Se comparado com o ano de 2012, mostram os gráficos a seguir que o número de reuniões públicas e privadas mostrou um decréscimo de 15% se comparado com o ano anterior, e quanto às resoluções emitidas, consultas e declarações à imprensa, a redução foi 4%, respectivamente, conforme mostrado no Gráfico 4, a seguir:

Gráfico 4 – Número de reuniões no período de 2008-2012



Fonte: Elaborado pela autora com base em UN (2012).

Vale destacar que neste período o CSNU se comparado com o período de 2012, realizou um maior número de reuniões públicas e privadas, bem como um maior número de consultas, conforme mostra a estatística do relatório de 2012.

Com relação ao padrão de votação/aprovação por unanimidade nas resoluções do CSNU, esta característica também foi identificada no ano de 2011. Acerca do perfil de convergência de votação do IBAS, em 2011, destaca-se de forma positiva a representatividade de votação entre seus membros. Das 68 resoluções, das três aprovadas sem unanimidade, os

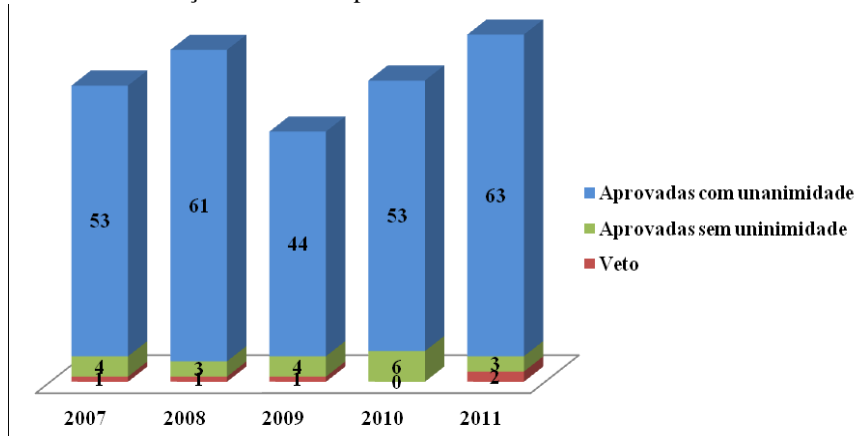
três países membros do IBAS votaram favoráveis às temáticas discutidas, demonstrando um perfil e percentual coalizacional e de concertação política para os temas referentes à segurança internacional. A divergência do padrão de votação do IBAS apenas ocorreu na votação da resolução S/RES /1973(2011) – referente à situação da Líbia. A África do Sul foi favorável ao cessar fogo, a criação de uma área de exclusão e de intervenção externa para a proteção dos civis. Enquanto que, o Brasil e a Índia se abstiveram, argumentando sobre a necessidade de maior diálogo em torno desta questão e expressando sobre o princípio da não intervenção. Ainda, cabe destacar que, também quando analisado o padrão de alinhamento de votação do IBAS com os demais membros do CSNU, a coalizão se apresentou em caráter de alinhamento como, por exemplo, com os Estados Unidos, onde apenas foi visualizado a divergência de voto na resolução S/2011/24, referente à questão do Oriente Médio e a situação da Palestina.

Outro fator importante de se destacar é que do total das 68 resoluções os membros do IBAS e dos BRICS demonstraram concertação política, executando um perfil convergente de votação, sendo favoráveis aos temas discutidos e propostos pelo CSNU no referido período. Ainda, os 3 países do grupo IBAS se abstiveram apenas da votação S/RES /1973(2011) – sobre os ataques no espaço aéreo da Líbia-Jamahiriya. Os membros dos BRICs (leia-se China e Rússia) abstiveram-se de duas votações, a S/RES 2023 (2011), sobre a Eritreia e a expansão do grupo de monitoramento reestabelecido pela Resolução de 2002, ao passo que os membros do IBAS votaram favoráveis.

No que diz respeito à temática da agenda discutida em 2011, do total das 235 reuniões públicas e privadas que aconteceram neste referido ano, 177 reuniões trataram de assuntos de *country-specific/regional situations* (questões específicas/regionais) e 58 reuniões para tratar de temáticas de cunho transversal (*cross-cutting issues*).

Em 2011, o CSNU adotou 68 resoluções; destas, cinco (5) não foram aprovadas em caráter de unanimidade, duas (2) foram vetadas por membros-permanentes.

Gráfico 5 – Votações realizadas pelo CSNU entre 2007-2011



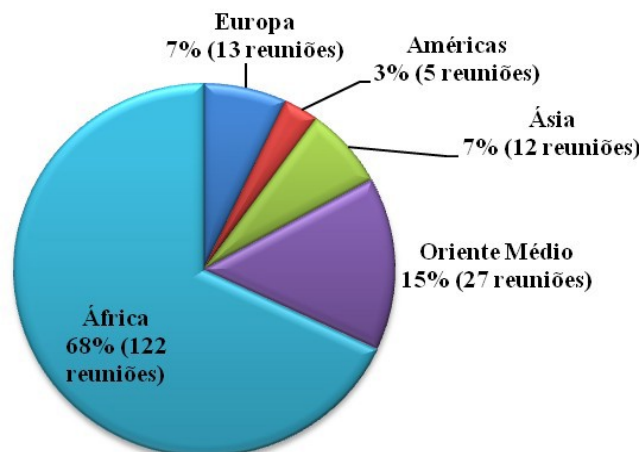
Fonte: Elaborado pela autora com base em UN (2012).

Entre os principais temas discutidos pelos membros permanentes e não permanentes estão o Sudão, a situação da Somália e a situação da Líbia (Quadro 4).

Sobre o número de reuniões v temáticas discutidas em 2011, o relatório mostra que foram realizadas 30 reuniões para tratar de temáticas acerca do Sudão, 22 reuniões para temas da Líbia, 16 reuniões para temas sobre a Somália, 13 sobre o Oriente Médio, incluindo a questão da Palestina (UNBISNET, 2013, p. 8).

Do total das reuniões realizadas pelo CSNU em 2011, a África representou (68%) das decisões tomadas pelos membros do CSNU, representando 122 reuniões do total realizado; a segunda região que mais foi referenciada e discutida nas reuniões deste período foi o Oriente Médio, com 15%, respectivamente, as demais regiões foram a Ásia (7%), Europa (7%) e as Américas (3%), conforme verificado no Gráfico 6 (UNBISNET, 2013, p. 2).

Gráfico 6 – Total de reuniões realizadas pelo CSNU em relação às regiões



Fonte: Unbisnet (2013).

Ressalta-se que deste total de 68% das reuniões que foram discutidas temáticas envolvendo a África, em maior grau se destacam a África Subsariana (95 reuniões) e a África do Norte (22 reuniões) (UNBISNET, 2013, p. 2).

Referente à resolução SC/10288 (UN, 2013, p. 1) acerca dos problemas relacionados à paz e à segurança na África, o discurso foi dirigido para a importância da UNOAU (Agência das Nações Unidas para a União Africana) com atuação em parceria com o CSNU, para temas em torno da manutenção da paz e segurança para as regiões africanas.

Segundo o chefe de departamento da UNOAU, Zachary Muburi-Muita (2013, tradução nossa), esta organização está voltada para a cooperação e o fortalecimento compartilhado para as atividades de manutenção da paz. Assim declarou:

[...] nossas experiências sobre a cooperação entre os dois organismos mostram que fazemos o melhor na abordagem além do continente quando estamos juntos e falamos em uma só voz, ao mesmo tempo, mas ninguém sabia melhor do que os membros do Conselho de Segurança que a mediação de conflitos foi um desafio de negócios, especialmente quando somos confrontados com a multiplicidade de atores, iniciativas e organizações que jogam seus respectivos papéis.³⁷

E, em relação aos discursos dos membros do IBAS acerca da importância da UNOAU, percebe-se uma convergência no que consiste à legitimidade da política executada de manutenção de paz. Representando o Brasil, Regina Maria Cordeiro Dunlop afirmou que a criação da UNOAU foi importante para que em parceria com as Nações Unidas pudesse ser reforçada a cooperação estratégica voltada para um plano de trabalho conjunto para a manutenção da paz na África. Ainda, destacou a necessidade de as Nações Unidas fornecerem maior suporte material e financeiro para a prevenção e mediação de programas de missões de paz naquela região. Da mesma forma, o discurso do representante Indiano, Vinay Kumar, destacou que 75% do tempo de discussões do Conselho de Segurança estão voltados para temas regionais do continente Africano e, por isto, foi importante não apenas para que o CSNU conhecesse as necessidades dos países africanos, mas, além disto, conhecesse a ação promovida por cada país africano para solucionar os problemas em torno deste tema de segurança. E, na mesma linha de discurso, o representante Sul-Africano, Doctor Mashabane, reafirmou que a UNOAU foi estrategicamente estruturada para assistir às Nações Unidas, respeitando um caráter de cooperação e parceria com a União Africana, permitindo avançar e

³⁷ “[...] our experiences on cooperation between the two organizations shows that we do better in addressing crosses on the continent when we stand together and speak in one voice, at the same time, no one knew better than Security Council members that conflict mediation was a challenging business, particularly when we are faced with the multiplicity of actors, initiatives and organizations playing their respective roles.”

criar ação além do discurso. Destacou, ainda, a necessidade de reestruturação, na questão do grau de suporte por parte das Nações Unidas.

Já no que diz respeito às votações referentes ao Oriente Médio, os temas que prevaleceram foram a Síria e Líbia, além das questões da Palestina e a situação do Oriente Médio, respectivamente, nas resoluções S/2011/24 e S/2011/612. Sobre a Líbia, conforme mostra o seguinte Quadro 4, os dois países do IBAS, Índia e Brasil, abstiveram-se de votar na Resolução 1973, em 17 de março de 2011 (cuja temática era sobre a questão da Líbia) enquanto que a África do Sul foi favorável ao tema. Já em relação à questão da Palestina, a votação do IBAS foi convergente, onde os países votaram a favor; e, no tema da situação do Oriente Médio, o IBAS se absteve na votação. Tais informações podem ser melhor visualizadas nos quadros a seguir:

Quadro 4 – Votação do IBAS para a situação da Líbia

Resolução	Data	Tema de agenda	Votação		
			A favor	Contra	Abstenção
1973(2011)	17/03/2011	Situação da Líbia	10	0	5 (Brasil, China, Alemanha, Índia, Rússia)
1984 (2011)	09/06/2011	Não proliferação	14	0	1 (Líbano)
2023 (2011)	05/12/2011	Paz e segurança na África	13	0	2 (China, Rússia)

Fonte: Elaborado pela autora com base em UN (2013).

Quadro 5 – Votação do IBAS para a situação do Oriente Médio

Resolução	Data	Tema de agenda	Votação		
			A favor	Contra	Abstenção
S/2011/24	18/02/2011	Situação do Oriente Médio, incluindo a questão da Palestina	14	1 (EUA)	0
S/2011/612	04/10/2011	Não proliferação	9	2 (Rússia, China)	4 (Brasil, África do Sul, Líbano e Índia)

Fonte: Elaborado pela autora com base em UN (2013).

Quanto à Resolução S/2011/612 abstenção dos membros do IBAS, somados ao Líbano, o comportamento do bloco foi manifestar que havia a necessidade de promover um maior debate sobre o tema e, ainda, que aquela resolução não seria pertinente.

Sobre o padrão de votação dos membros permanentes do CSNU, a Rússia e a China quanto à Resolução 1973, explica Zifcak (2011, p. 32, tradução da autora) que deve ser considerada a significativa divisão que ocorre dentro do CSNU; o Brasil, Índia e China se

apoiaram no princípio da não intervenção como uma estratégia apropriada para não se posicionar e interferir.

Na leitura deste cenário, Zifcak (2011, p. 32) comenta sobre a postura realista dos membros do CSNU, “de ambos os lados”, sejam esses permanentes ou não permanentes; teriam negligenciado seus interesses estratégicos inteiramente para assumir uma postura puramente humanitária. Esta não é a forma como o “jogo da política internacional é jogado”.

Sobre a postura de veto da Rússia, Zifcak (2011, p. 32) aponta que “esse país [Rússia] tem sido o principal oponente de qualquer ação direta internacional contra a Síria.” Na maioria das vezes os seus argumentos contra uma intervenção R2P (responsabilidade de proteger) têm sido entregues no nível de princípio. Não é difícil, contudo, discernir o investimento político, econômico e estratégico importante do país, na Síria.

Vale destacar que no contexto dos BRICS, os dois países, leia-se China e Rússia membros permanentes do CSNU, convergiram na estratégia de veto ao *draft* da Resolução S/2011/612, a qual condenava a Síria quanto às violações dos direitos humanos e a não proliferação de armas químicas. Este comportamento, quando feita uma leitura dos interesses geoestratégicos dos atores internacionais, claramente são percebidas as razões e interesses econômicos que fizeram com que a Rússia, por exemplo, se opusesse abertamente à intervenção da OTAN no Oriente Médio, já sinalizando em discursos anteriores uma tendência de veto para este referido tema.

Sobre este comportamento de veto por parte da Rússia e da China, o Embaixador Francês, Gerald Araud, declarou que a referida votação não deixa dúvidas sobre o significado do veto na referida votação, entre outras palavras, que está bem claro que o veto praticado pelos países se trata de uma escolha política e não de um problema de entendimento da terminologia de “Responsabilidade de proteger ou ao proteger”. (CHARBONNEAU, 2011)

Já nas declarações do Embaixador Russo Churkin, o veto está relacionado ao conflito político deste país com os representantes europeus, os quais fazem parte do CSNU. Do lado de Beijing, de modo estratégico, o Embaixador Li Baodong declarou que a China não pode interferir na política e soberania da Síria (CHARBONNEAU, 2011). Os vetos e as abstenções foram fortemente criticados pelo Reino Unido, Portugal, Alemanha e a França, os quais se expressaram a respeito: “[...] os países que bloquearam a resolução e a sanção ao governo Sírio, as terão na consciência e que de fato demonstra quem realmente luta pela democracia na Síria no que diz respeito à proteção dos direitos civis, além de destacar os limites da cooperação internacional para este tema.” (CHARBONNEAU, 2011).

Para este cenário de abstenção nos seus votos sobre as questões do Oriente Médio, quanto ao comportamento de votação do IBAS foi criticado pela comunidade internacional, a exemplo do que foi declarado pela observadora e representante do Oriente Médio, Nadim Houry, junto à Comissão de Direitos Humanos da ONU. Segundo ela, houve contrariedade entre o discurso do IBAS e sua ação, fazendo o seguinte comentário: *“their [IBSA] efforts at provate dialogue have achivied nothing, and hundreds more syrians have died in the meantime.”*

Ainda, destacou que 04 de agosto de 2012, o IBAS enviou uma delegação para investigar a violação dos direitos humanos na Síria, mas que, segundo ela, a iniciativa não passou do discurso, pois este grupo de países está sentado e assistindo ao massacre de mais de 3.000 civis; deste total, cerca de 87 crianças foram dadas como desaparecidas e presas e outras milhares sofreram tortura (HRW, 2012).

Nesse sentido, a partir das declarações e críticas da imprensa mundial e acadêmicos infere-se que o IBAS, na tentativa de mediar o conflito, com imperativos voltados para a questão humanitária e de soberania, acabou projetando à comunidade internacional uma atuação ambígua, dando espaço a críticas quando percebida a dimensão comercial sobreposta ao direito humanitário.

Na perspectiva econômica, a leitura acerca do interesse doméstico brasileiro quanto às devidas dimensões das relações comerciais do Brasil-Líbia, explica Elizondo (2009, p. 1), correspondente da Al Jazeera no Brasil, que o entendimento sobre o comportamento de votação (abstenção) do Brasil foi pela via do princípio da não intervenção para evitar uma condenação imediata ao governo Líbio, a saber:

[...] em 2003, quando foram levantadas as sanções da ONU contra a Líbia, o principal entrave para as empresas brasileiras para se fazer negócios no país também foi desmontado. Abriu-se uma oportunidade para multinacionais para explorar o que antes era principalmente uma descarga mercado inexplorado com dinheiro para gastar, especialmente em reconstrução de um país em ruínas. Desde 2003 , a Líbia investiu, por algumas contas, mais de US \$120 bilhões em projetos de infraestrutura, o que tem proporcionado um terreno fértil para as construtoras brasileiras.

Ainda, quanto à dimensão da atuação da diplomacia brasileira tem gerado negócios, especialmente no governo Lula, Elizondo (2009) explica que em um cenário que durante anos foram levantadas sanções contra a Líbia, “o Brasil tem sido discretamente construindo relações diplomáticas e econômicas com a Líbia, sendo que a relação diplomática-comercial ganhou em 2009, com a vista do presidente Lula levando 90 representantes de empresas

brasileiras para atuação na Líbia.”³⁸ Quanto às principais empresas que atuam na Líbia, destacam-se a Odebrecht, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão e a Petrobrás.³⁹

Outra declaração feita neste sentido de questionar a postura do IBAS em torno desta questão da Síria, a Diretora de Centro de Estudos Árabes da Universidade de São Paulo, a Doutora Arlene Clemesha, entende que o Brasil mantém a postura generalista contra a intervenção em países Árabes e apresenta uma postura bastante tímida e similar em relação à questão da Líbia e da Síria.

Sob uma perspectiva de cálculos de geopolítica, Demant (2012), professor de História da Universidade de São Paulo, entende que o comportamento do Brasil na questão da intervenção na Síria é percebido desta maneira por Brasília: “[...] Se Assad se mantiver no poder, o Brasil vai ter ganhado, e o cálculo em Brasília com Assad como um perdedor, devia ser um momento para alterar os lados.” (JORDAN, 2012, tradução da autora).⁴⁰

Vale destacar a respeito das relações comerciais do Brasil com a Síria, conforme explica Alaby (2012), presidente da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, que o fluxo de comércio entre os dois países sofreu uma queda significativa; em 2010 o Brasil exportou 547 milhões de dólares e, em 2011, exportou apenas 366 milhões de dólares. O total das importações praticadas pelo Brasil também sofreu uma queda, de 47 para 45 milhões de dólares. As razões segundo ele, pela crise interna na Síria e, certamente, pelo discurso do Brasil, e fortalecido pelo discurso do IBAS, pelo fim da violência naquele país isso teria afetado diretamente as relações comerciais com o país Árabe.

No entendimento deste acadêmico, o pragmatismo da diplomacia brasileira defenderá o interesse nacional acima dos interesses globais, sem prejudicar na ação e discurso o crescimento econômico doméstico. Este comportamento diplomático conduzido pelo Brasil de forma unilateral com a Líbia e com a Síria se infere que ela foi tratada pelo governo brasileiro como uma questão além de uma questão de princípios, a qual acaba por acarretar uma sobreposição do comercial pela questão humanitária.

Em relação à posição da Rússia e da China, claramente motivada por interesses e laços econômicos e militares, em 04 de outubro de 2012 vetaram a resolução para que o governo

³⁸ Elizondo (2009): “A Odebrecht, com experiência de renome mundial na construção de tudo, desde barragens para aeroportos, que atualmente emprega cerca de 5.000 pessoas na Líbia, e 200 brasileiros. Odebrecht foi uma das primeiras grandes empresas brasileiras para obter contratos na Líbia, em 2007, no valor de volta, em seguida, cerca de US \$ 1,4 bilhão. Atualmente, a empresa tem procurado altamente após o contrato para a construção de terminais no aeroporto de Trípoli internacional, bem como uma grande rodovia Rodoanel,anel viário ou, como é chamado.”

³⁹ Elizondo (2009): “[...] A Petrobras tem operações de exploração na Líbia desde 2005, segundo a empresa.”

⁴⁰ “*supporting Assad-at least as long as he's in the saddle-comes at small costs; in contrasts to helping the opposition. [...] if Assad stays in power, Brazil will have won, and the calculation in Brasília with Assad as a loser, should be a time to change the sides.*” Informação do *The Rio Times*.

Sírio acabasse com a violência praticada à sua população; houve a abstenção do IBAS, alinhando-se à perspectiva dos parceiros da plataforma dos BRICS, acabaram por se abster, e, novamente, colocando este tema da Síria em um *status* de bloqueio por parte do CSNU. Novamente, o IBAS foi alvo de críticas da imprensa internacional: The New York Times chamou a atenção e criticou fortemente sobre a “cumplicidade” destes governos ao regime de Assad, sendo inclusive comprometidos com o grau de elegibilidade e credenciais destes assumirem responsabilidades de caráter humanitário, por estarem alinhados claramente aos objetivos econômicos: “*And Mr. Assad still has a few, far too powerful, protectors. Russia and China, along with India, Brazil and South Africa, are blocking a United Nations Security Council resolution that could impose broad international sanctions on Damascus. Their complicity is shameful.*” (JORDAN, 2012).

Mais recentemente, outro marco importante e que se apresentou em torno da questão da Síria e das negociações diplomáticas conduzidas pelo Secretário de Estado dos EUA, John Kerry e o Ministro das Relações Exteriores russo, Serguei Lavrov, para o desarmamento e a proibição do uso de armas químicas pela Síria, foi observado no projeto de resolução para regras e regulamentações de desarmamento, os quais serão e deverão ser definidos pela Organização para a Proibição de Armas Químicas, o qual foi apresentado em 27 de setembro de 2013 pelos EUA e Rússia a CSNU, sem que o país sírio sofra uma intervenção militar internacional. O texto estabelece que “a Síria não pode usar, desenvolver, produzir, obter de qualquer outra forma, armazenar ou guardar armas químicas, como também não pode, direta ou indiretamente, encaminhá-las a outros Estados ou grupos não estatais.” (DEUTSCHE WELLE, 2013).

Ainda, o projeto de resolução não descarta o uso da força, caso o regime Assad não se mostre cooperativo quanto à destruição das armas químicas. A Síria, no dia 04 de outubro de 2013, entregou a peritos internacionais dados adicionais sobre seu programa de armas químicas, indo além da declaração de 21 de setembro enviada pelo presidente sírio, Bashar Al-Assad, sobre seu arsenal de gases venenosos; destaca-se que o teor da declaração do presidente sírio não foi divulgado publicamente.

Quanto às declarações dos líderes mundiais acerca desta conquista de paz mundial, foi declarado o seguinte, conforme destacou a matéria de O Globo (2013): “O presidente americano, Barack Obama, qualificou de 'grande vitória da comunidade internacional' o projeto de resolução, finalmente aprovado pelo Conselho de Segurança com o aval de Washington e Moscou.”

Corroborou no discurso, o Ministro russo das Relações Exteriores, Serguei Lavrov, alertando às Nações ocidentais sobre a necessidade de se evitar “acusações e condenações” a Assad sem provas: “O uso de armas químicas é inadmissível, mas isto não significa que se possa usurpar o direito de acusar e condenar.” (O GLOBO, 2013).

Já o presidente iraniano, Hassan Rohani, disse à margem da Assembleia Geral que “para Genebra ou qualquer outra reunião internacional [...] o Irã aceitará ativamente o convite e participará pelo bem do povo sírio.” (O GLOBO, 2013).

Disse o presidente da Coalizão Nacional Síria, Ahmad Jarba, representando a oposição síria acerca da resolução: “estamos contentes porque algumas de nossas demandas foram aceitas [...] mas desejávamos uma resolução mais clara sobre o Capítulo VII, que prevê o uso da força”, concluiu.

A declaração do governo Brasileiro para este tema, por meio da nota n. 346 sobre a aprovação de Resolução da Síria no CSNU apresenta com satisfação este avanço quanto à eliminação de todas as armas químicas do território da Síria e, ainda, endossou que processo de paz conduzido pelos sírios, a saber:

[...] Trata-se de momento crucial de unidade do Conselho, que pode se transformar no primeiro passo para a resolução definitiva do conflito naquele país. [...] Reiteram o apoio à realização da Conferência de Paz Genebra II, com a participação e protagonismo de todos os sírios, que conduza à solução do conflito e a imediata normalização da situação na Síria. (BRASIL, 2013).

Sobre a relevância deste projeto para comunidade internacional, a imprensa alemã Deutsche Welle (2012) destaca que:

[...] foi a primeira vez desde o início do conflito na Síria, há mais de dois anos e meio, que as cinco potências com poder de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas (além de Rússia e EUA, o grupo inclui França, Reino Unido e China) chegaram a um consenso sobre um projeto de resolução para a Síria.

Referente ao posicionamento da opinião dos órgãos da mídia europeia, expressou a revista Spiegel (2013) que “Nessa questão, os russos claramente se impuseram perante os Estados Unidos, pois [...] Afinal de contas, desde o início dos embates há dois anos, o Conselho de Segurança da ONU se encontrava completamente bloqueado no caso da Síria.”

De acordo com o jornal O Globo (2013), o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou em 29 de setembro de 2013, por unanimidade, de seus 15 membros, a resolução do Conselho de Segurança, entre eles os cinco permanentes com direito a veto: Estados Unidos, Rússia, China, França e Grã-Bretanha. Desde 2011, este tema estava bloqueado na ONU e o

CSNU não conseguia avançar em tratativas devido à posição contrária e de veto da Rússia e da China nos três últimos projetos de resolução.

Em relação ao grau de convergência política e de votação, ao contrário do que ocorria desde 2011, os membros do IBAS e dos BRICS foram favoráveis em caráter de unanimidade à resolução que prevê a destruição do arsenal químico do regime sírio de Bashar Al-Assad.

Em 06 de outubro de 2013, os especialistas internacionais (Representantes da Organização para a Proibição de Armas Químicas, de Haia e com a ajuda de pessoal da ONU) iniciaram a destruição das bombas e ogivas, desmantelando o arsenal químico sírio. O cronograma de destruição total do arsenal químico está previsto para 2014, sendo que todos os locais estão sendo vistoriados pelos especialistas internacionais e da ONU; se for apresentada qualquer restrição a este processo, a organização informará a ONU (O GLOBO, 2013).

Também por meio da plataforma de diálogo dos BRICs (Brasil, Índia, China, Rússia e África do Sul) os membros do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) expressaram recentemente mediante a V Cúpula do BRICS - Durban, 27 de março de 2013 - BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização – Declaração de e-Thekwini, sobre a União Africana e a parceria com as Nações Unidas para temas de segurança e estabilização em áreas de pós-conflito:

24. Louvamos os esforços da comunidade internacional e reconhecemos o papel central da União Africana (UA) e seu Conselho de Paz e Segurança na resolução de conflitos na África. Instamos o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) a reforçar a cooperação com a União Africana e seu Conselho de Paz e Segurança, de acordo com resoluções do CSNU a esse respeito. Expressamos nossa profunda preocupação com a instabilidade que se estende do Norte da África, em particular no Sahel e no Golfo da Guiné. Continuamos, também, preocupados com relatos de deterioração das condições humanitárias em alguns países. (BRASIL, 2013).

A declaração do IBAS por intermédio dos BRICs, por meio da declaração de e-Thekwini, na reunião de Cúpula sediada pela África do Sul, sobre a questão iraniana de uso pacífico de energia nuclear, colocou:

28. Acreditamos que não há alternativa a uma solução negociada para a questão nuclear iraniana. Reconhecemos o direito do Irã ao uso pacífico da energia nuclear, consistente com suas obrigações internacionais, e apoiamos a resolução das questões envolvidas por meios e diálogos políticos e diplomáticos, inclusive entre a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e o Irã, e de acordo com os dispositivos das resoluções relevantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e consistente com as obrigações do Irã decorrentes do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Estamos preocupados com as ameaças de ação militar, bem como com as ameaças de sanções unilaterais. Notamos as recentes conversações realizadas em Almaty e esperamos que todas as questões pendentes relacionadas ao programa nuclear iraniano sejam resolvidas por discussões e meios diplomáticos. (BRASIL, 2013).

Por meio da declaração de e-Thekwini, os BRICs referenciaram a Convenção de Genebra e o CSNU para a resolução da violação dos direitos humanos na Síria:

Expressamos nossa profunda preocupação com a deterioração da segurança e da situação humanitária na Síria e condenamos o aumento das violações de direitos humanos e do direito humanitário internacional como resultado da continuidade da violência. Acreditamos que o Comunicado Conjunto do Grupo de Ação de Genebra fornece uma base para uma resolução da crise síria e reafirmamos nossa oposição a qualquer militarização ulterior do conflito. Um processo político liderado pelos sírios e conducente a uma transição só poderá ser alcançado por meio de um amplo diálogo nacional que atenda às legítimas aspirações de todos os setores da sociedade síria e ao respeito pela independência, pela integridade territorial e pela soberania da Síria, como expresso no Comunicado Conjunto de Genebra e resoluções pertinentes do CSNU. Apoiamos os esforços do Representante Especial Conjunto das Nações Unidas e da Liga dos Estados Árabes. Em razão da deterioração da situação humanitária na Síria, instamos todas as partes a permitir e facilitar o acesso imediato, seguro, completo e sem restrições de organizações humanitárias a todos que necessitem de assistência. Instamos todas as partes a garantir a segurança dos trabalhadores humanitários. (BRASIL, 2013).

Neste sentido, se consideradas as críticas e declarações dos líderes mundiais, a expectativa da comunidade internacional frente ao IBAS permite constatar que foi considerado pela maioria que ocorreu incongruência de postura do IBAS quanto ao discurso, nas questões da Líbia e da Síria, pois com este comportamento e representatividade de se abster, fez com que perdessem a oportunidade de reafirmar o compromisso de apoio ao processo de pró-democracia naqueles territórios, colocando o discurso na prática.

Assim, fica claro que o CSNU apresenta suas limitações quanto ao grau de prioridade e interesses de seus membros, sejam eles permanentes ou não. Com isso, percebe que os Estados acabam por representar de modo dual seus interesses, uma vez que priorizam de imediato seus objetivos estratégicos e, posteriormente, voltam-se aos interesses da comunidade global. Logo, as decisões no âmbito do CSNU acabam sendo fragilizadas no que se refere à postura realista de seus membros a qual interfere negativamente para a falta de credibilidade deste organismo internacional no que diz respeito à atual dinâmica do sistema mundial.

Infere-se que o IBAS tem apresentado um prestígio internacional como interlocutor e mediador, sendo reconhecido pela comunidade internacional como um “construtor de pontes” para temas de governança global; contudo, definitivamente, se aspiram obter uma vaga permanente no CSNU, não basta ter apenas uma participação em foros multilaterais e promover de forma intensa o debate na comunidade internacional, questionando e criticando a dominação política-econômica do Norte; terá de se ocupar de tratar diretamente com as

questões em torno dos direitos humanos. Ou seja, não basta apenas construir credenciais elegíveis ao assento permanente da CSNU, mas apresentar uma postura coerente para lidar com o tema governança global; isso foi observado e constatado em 2011 mediante o grau de convergência alinhada entre os membros do IBAS e os demais membros do CSNU, sendo essa, uma característica da maioria das resoluções do CSNU que são aprovadas com unanimidade. Sobre a divergência de votação dos membros do IBAS neste período, por considerar que a pesquisa é qualitativa, e, por tal, não se voltou para a representatividade e análise quantitativa, mas se concentrou no entendimento conceitual, estrutural e intencional do IBAS no mandato de 2011. Portanto, a pesquisa teve como foco o aprofundamento da compreensão da sua concertação política em uma abordagem multidimensional quanto ao seu comportamento coalizacional.

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo examinar a coalizão do Ibas, verificando a partir do eixo da concertação, o grau de convergência apresentada pelos membros deste bloco para os temas de alta política. Como escopo temporal, foi observado o ano de 2011, que se destacou como um período relevante à atuação deste bloco por se tratar do primeiro período que os três países do IBAS participaram juntos como membros não permanentes no Conselho de Segurança da ONU.

Com relação ao problema de pesquisa é possível concluir que o IBAS apresentou concertação política voltada para o eixo Sul-Sul Hard para os temas centrados para a agenda de governança global, mostrando um padrão de votação convergente e alinhado nas resoluções do CSNU em 2011. Tal comportamento foi constatado por intermédio do discurso integrado face às discussões centrais e de ordem internacional, especialmente no que concerne os temas de democratização, paz e segurança internacional.

Referente à hipótese central da pesquisa, essa foi confirmada sendo que o eixo Sul-Sul Hard está estruturado em um dos pilares centrais do IBAS, para temas de alta política, leia-se CSNU, OMC. E, ainda, de modo combinado, por meio do eixo Sul-Sul Soft é estruturada a política de *soft power* diplomático do IBAS através da oferta de desenvolvimento pelo viés da transferência de conhecimento, na campanha e busca de apoio político para a vaga permanente no CNSU.

No primeiro capítulo, a abordagem recaiu na identificação conceitual do IBAS, a partir da teoria das coalizões de Narlikar (2003) na perspectiva de enquadramento de coalizões de países caracterizados por buscarem um fortalecimento via fóruns consultivos, e, assim, potencializam a representatividade de modo a influenciar o sistema internacional. Indo ao encontro desta teoria, foi examinado por intermédio do arcabouço conceitual de teóricos, como Keohane (1989), para explicar que a interdependência complexa traz um novo contorno ao sistema internacional e, com isso, é promovido um novo alinhamento geoestratégico por parte dos *global players*, advindo das mudanças que condicionam estes novos atores a estabelecerem novas alianças/coalizões as quais sejam capazes de estabelecerem de modo conjunto um grau de constrangimento às grandes potências. Ademais, a pesquisa utilizou-se do conceito de geometria variável de Nye (2011) para explicar que em virtude das assimetrias entre os membros deste tipo de coalizão percebe-se a necessidade coalizacional para através da cooperação entre eles, ocorrer o ganho absoluto e não relativo. Ou seja, no âmbito do IBAS se percebe a priorização do multilateralismo e da cooperação intrabloco e extrabloco, para

colocar em destaque as credenciais técnicas e materiais promovidas por eles e que se projetam tanto no âmbito regional quanto no global.

Os três líderes regionais do Sul são categorizados a partir do conceito de potências médias de Sennes (2006) e Maria Regina Soares de Lima (2005) para a classificação como *System Affecting States*, os quais possuem limitada capacidade de influenciar o sistema global, sob o caráter unilateral. De fato, foi verificado que o Brasil, Índia e África do Sul apresentam um comportamento e *status* internacional, de modo multifacetado, influenciando tanto o contexto regional quanto global. Apoiando-se no conceito de Sennes (2003), foi possível constatar que essas potências médias se assemelham, por fatores, como peso demográfico, territorial, desenvolvimento econômico e por serem regimes democráticos, ao mesmo tempo que compartilham problemas comuns. Salienta-se a preferência pelos foros multilaterais com o intuito de lograrem uma maior representatividade no sistema internacional, pois como potências médias, de forma individual, não conseguiriam fazê-lo. Neste sentido, estes novos atores internacionais buscam um novo lócus na comunidade internacional, como Estados proeminentes, onde de modo característico projetam-se de forma coletiva, criando um bem-público cimentado na coalizão ideológico-político. Este bem-público reside no fato destes países realizarem uma nova leitura do perfil internacional de atuação, por conveniência e interesses mútuos, baseados na própria característica de coalizão, endógena-substantiva-normativa, conforme explica Oliveira (2006). Isto é, examinando o IBAS percebeu-se que o bloco, em termos de temas de alta política, tem projetado tanto os interesses mútuos quanto os princípios que o norteia desde sua institucionalização. Mesmo sendo um fórum consultivo de diálogo, o IBAS tem apresentado uma legitimidade face à comunidade internacional, fortalecendo-se no pilar da concertação política como seu principal eixo para aumentar o grau de manobra diante das grandes potências.

Quanto à característica deste bloco, o IBAS incorporou e imprime desde 2004 um diferencial ao Discurso da Conferência de Bandung, o qual tem a sua importância no palco das relações internacionais, por ter manifestado um espírito e consciência pela coletividade e, ainda, caracterizou e colocou pela primeira vez um movimento dos países de Terceiro Mundo na condição de participantes da política internacional. Ou seja, por intermédio da cooperação Sul-Sul, o IBAS criou um mecanismo inovador de atuação sob dois eixos, o da concertação política voltado para a condução de temas de alta política, neste estudo, categorizado como Sul-Sul Hard, e pelo viés da cooperação externa ao bloco, atuando através do Sul-Sul Soft. Infere-se que, por meio deste último eixo Soft, o IBAS executa desde 2004 por meio do Fundo IBAS, um mecanismo protagônico que propõe uma nova lógica de “doação”

internacional junto a países em menor nível de desenvolvimento. Por meio de projetos autossustentáveis, replicáveis e de transferência de conhecimento, possibilitam que os países membros do IBAS coloquem em prática o que versam nos discursos conjuntos, isto é, um modelo próprio desenvolvido que o distancia estrategicamente dos padrões tradicionais de doações feitas pela OCDE. O fato de o Fundo IBAS possuir na sua essência a implementação de projetos replicáveis e a fundo perdido para promover a transferência de conhecimento em países receptores é o que confere ao bloco um destaque e reconhecimento pelo pragmatismo solidário. Neste contexto, infere-se que o IBAS fortalece a política de *soft power* pelo viés de concertação político-ideológica, a qual promove o desenvolvimento em Estados menos desenvolvidos, logrando prestígio e legitimidade na estratégia de alargamento das bases de apoio regional e extrarregional para que o pleito ao assento permanente seja conquistado. Além disso, vale destacar, não obstante esses dois eixos não são excludentes, pelo contrário, complementam-se sob a lógica do IBAS praticar e conduzir uma política de *soft power* nas diversas regiões do globo, indo ao encontro da colocação de Pecequillo (2008).

No segundo capítulo, que tratou de examinar o comportamento de concertação política no eixo Sul-Sul Hard, no que diz respeito às aspirações e “campanha” para a conquista da vaga de membro-permanente do CSNU, conclui que elas se apresentam de modo diferente sendo que as questões regionais acabam por interferir diretamente neste cenário. Para tanto, a questão do pleito pela credencial de representatividade geográfica faz com que estes países de fato se apoiem e não disputem intrabloco uma vaga na qualidade de membro-permanente, logo, o grau de conveniência e concertação política tende a triunfar nesta coalizão.

Quando observado o grau de legitimidade do IBAS no âmbito da comunidade Internacional representada no CSNU, entre os países membros dos IBAS, o Brasil foi o que mais vezes participou de mandatos como membro não permanente, totalizando 10 participações. A Índia, por sua vez, participou de 7 mandatos nesta qualidade de membros do CSNU. Já a África do Sul, país que teve a mais tímida participação, por motivos já mencionados neste trabalho, apresenta um diferente grau de aspiração devido às limitações encontradas no âmbito regional da União Africana.

Não obstante, nesta ocasião, esse país que ocupou até 2011 apenas 2 mandatos tem na plataforma do IBAS um pilar significativo de representatividade e projeção internacional, localizando-se este líder africano em um novo cenário após o regime de segregação racial que durou 48 anos, de 1948 a 1990. Mesmo com a implícita e tímida participação sul-africana no CSNU, é percebido que pelos outros dois países membros do IBAS, há uma relação de ganhos absolutos conferidos a esta base coalizacional no que consiste à projeção internacional

proporcionada pela participação do IBAS e dos BRICS, coalizões que estão em destaque no sistema internacional.

Quanto à tônica dos discursos oficiais conjuntos, esta é fortalecida a cada ano, logo, é central entender que o IBAS tem mantido um comportamento conjunto para os temas de alta política uma convergência em torno da segurança global e da democratização dos organismos internacionais como modo de promover o reordenamento do sistema internacional.

É importante e válido de nota destacar que os membros do IBAS apresentam um comportamento dual quanto à busca de apoio extrabloco, conforme observado nas alianças com o G-4 e com os BRICS. A estratégia de fortalecimento e atuação multidimensional dos membros do IBAS, nestes novos alinhamentos, merece análise quando percebido que eleva o *status* político dos respectivos países quanto ao grau de construção de capacidades materiais e técnicas, como forma de mostrar no âmbito global, que a elegibilidade é, de fato, merecida. A postura de atuação em múltiplas arenas por parte dos membros do IBAS, logrando um maior apoio, é entendida como estratégica sob o ponto de vista da diversificação de parcerias, objetivando um maior apoio para o pleito da vaga ao assento permanente. No caso do G-4, é entendida por muitos estudiosos por se tratar de uma coalizão que apresenta em si limitações quanto ao apoio explícito de membros permanentes, como a China, por exemplo. Mesmo pela plataforma dos BRICS, os membros do IBAS não obtêm apoio declarado da Rússia e da China, membros permanentes do CSNU. Esses referidos países apenas defendem a ampliação, mas não necessariamente são favoráveis à ampliação da categoria com qualidade de poder de veto. Esta postura é entendida sob o aspecto realista institucionalista de manter centralizado o poder de decisão mundial no seletivo clube dos P-5, mesmo que seja esse poder globalmente questionado quanto ao grau de transparência.

Em relação ao objetivo geral da pesquisa, esta buscou investigar o grau de concertação política do IBAS no CSNU (2011), o qual apresentou divergência de voto em apenas uma das três resoluções que foram aprovadas sem unanimidade, sendo que a divergência do padrão de votação do IBAS apenas ocorreu na resolução S/RES /1973(2011)- referente à situação da Líbia. Além disso, constatou-se que a coalizão IBAS apresentou um padrão de alinhamento de votação também com os demais membros do CSNU nas votações ocorridas no referido mandato. Neste contexto de concertação para temas de alta política foi examinado através do comportamento e padrão de votação *versus* tema e a representatividade promovida durante o ano de 2011.

Para tanto, entre os votos e a atuação do IBAS no CSNU em 2011, podendo ser examinados como complementares em seus eixos Hard e Soft, concluiu-se que as

consideradas mais importantes, e, por isso, dignas de análise, são: a atuação na Minustah, conduzida pelo Brasil e, posteriormente, com a execução de dois projetos via Fundo IBAS, quais sejam: a) “Coleta de Resíduos Sólidos: uma ferramenta para reduzir violência e conflitos em Carrefour-Feuilles” tendo a primeira fase concluída em abril de 2007). Neste, foi implementado na comunidade de Carrefour-Feuilles – uma das mais carentes de Porto Príncipe –, um projeto que empregou diretamente 385 pessoas da comunidade, das quais 207 mulheres. Foi uma das três iniciativas recomendadas ao Fundo das Nações Unidas para *Peace Building* por missão conjunta de organismos internacionais que visitou aquele país; b) “Coleta de Resíduos Sólidos: uma ferramenta para reduzir violência e conflitos em Carrefour-Feuilles” (fase 2 concluída em dezembro de 2011). Após o êxito da primeira iniciativa, a Junta Diretora do Fundo IBAS decidiu estender e aprofundar as atividades do projeto inicial. Além da coleta e triagem de lixo, o projeto passou a fabricar “briquetes” de papel que servem de combustível para cozinhar alimentos (em substituição ao carvão vegetal), produto que resulta em economia de 78% nos custos de energia para famílias carentes (BRASIL, 2013).

Referente às posições de conflito Israel-Palestina, o IBAS reconheceu, por meio da Declaração de Tshwane, o Estado Palestino, e pede que o CSNU dê uma resposta positiva ao povo palestino. Via plataforma do BRICs, também, o IBAS reconheceu e manteve junto com a Rússia e China este alinhamento e convergência política. Também nesta região do Oriente Médio, via Fundo IBAS, o bloco teve atuação com projetos na Palestina para projetar do discurso a prática, por meio dos Projetos: “Construção de Centro Multiesportivo e formação de Ligas Esportivas Juvenis” (concluído em junho de 2011). A iniciativa decorre da decisão do IBAS de destinar US\$ 3 milhões à Palestina para projetos de reconstrução financiados pelo Fundo. A construção e equipagem do Centro Multiesportivo e a formação de ligas esportivas juvenis beneficiou a cidade de Ramalá e contou com orçamento de US\$ 1 milhão. Foi implementada pelo Programa de Assistência do PNUD para o Povo Palestino (PAPP/PNUD); b) Palestina (2º projeto): “Reabilitação Parcial do Centro Hospitalar e Cultural da Sociedade do Crescente Vermelho Palestino na Faixa de Gaza (Hospital Al Quds)”. O segundo projeto do Fundo IBAS implementado na Palestina, de recuperação de nove andares do Hospital Al Quds foi identificado pelos Embaixadores do IBAS em Ramalá, os quais, em diferentes visitas à Faixa de Gaza, constataram o potencial do projeto em melhorar a qualidade de vida da comunidade local. O empreendimento teve início em abril de 2012 e é executado pelo Programa de Assistência do PNUD para o Povo Palestino (PAPP/PNUD) (BRASIL, 2013). Infere-se que geoestrategicamente, o Fundo IBAS apresenta-se como um eixo Sul-Sul Soft, que favorece o IBAS na condução de projetos voltados à estabilização de áreas de pós-

conflito e que interferem diretamente no fortalecimento da convergência do IBAS no seu eixo central, o Sul-Sul Hard, voltado para agenda de alta política.

Quanto às questões do Oriente Médio, em particular duas resoluções, as abstenções dos membros do IBAS ao projeto de Resolução S/2011/612, o qual condenava o regime Sírio por violações dos direitos humanos, os países membros do IBAS se apoiaram no argumento da não intervenção. Defenderam que poderia ser promovido mais diálogo para evitar sanções. Os dois vetos ao referido projeto de resolução foram da China e da Rússia. A crítica internacional para este tema consiste na omissão dos membros do IBAS em condenar o regime de Assad, posicionando-se de forma contraditória do diálogo que vem promovendo como membros não permanentes, ou seja, de garantir a segurança global e os direitos humanos. Sobre as sanções da Líbia, destaca-se que o IBAS não convergiu na votação; a África do Sul, respeitando o entendimento da União Africana, condenou o regime de Muammar Kadhafi. Sabe-se do interesse geoeconômico das grandes potências sobre aquele país, localizado no norte do continente Africano e, por isto, o fator regional acabou por interferir no grau de concertação política do IBAS ao projeto de Resolução 1973. Ainda, sobre a concertação do IBAS, abriu polêmica em torno do comportamento de votação do Brasil e Índia consistiu novamente na abstenção para o projeto de resolução que condenava a violação dos direitos humanos do povo líbio.

Desse modo, é percebido que de fato as questões em torno do Oriente Médio se mostram de modo imperativo e central ao CSNU e crucial na garantia da paz mundial. No caso da Síria, questão que permaneceu bloqueada em virtude das diferenças de interesses dos membros do CSNU, na categoria de permanentes ou não, o IBAS conseguiu estrategicamente o momento certo para condenar o regime Sírio em caráter de unanimidade pela comunidade internacional representada no CSNU, em setembro de 2013, quando declararam conjuntamente que eram favoráveis à destruição plena do arsenal químico e desarmamento na Síria.

Infere-se que o IBAS, por meio do eixo Sul-Sul Hard, tem conduzido seus interesses mútuos de obter maior prestígio e legitimidade internacional – evidenciado na atuação deste bloco no mandato 2011 no CSNU – potencializando a legitimidade e o reconhecimento do IBAS e as parcerias conquistadas, especialmente pela diplomacia solidária de conduzir apoio ao desenvolvimento de países menos desenvolvidos, executado po eixo Sul-Sul Soft. Por meio do apoio conquistado globalmente, tem projetado a “campanha” dos países membros do IBAS para ocupar um assento permanente no CSNU. Asseverou-se que os membros do IBAS têm promovido a concentração de esforços no que consiste à condução por meio da

concertação política, representado pelo Sul-Sul Hard, o eixo central de imprimir a liderança regional e global, logrando um maior grau de constrangimento às grandes potências, confirmando-se a hipótese central desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Apresentação do Diretor da ABC.**

Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/training/informacoes/palavrasDiretorABC.aspx>>.

Acesso em: 27 dez. 2012.

ALEXANDROFF, A. S; COOPER, A. F. (Ed.). **Rising states, rising institutions: challenges for global governance**, Washington: Brookings Institution Press, 2010.

AMORIM, C. **Discurso, Palestras e Artigos do Chanceler Celso Amorim: 2003-2010.**

Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e

Documentação: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática, 2011.

ARKHANGELSKAYA, A.

A. India, Brazil and South Africa (IBSA) Dialogue Forum. A bridge between the three continents? Challenges, achievements and

policy options. NAI Policy note. November 2010. Disponível em:

<<http://www.brics5.co.za/assets/AAA2.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

ARRAES, V. O Brasil e a ONU, de 1990 aos nossos dias: das grandes conferências às grandes pretensões. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio (Org.). **Relações**

internacionais do Brasil: temas e agendas. São Paulo: Saraiva, 2006.

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim.** São Paulo: Boitempo, 2009.

AYLLÓN, B.; LEITE, I. La Cooperación Sur-Sur de Brasil: proyección solidaria y política

exterior. In: AYLLÓN, B.; SURASKY, J. (Coord.). **La Cooperación Sur-Sur en**

Latinoamérica: utopía y realidad. Madrid: Ediciones Los libros de la Catarata/IUDC-UCM, p. 69-101, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Editora 70, 1988.

BBC BRASIL. **Brasil e China lançam "PAC Chinês" e prometem metas até 2014.**

Disponível em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/04/100415_lulahujintao_fp.shtml>. Acesso em: 27 nov. 2012.

BRASIL. Blog do Planalto. **No Ibas, presidenta Dilma defende participação dos países em desenvolvimento na construção de nova ordem internacional.** Disponível em:

<<http://blog.planalto.gov.br/no-ibas-presidenta-dilma-defende-participacao-dos-paises-em-desenvolvimento-na-construcao-de-nova-ordem-internacional/>>. Acesso em: 20 out. 2012.

_____. ENAP. **Ibas - O que é.** Disponível em:

<http://www2.enap.gov.br/ibas/index.php?option=com_content&task=view&id=13&Itemid=27>. Acesso em: 27 out. 2012.

_____. Itamaraty. **Declaração do IBAS à Imprensa sobre consultas mantidas na Síria - Damasco, 10 de agosto de 2011.** Disponível em:

<<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/notas-do-ibas-a-imprensa-1/encontro-de-representantes-do-ibas-na-siria-1>>. Acesso em: 24 nov. 2012.

_____. **Membros do Conselho de Segurança**. Disponível em: <<http://www.brasil-cs-onu.com/o-conselho/membros>>. Acesso em: 06 dez. 2012.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **2ª Cúpula do IBAS - Declaração**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/2a-cupula-do-ibas-declaracao/view>>. Acesso em: 19 out. 2012.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **3ª Cúpula do IBAS - Declaração**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/3a-cupula-do-ibas-declaracao/view>>. Acesso em: 19 out. 2012.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **4ª Cúpula do IBAS - Declaração**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/4a-cupula-do-ibas-declaracao/view>>. Acesso em: 19 out. 2012.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **V Cúpula do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS): Declaração de Tshwane - 18/10/2011**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/v-cupula-do-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas-2013-18-de-outubro-de-2011-declaracao-de-tshwane>>. Acesso em: 17 out. 2012.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração de Brasília**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/declaracao-de-brasilia/view>>. Acesso em: 19 out. 2012.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração do Ibas sobre o conflito em Gaza**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/situacao-entre-israel-e-palestina>>. Acesso em: 24 nov. 2012.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul – IBAS**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/forum-ibas>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Fundo Ibas**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/fundo-ibas>>. Acesso em: 24 nov 2012.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **O fundo Ibas**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/fundo-ibas>>. Acesso em: 01 dez. 2012.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Reforma da ONU**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/governanca-global/reforma-da-onu>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Reunião Ministerial do G4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão) à margem da 67ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas - Declaração Conjunta à Imprensa - Nova York, 25 de setembro de 2012.** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-ministerial-do-g4-brasil-alemanha-india-e-japao-a-margem-da-67a-sessao-da-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-declaracao-conjunta-a-imprensa-nova-york-25-de-setembro-de-2012>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Reunião Ministerial do IBAS: Declaração Conjunta - Nova York, 11 de fevereiro de 2011.** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-ministerial-do-ibas-declaracao-conjunta-nova-york-11-de-fevereiro-de-2011/?searchterm=Ministro%20Antonio%20Patriota%20fevereiro%202011%20ibas>>. Acesso em: 06 dez. 2012.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Reunião Ministerial do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) à margem da 66ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas: Declaração à Imprensa. Disponível em:** <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-ministerial-do-ibas-india-brasil-e-africa-do-sul-a-margem-da-66a-sessao-da-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-2013-declaracao-a-imprensa-2013-nova-york-23-de-setembro-de-2011>>. Acesso em: 17 out. 2012.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Seminário “Cooperação Técnica Brasileira: Agricultura, Segurança Alimentar e Políticas Sociais”.** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/seminario-2011cooperacao-tecnica-brasileira-agricultura-seguranca-alimentar-e-politicas-sociais2011-2013-discurso-do-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-roma-24-de-junho-de-2011>>. Acesso em: 28 dez. 2012.

_____. Ministry of External Relations. **1st IBSA Summit Declaration.** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitados-pelos-chefes-de-estado-e-de/1st-ibsa-summit-declaration/view>>. Acesso em: 19 out. 2012.

BRASILIAN Trade with Syria Declines. **Nuqudy**, 2 February 2012. Disponível em: <http://english.nuqudy.com/Levant/Brazilian_Trade_wit-1065>. Acesso em: 27 set. 2013.

BUZAN, B.; LITTLE, R. **International Systems in World History: remaking the study of international relations.** Oxford, OUP, 2000.

CADERNOS DENAUER 2: o Brasil no cenário Internacional-São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

CARPENTER, C. Global Governance, South-South Economic Relations, and Foreign Policy Strategies. In: **Emerging Powers: India, Brazil and South Africa (IBSA) and the Future of South-South Cooperation.** Woodrow Wilson International Center for Scholars. Special Report. aug. 2009.

CARVALHO, A. S. D.; ROSA, R. M. **O Brasil e a não-indiferença à crise haitiana: solidariedade ou retórica do discurso?** Uri, 2011.

CHARBONNEAU, L. Russia, China veto U.N. resolution condemning Syria. **Reuters**, 4 October, 2011. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2011/10/05/us-syria-un-idUSTRE7937M220111005>>. Acesso em: 27 set. 2013.

CHASE, R.; HILL, E.; KENNEDY, P. (Ed.). **The Pivotal States**. A New Framework for US Policy in the Developing World. New York: W.W. Norton & Company, 1999.

CHATIN, M.. Brazil: a new powerhouse without military strength? **Brics Policy Center – Working Paper**, p. 1-26, jun. 2013.

DAUVERGNE, P.; FARIAS, D. B. L. The Rise of Brazil as a Global Development Power. **Third World Quarterly**, v. 33, n. 5, p. 903-917, 2012.

DIAS, R. **Relações internacionais**: introdução ao estudo da sociedade internacional global. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: <<http://www.dw.de/acordo-entre-eua-e-russia-sobre-siria-da-esperanca-mas-deixa-questoes-em-aberto/a-17118665>>. Acesso em: 10 nov. 2013

DEUTSCHE WELLE. **Acordo entre EUA e Rússia sobre Síria dá esperança, mas deixa questões em aberto**. Disponível em: <<http://www.dw.de/acordo-entre-eua-e-russia-sobre-siria-da-esperanca-mas-deixa-questoes-em-aberto/a-17118665>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

DUPAS, G. África do Sul, Brasil e Índia: divergências, convergências e perspectivas de alianças. In: VILLARES, Fabio (Org.). **Índia, Brasil e África do Sul**. São Paulo: Unesp, 2006.

DW. **Para analistas, abstenção na questão da Líbia na ONU é estratégia política**. Disponível em: <<http://www.dw.de/para-analistas-abstencao-na-questao-da-libia-na-onu-e-estrategia-politica/a-6498925-1>>. Acesso em: 23 out. 2012.

ECOSOC. Trends in south-south and triangular development cooperation. **Background study for the Development Cooperation Forum**. 2008. Disponível em: <http://www.un.org/ecosoc/docs/pdfs/South-South_cooperation.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2012.

ELIZONDO, G. Brazil's business in Libya. **Al Jazeera Americas**, 21 fev. 2011. Blogs.aljazeera.net. Disponível em: <<http://blogs.aljazeera.com/blog/americas/brazils-business-libya>>. Acesso em: 23 out. 2013.

FIANI, R. **Teoria dos Jogos**: para cursos de Administração e Economia. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FLEMES, D. O Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global de mudança? **Revista brasileira Política Internacional**, v. 53, n. 1, p. 141-156, 2010.

FLEMES, D.; FAGUNDES, M. A. Cepk. Segurança regional, instituições de defesa e capacidades militares nos países do fórum Ibas: Índia, África do Sul e Brasil em perspectiva comparada. In: VISENTINI, P. G. Fagundes. **G-3 – Fórum de diálogo IBAS – Uma experiência de cooperação Sul-Sul**. Curitiba: Juruá, 2010.

GIACCAGLIA, C. Estratégias de «quodlibet» en el escenario internacional contemporáneo: las acciones de India, Brasil y Sudáfrica (IBSA) en los ámbitos. **Bras. Polít. Int.**, v. 55, n. 2, p. 90-108, [2012].

GILPIN, R. **Economia política das relações internacionais**. Brasília, DF: Ed. da UnB, 2002.

_____. **War and change in world politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981

GLAZEBROOK, G. Det. The Middle Powers in the United Nations System. **International Organization**, v. 1, n. 2, p. 307-318, June 1947. Disponível em: <10.1017/S0020818300006081>. Acesso em: 13 ago. 2013.

GOVERNANTES do Fórum Ibas defendem negociações sobre o programa nuclear do Irã.

Disponível em:

<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2010/04/16/interna_mundo,186579/governantes-do-forum-ibas-defendem-negociacoes-sobre-o-programa-nuclear-do-ira.shtml>. Acesso em: 11 nov. 2013.

HARDIN, R. **Collective action**. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, Maryland, 1982.

HERMANN, C. F. Changing Course: when governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, p. 3-21, mar. 1990.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT 2013. The rise of the South. Human progress in a diverse World. United Nations Development Program. New York, 2013.

HUMAN RIGHTS WATCH. IBSA: push Syria to end bloodshed. Disponível em: <<http://www.hrw.org/news/2011/10/16/ibsa-push-syria-end-bloodshed>>. Acesso em: 25 set. 2013.

HUNTINGTON, S. P. The Lonely Superpower. **Foreign Affairs**, v. 78, n. 2, 1999.

HURREL, A. Some Reflections on the role of Intermediate Powers in International Institutions. **Working paper**, n. 244 “Paths to Power: foreign policy strategies of intermediate States”, Washington, D.C: Latin American Program, Woodrow Wilson International Centre, p. 3-4, 2000. Disponível em:

<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/III_Seminario_Brasil_Noruega_grafica.pdf#page=63>. Acesso em: 12 nov. 2013.

IBSA. Push Syria to End Bloodshed. **Human Rights Watch**, 16 October 2011. Disponível em: <<http://www.hrw.org/news/2011/10/16/ibsa-push-syria-end-bloodshed>>. Acesso em: 27 set. 2013.

_____. **The India-Brazil-South Africa Dialogue Forum**. Disponível em:

<http://www.ibsa-trilateral.org/index.php?option=com_content&view=article&id=87&Itemid=64>. Acesso em: 10 out. 2012.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Assistência Humanitária**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/9.0.10-anexo-i-assistencia-humanitaria>>. Acesso em: 20 out. 2013.

_____. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009**. Brasília, DF: Ipea; Agência Brasileira de Cooperação, 2010.

IPEA. **Globo.Com**: Brasil no rol dos países doadores aos pobres. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=13221&catid=159&Itemid=75>. Acesso em: 28 dez. 2012.

_____. **Mercosul**: Assimetrias estruturais em debate. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_internacional/100208_boletim_internacional01_apresentacao02.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2012.

JORDAN, L. Brazil Removes Diplomats from Syria. **The Rio Times**, 24 June 2012. Disponível em: <<http://riotimesonline.com/brazil-news/front-page/brazil-removes-diplomats-from-syria/>>. Acesso em: 27 set. 2013.

JORDAAN, E. The concept of a middle Power in international relations: distinguishing between emerging and traditional middle powers. **Politikon**, v. 30, n. 2, 2003.

KEOHANE, R. O. Lilliputian's dilemmas: small states in international politics. **International Organization**, v. 23, n. 2, 1969. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/9813-1442-5-30.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2013.

KORNEGAY, F.; DADA, J. (Org.). **A África e o IBAS**: desafios da segurança humana. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; FUNAG/MRE, 2007.

LANDAU, G. L. O Brasil e a cooperação internacional para o desenvolvimento. **I Revista de Economia e Relações Internacionais**, São Paulo: FEC-FAAP, v. 6, n. 12, p. 103-116, 2008.

LEE, C. J. (Ed.). **Making a World After Empire**: The Bandung Moment and Its Political Afterlives. Athens, OH: Ohio University Press, 2010.

LEITE, P. S. **O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos**: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geizel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LIMA, M. R. S. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Rev. Bras. Polit. Int.**, v. 48, n. 1, p. 24-59, 2005.

_____. Emergence on Global Stage leaves Brazilians Divided. **Spiegel Online**, 2008. Disponível em: <<http://www.spiegel.de/international/world/0,1518,druck-582861,00.html>>. Acesso em: 05 nov. 2012.

LIMA, M. R. S.; HIRST, M. Brazil as an intermediate state and regional Power. **international Affairs**, v. 82, n. 1, 2006.

MARTINS, C. E.; SÁ, F.; BRUCKMANN, M. (Org.). **Globalização: dimensões e alternativas**. São Paulo, 2004.

MBAYA, S. A África do Sul e austral: perspectivas na segurança humana. In: KORNEGAY, Francis; DADA Jabulani (Org.). **África do Sul e o IBAS: desafios da segurança humana**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; FUNAG/MRE, 2007.

MELLO, V. C. **Reformas da ONU**. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/9813-1442-5-30.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

MORGENTHAU, H. J. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. New York: Mc Grill, 1993.

NARLIKAR, A. **International trade and developing countries: bargaining coalitions in the GATT e WTO**. London: Routledge, 2003.

NARLIKAR, A.; TUSSIE, D. O G20 e a Reunião Ministerial de Cancun: os países em desenvolvimento e suas novas coalizões. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, n. 79, 2004.

NYE, J. **Power and Interdependence**. 4. ed. Nova Iorque: Pearson, 2011.

_____. **Soft Power: The means to success world politics**. New York. Public affairs, 2004.

O BRASIL, os BRICS e a agenda internacional. Mesa-redonda. Brasília, DF: FUNAG, 2012.

O CONSELHO DE SEGURANÇA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Entrevista: Brasil se despede do Conselho de Segurança**. Disponível em: <<http://www.brasil-cs-onu.com/entrevista-brasil-se-despede-do-conselho-de-seguranca>>. Acesso em: 15 out. 2012.

_____. **Membros do Conselho de Segurança**. Disponível em: <<http://www.brasil-cs-onu.com/o-conselho/membros>>. Acesso em: 06 dez. 2012.

O ESTADÃO. Comitê da ONU condena Síria e Irã por abuso de direitos humanos. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,comite-da-onu-condena-siria-e-ira-por-abuso-de-direitos-humanos,966055,0.htm>>. Acesso em: 24 set. 2013.

OLIVEIRA, M. F. de. Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ibas e o G-20. **Rev. Bras. polít. int.**, v. 48, n. 2, p. 55-69, 2005.

OLIVEIRA, A.; ONUKI, J.; OLIVEIRA, E. Coalizões Sul-Sul e Mutirateralismo: Índia, Brasil e África do Sul. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 465-504, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/siria/noticia/2013/10/bombas-e-ogivas-sao-destruidas-no-inicio-do-desarmamento-sirio-diz-onu.html>>.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.

ONUBR. **Assembleia Geral da ONU concede status de Estado Observador não membro à Palestina**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/assembleia-geral-da-onu-concede-status-de-estado-observador-nao-membro-a-palestina>>. Acesso em: 02 dez. 2012.

OZKAN, M. Pivotal middle powers and world order: toward a new understanding of international politics? **Perceptions: Journal of International Affairs**, v. 12, n. 1, SA, 2007.

PAUTASSO, D.; IANKOWSKI, B. O IBAS como expressão das coalizões Sul-Sul: o caso do fundo para alívio da fome e da pobreza. **Século XXI**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 1-14, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://sumarioperiodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1855/135>>. Acesso em: 24 nov. 2012.

PECEQUILO, C. S. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. **Rev. Bras. polít. int.**, v. 51, n. 2, p. 136-153, 2008.

PEREIRA, A. L. D. As Relações Sacu-Índia e a nova lógica de cooperação Sul-Sul. **Revista Conjuntura Austral: Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais da UFRGS-NERINT**, v. 1, n. 1, p. 41-53, ago./set. 2010.

PINTO, D. J. A. Mediação de Conflitos Internacionais e o Poder do Estado: O Caso do Brasil. In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PROGRAMA "SAN TIAGO DANTAS", 2., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.unesp.br/santiagodantassp>>. Acesso em: 17 set. 2013.

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA. **Nota do MRE sobre o Brasil na Presidência do Conselho de Segurança da ONU**. Disponível em: <<http://www.politicaexterna.com/17906/nota-do-mre-sobre-o-brasil-na-presidencia-do-conselho-de-segurana-da-onu#ixzz2DB5mU5xQ>>. Acesso em: 22 out. 2012.

PRASHAD, V. *The Darker Nations: A People's History of the Third World*, **The New Press**, New York, 2007. Hardcover, 384 p. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh-2013.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2012.

REIS, J. B. M. Cooperação para o desenvolvimento. Brasil um país doador: Panorama e interesses. **Revista Relaciones Internacionales**, v. 21, n. 42, 2012.

REUTERS. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/china-e-russia-vetam-condenacao-da-siria-dilma-contraria-itamaraty-e-manda-o-brasil-se-abster/>>. Acesso em: 24 set. 2013.

REVISTA COMUNICAÇÃO & POLÍTICA. Notas & Comentários. v. 25, n. 3, p. 169-189.

RIKER, W. H. **The theory of political coalitions**. New Haven: Yale University Press, 1962.

ROSSI, A. Brasil, um país doador. **Le Monde Diplomatique Brasil**, p. 12-14, abr. 2011.

SANTOS, W. G. dos. A Lógica Dual da Ação Coletiva. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 32, n. 1, p. 23-39, 1989. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v28n2/a04v28n2.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

SARAIVA, M. G. Brazilian foreign policy towards South America during the Lula administration: caught between South America and Mercosur. **Rev. bras. polít. int.**, 2010, v.

53, n. spe, p. 151-168. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S003473292010000300009>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

SCHLAGER, C. **Challenges for International Development Cooperation: the case of Brazil**. Berlin, FES Briefing Paper 3, mar 2007.

SEGIB. **Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América**. 2009. Disponível em: <<http://segib.org/documentos/por/Sur-SurwebPort.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2012.

SEINTENFUS, R. A. S. **Relações Internacionais**. Barueri: Manole, 2004.

SENNES, R. U. Brazil, India and South Africa: Convergences and Divergences in Intermediate Countries International Strategies. In: VAZ, Alcidez Costa. **Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa**. Brasília, DF: Ed. da UNB, 2006.

_____. **Potência média recém-industrializada**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SINGH, J. **South-South Cooperation or Trilateral Diplomacy?** International Policy Center for Inclusive Growth, 2010.

SOKO, M. A África do Sul e as ameaças tradicionais e não-tradicionais à segurança regional. In: KORNEGAY, F. A.; DADA, J. **A África do Sul e o IBAS**. Desafios da Segurança Humana. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; FUNAG/MRE, 2007.

SOUZA, A. A. **Agenda internacional do Brasil: um estudo sobre a comunidade Brasileira de Política Externa (MIMEO)**. Rio de Janeiro: CEBRI, 2010.

STEPHEN, M. D. **The Issue-Specific Approaches of Rising Regional Powers to International Institutions: The foreign policy orientations of India, Brazil and South Africa** Paper prepared for the ISA Asia-Pacific Regional Section Inaugural Conference, Brisbane, Australia, 29-30, September 2011.

STUENKEL, O. **Institutionalizing South-South Cooperation: Towards a New Paradigm?** High Level Panel on the Post-2015. 2013.

TANGREDI, S. J. **Globalization And Maritime Power**. University Press of the Pacific, 2004.

THE NEW YORK TIMES. **Isolating Assad**. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/09/01/opinion/isolating-assad.html?_r=0>. Acesso em: 28 set. 2013.

TSEBELIS, G. **Jogos Ocultos**. São Paulo: Edusp, 1998.
UNITED NATIONS. **United Nations High-Level Panel on Threats: Challenges and Change – Executive Summary**. New York: United Nations, 2004.

US HISTORY DEPARTAMENTO. Disponível em: <<http://history.state.gov/milestones/1953-1960/BandungConf>>. Acesso em: 05 maio 2013.

UZIEL, E. **Conselho de segurança, as operações e manutenção da paz e a inserção do Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações**. Brasília, DF: Funag, 2010.

VALLER, W. F. **O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como um instrumento de solidariedade e de ação diplomática**. Brasília, DF: FUNAG, 2007.

VAZ, A. C. **Security Policies of India, Brazil and South Africa – Regional Security Contexts as Constraints for a Common Agenda**. GIGA Research Programme: Violence and Security, n. 160, February, 2011.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, jul./dez. p. 273-335, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a02.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2013.

VILLARES, F. (Org.). **Índia, Brasil e África do Sul**. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

VIOTTI, M. L. R. **Responsibility while Protecting**: Elements for the Development and Promotion of a Concept. Paper presented to the U.N. Security Council, 11 November 2011.

VIZENTINI, P.; SILVA, A. L. R. da. Brazil and the Economic, Political, and environmental multilateralism: the Lula years (2003-2010). **Rev. Bras. polit. int.**, v. 53, ed. spe., p. 54-72, 2010.

WELCOME to Brazil's version of 'responsibility to protect'-Arguments for and against intervention in Syria follow a wearying pattern, but Brazil offers a breath of fresh air in a multipolar world. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/commentisfree/cifamerica/2012/apr/10/diplomacy-brazilian-style>>. Acesso em: 08 set. 2013.

WIGHT, C. **Agents, Structures and International Relations**: Politics as Ontology. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2006. 360 p.

WHITE, L. IBSA Six Years On: Co-operation in a New Order. In: **Policy Briefing 8**, Emerging Powers Programme, SAIIA, nov. 2009.

_____. IBSA: reflect, Realign & Redefine. In: **Apresentação no IBSA Academic Fórum IPC**, Brasília, DF, Apr. 2010a.

_____. IBSA Six Years On: Co-operation in a New Order. In: **Poverty in Focus**. International Policy Centre for Inclusive Growth, n. 21, 2010b.

ZIFCAK, S. The Responsibility to Protect After Libya and Syria. **Melbourne Journal of International Law**, v. 3. Disponível em: <<http://www.law.unimelb.edu.au/files/dmfile/downloadaddad11.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2013.

ANEXO A – Cronologia e Projetos Executados e em Execução pelo Fundo IBAS (2004-2013)

FONTE: *Brasil –MRE, 2013.*

Executados:

- Burundi: “Reforço à Infraestrutura e à Capacidade de Combate ao HIV/AIDS”** (concluído em junho de 2012). Esse projeto, implementado em Bujumbura desde outubro de 2009, teve por objetivo construir e equipar um centro de tratamento e de prevenção do HIV/AIDS, bem como fortalecer a capacidade do Governo e da sociedade burundianos em combater o HIV/AIDS, por meio de cooperação técnica.
2. **Cabo Verde: “Reabilitação do Posto Sanitário de Covoada”** (concluído em dezembro de 2008). A Unidade Básica de Saúde de Covoada – comunidade carente de recursos e de difícil acesso na ilha de São Nicolau –, antes degradada e sem condições de funcionar, foi reformada e passou a ter capacidade para atender 230 pessoas. Espaço próximo, no qual a Cruz Vermelha presta assistência social a idosos, foi igualmente beneficiado, por meio de pintura e compra de equipamentos.
3. **Guiné-Bissau: “Desenvolvimento da Agricultura e da Pecuária” (fase 1** concluída em junho de 2007). Estima-se que 4,5 mil pessoas, das quais mais de 2,6 mil mulheres, beneficiaram-se direta ou indiretamente da assistência técnica prestada. Foi possível contribuir para a evolução na dieta da população local ao introduzir sementes adaptadas à estação chuvosa
4. **Guiné-Bissau: “Desenvolvimento da Agricultura e da Pecuária” (fase 2** concluída em setembro de 2011). Dado o êxito do primeiro projeto, o Fundo IBAS decidiu expandir e aprofundar suas conquistas com a implementação de uma segunda fase, que ampliou o foco para também abranger a alfabetização de adultos, principalmente mulheres e jovens, e a instalação de painéis solares em diferentes vilas. Foi objeto de elogios da imprensa oficial local.
5. **Haiti: “Coleta de Resíduos Sólidos: uma ferramenta para reduzir violência e conflitos em Carrefour-Feuilles” (fase 1** concluída em abril de 2007). Implementado na comunidade de Carrefour-Feuilles – uma das mais carentes de Porto Príncipe –, o projeto empregou diretamente 385 pessoas da comunidade, entre as quais 207 mulheres.

Foi uma das três iniciativas recomendadas ao Fundo das Nações Unidas para Peace Building por missão conjunta de organismos internacionais que visitou aquele país.

6. **Haiti: “Coleta de Resíduos Sólidos: uma ferramenta para reduzir violência e conflitos em Carrefour-Feuilles” (fase 2 concluída em dezembro de 2011).** Após o êxito da primeira iniciativa, a Junta Diretora do Fundo IBAS decidiu estender e aprofundar as atividades do projeto inicial. Além da coleta e triagem de lixo, o projeto passou a fabricar “briquetes” de papel que servem de combustível para cozinhar alimentos (em substituição ao carvão vegetal), produto que resulta em economia de 78% nos custos de energia para famílias carentes.
7. **Palestina: “Construção de Centro Multiesportivo e formação de Ligas Esportivas Juvenis” (concluído em junho de 2011).** A iniciativa decorre da decisão do IBAS de destinar US\$ 3 milhões à Palestina para projetos de reconstrução financiados pelo Fundo. A construção e equipagem do Centro Multiesportivo e a formação de ligas esportivas juvenis beneficiou a cidade de Ramalá e contou com orçamento de US\$ 1 milhão. Foi implementada pelo Programa de Assistência do PNUD para o Povo Palestino (PAPP/PNUD). Outros dois projetos em favor da Palestina, com orçamentos de mesmo valor, serão iniciados em breve.

Em execução:

1. **Cabo Verde: “Dessalinização para o Aproveitamento de Água Potável”.** O segundo projeto do Fundo IBAS em Cabo Verde está próximo de ser concluído. Implementado na comunidade Ribeira Brava, a iniciativa tem por objetivo instalar equipamento de dessalinização de água, contribuindo para a diminuição da insegurança hídrica na Ilha de São Nicolau e ampliando a irrigação agrícola, o que permitirá a liberação dos poucos mananciais existentes para o reforço do consumo doméstico.
2. **Camboja: “Desenvolvimento amplo dos Serviços Médicos para Crianças e Adolescentes com Necessidades Especiais”.** Esse projeto teve início no começo de 2010 e deve ser concluído em 2013. A iniciativa consiste na construção de um Pavilhão Especial no Hospital Chey Chumneas para abrigar um Centro de Saúde Mental de Crianças e Adolescentes, inauguração em janeiro de 2013, e no treinamento de pessoal médico e paramédico para o atendimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais e de suas famílias.

3. **Guiné-Bissau (2º projeto): “Apoio à Reabilitação de Bolanhas e ao Processamento de Produtos de Origem Agrícola e Animal”**. O segundo projeto do Fundo IBAS em Guiné-Bissau possui dois objetivos: controle e manejo dos recursos hídricos de bolanhas (terreno pantanoso usado para o cultivo de arroz), a fim de reduzir processo de salinização e de aumento da acidez, e criação de condições favoráveis para o processo de produtos rurais, ampliando a renda dos fazendeiros locais e a oferta desses produtos. Além do fornecimento de equipamentos, a iniciativa proverá a instalação de silos e a introdução de tecnologia para produtores de pequena escala.
4. **Guiné-Bissau (3º projeto): “Eletrificação Rural com Sistemas de Energia Solar”**. Essa iniciativa, a terceira do Fundo IBAS no país, visa à instalação de equipamentos de energia solar para a eletrificação de ruas, escolas e centros comunitários de 20 vilas ampliando atividade análoga já implementada pelo primeiro projeto do Fundo (ver acima).
5. **Laos: "Apoio à agricultura irrigada integrada em 2 Distritos Bolikhamxay"**. Esse projeto tem por objetivo o aprimoramento da agricultura irrigada, prejudicada pelos tufões Haima e Nockten (agosto e setembro de 2011), a melhoria da segurança alimentar, a redução da pobreza e a promoção da participação local na gestão dos recursos hídricos.
6. **Palestina (2º projeto): “Reabilitação Parcial do Centro Hospitalar e Cultural da Sociedade do Crescente Vermelho Palestino na Faixa de Gaza (Hospital Al Quds)”**. O segundo projeto do Fundo IBAS implementado na Palestina, de recuperação de nove andares do Hospital Al Quds, foi identificado pelos Embaixadores do IBAS em Ramalá, os quais, em diferentes visitas à Faixa de Gaza, constataram o potencial do projeto em melhorar a qualidade de vida da comunidade local. O empreendimento teve início em abril de 2012 e é executado pelo Programa de Assistência do PNUD para o Povo Palestino (PAPP/PNUD).
7. **Palestina (3º projeto): “Construção de Centro para Pessoas com Necessidades Especiais”**. O terceiro projeto do Fundo IBAS implementado na Palestina é uma iniciativa identificada pela Autoridade Nacional Palestina (ANP), que providenciou o terreno para a construção do Centro e que está a cargo de sua execução por meio do Ministério de Assuntos Sociais e do Ministério de Obras Públicas e Habitação. A ser construído na cidade de Nablus, o centro deverá atender todo o norte da Cisjordânia.
8. **Serra Leoa: “Desenvolvimento de Liderança e Capacitação Institucional para o Desenvolvimento Humano e Redução da Pobreza”**. O objetivo dessa iniciativa é a

melhoria do planejamento e da prestação de serviços públicos do Governo nacional, voltados ao desenvolvimento humano sustentável e à redução da pobreza. Primeiramente focado no esforço de reconstrução pós-conflito, o projeto promoverá o fortalecimento do Ministério de Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional e da Presidência daquele país.

9. **Vietnã: “Estabelecimento de ‘hub’ de produção de sementes de arroz”**. Esse projeto, iniciado em outubro de 2012, tem por objetivo: fortalecer a capacidade de produção agrícola da região; aumentar a capacidade dos fazendeiros de comercializar seus produtos; e estabelecer um controle de qualidade e um sistema de certificado para sementes de arroz, convertendo a região em um “hub” de produção sustentável dessas sementes.